



Jornalismo Ambiental teoria e prática

Organização

Ilza Maria Tourinho Girardi, Cláudia Herte de Moraes,
Eloisa Beling Loose e Roberto Villar Belmonte

Jornalismo Ambiental: teoria e prática

organização:

Ilza Maria Tourinho Girardi

Cláudia Herte de Moraes

Eloisa Beling Loose

Roberto Villar Belmonte



metamorfose

Conselho Editorial da Coleção Metamorfose Acadêmica

Dr. Alexander Goulart (PUCRS), Dr. Ítalo Ogliari (ULBRA), Ms. Lucas de Melo Bonez (Uniasselvi), Dr. Marcelo Spalding (Metamorfose), Dra. Márcia Ivana de Lima e Silva (UFRGS), Ms. William Boenavides (IFSul)

Revisão | Kátia Regina Souza

Diagramação | yoyo ateliê gráfico

Fotografia da capa | Débora Gallas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J82 Jornalismo ambiental: teoria e prática [livro eletrônico] / organizado por Ilza Maria Tourinho Girardi ... [et al.] – Dados eletrônicos – Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

175 p. – (Coleção Metamorfose Acadêmica Digital) – Modo de acesso: <<https://jornalismoemioambiente.com/e-book/>> – ISBN: 978-85-53074-20-4

1. Jornalismo ambiental I. Girardi, Ilza Maria Tourinho, org. II. Moraes, Cláudia Herte de, org. III. Loose, Eloisa Beling, org IV. Belmonte, Roberto Villar, org.

CDD 070

Bibliotecária Alexandra Naymayer Corso – CRB10/1099

Todos os direitos desta edição reservados ao autor
www.editorametamorfose.com.br

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Prefácio | 5 |
| Apresentação – Uma proposta para debater o Jornalismo Ambiental | 9 |
| Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de Jornalismo Ambiental | 13 |
| Ilza Maria Tourinho Girardi | |
| Aprender e ensinar o Jornalismo Ambiental | 25 |
| Augusta Gern e Myrian Del Vecchio de Lima | |
| Olhar sistêmico na construção de histórias | 39 |
| Eduardo Geraque | |
| Sustentabilidade: do que estamos falando? Entender os paradigmas para complexificar a pauta | 51 |
| Cláudia Herte de Moraes e Eliege Maria Fante | |
| Jornalismo, ambiente e reportagem ampliada | 69 |
| Reges Schwaab | |
| Políticas públicas ambientais: uma fonte indispensável para reportagens jornalísticas | 87 |
| Eliege Maria Fante e Cláudia Herte de Moraes | |
| Mudanças do clima (e de pauta!) | III |
| Eloisa Beling Loose e Cláudia Herte de Moraes | |

| | |
|--|------------|
| Conflitos ambientais: uma pauta central para o Jornalismo | 125 |
| Ângela Camana | |
| Cidades (e suas conexões). | 135 |
| Eutalita Bezerra e Débora Gallas Steigleder | |
| Fotografia e ambiente: o que pode uma imagem? | 145 |
| Sinara Sandri | |
| Jornalismo Ambiental em bases de dados | 159 |
| Marcelo Träsel | |

PREFÁCIO

Quando elaborava as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, em 2009, a Comissão de Especialistas liderada por José Marques de Melo tinha a expectativa de que muitos livros como este aparecessem. Afinal, era o momento de avançar nas teorias que pudessem fazer diferença na prática jornalística, e nas práticas alicerçadas na compreensão teórica de sua especificidade dentro do campo da Comunicação e em sua inserção no contexto maior da vida. As Diretrizes demoraram a ser aprovadas, sua implantação ainda está sendo realizada na maioria dos cursos em 2018, e por isso esta obra, que avança nas duas direções, chega em muito boa hora, tanto pelo que traz em si tanto pelo que sugere, como exemplo, para outras iniciativas semelhantes.

Historicamente, nos países ocidentais, o debate sobre as razões de ser do Jornalismo está associado ao pleno exercício da cidadania, e no Século XXI a consideração da cidadania não pode mais deixar em segundo plano a questão ambiental. Por isso, a menção ao desenvolvimento sustentável foi incluída nas Diretrizes na primeira competência a ser construída pelos projetos pedagógicos dos cursos:

Compreender e valorizar como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

As Diretrizes tiveram o bom senso de não afirmar estas conquistas como dadas, mas historicamente dando-se, como diria

Paulo Freire, e por isso mesmo em processo constante de “riscos e aperfeiçoamento”. Os acontecimentos posteriores a 2009, no Brasil e no mundo, reforçam a preocupação com estes riscos de retrocesso, com a ascensão dos movimentos autoritários, os golpes contra as democracias e a negação do cuidado ao planeta pelas maiores potências econômicas mundiais, como no caso da retirada do Acordo de Paris por parte dos Estados Unidos.

Além de aparecer entre as competências a serem desenvolvidas nos cursos, a questão ambiental também foi incluída no primeiro eixo de conteúdos curriculares das Diretrizes, que cita nominalmente o estudo das regiões ecológicas e, mais uma vez, o desenvolvimento sustentável. Diferente dos anteriores currículos mínimos, as Diretrizes Curriculares não estabelecem disciplinas e ementas obrigatórias, ficando a cargo do Projeto Pedagógico de cada curso decidir como será incluído o conteúdo e desenvolvida a competência previstos na norma ao longo do curso.

Antes das Diretrizes específicas do Jornalismo, a Educação Ambiental já era prevista na Lei 9795 de 1999, que segue em vigor, embora nem sempre seja observada, e que estabelece que seja desenvolvida “como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”, inclusive no nível universitário, em todos os seus cursos. Também aí o exemplo deste livro pode transcender seu objetivo primeiro, que são os Cursos de Jornalismo, e inspirar outras carreiras a realizar o que a lei determina.

Certamente a maior contribuição do livro é lembrar os Cursos de Jornalismo da exigência da centralidade da consciência ambiental no mundo contemporâneo, em que a civilização globalizada segue dilapidando os recursos naturais, reduzindo a biodiversidade, extinguindo espécies, envenenando a terra, o ar e a água, rompendo o equilíbrio ecológico e aquecendo o planeta em níveis alarmantes que podem estar alcançando um ponto de não retorno.

Neste sentido, muito mais do que uma especialização que

pudesse ser contida numa única disciplina – embora não a dispense sempre que for possível realizá-la – o livro propõe o Jornalismo Ambiental como um novo paradigma para a formação geral dos jornalistas, como produtores intelectuais capazes de um pensamento sistêmico (ou dialético, diria Adelmo Genro Filho), que dê conta da complexidade do mundo social, da fragilidade do ambiente natural, da dimensão educativa da profissão e da Ética do Cuidado com que deve ser exercida.

O desafio parece muito grande? A forma como os capítulos do livro são estruturados, todos trazendo bases teóricas, sugestões de exercícios práticos e leituras complementares vai fazer com que pareça mais exequível. Certamente, para quem pensa em começar hoje, as questões complexas trazidas pelo Jornalismo Ambiental são um grande desafio. Nada melhor para enfrentá-lo do que se apoiar na experiência dos autores deste livro, que há bastante tempo se dedicam a ela.

A consciência ambiental vem sendo construída em nosso país há poucas décadas, que se refletem na maneira como o jornalismo trata a questão. Nos anos 1970, quando surgiram suas primeiras vozes militantes no Brasil, como a do ecologista José Lutzenberger em Porto Alegre, era tratada como um exotismo. Como acontecera com outros movimentos sociais, como o feminismo, demorou para passar das páginas da variedades e temas amenos para as de assuntos levados a sério como hard news.

Foi um dos pioneirismos que aprendemos da rua Jacinto Gomes, em Porto Alegre, a cidade que nos ensinou que “um outro mundo é possível” e que, apesar dos retrocessos, continua nos lembrando disso. No número 39 daquela rua, hoje museu, viveu o ecologista José Lutzenberger, fundador da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, a Agapan, e mais tarde da Fundação Gaia, que tem o mesmo objetivo. Foi um dos primeiros propagadores da consciência ambiental do Brasil, reconhecido internacionalmente, e recebeu o *Right Livelihood Award*, considerado o Prêmio Nobel alternativo.

Na outra ponta da rua, no número 480 da Jacinto Gomes, funciona a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em cujo Curso de Jornalismo surgiu em 2004 uma disciplina inovadora de Jornalismo Ambiental e, em seu programa de pós-graduação, já há dez anos, o Grupo de Pesquisa com o mesmo título, ambos por iniciativa da professora Ilza Girardi. E é graças a estes pioneirismos que vieram à luz nas duas pontas da Rua Jacinto Gomes que não precisaremos inventar a roda para pensar o Jornalismo Ambiental nos novos currículos dos cursos de Jornalismo. Pois este livro nos oferece a oportunidade de partir da experiência sólida de um longo caminho já percorrido.

Eduardo Meditsch

Pesquisador do CNPq, Professor da UFSC, Integrante da Comissão de Especialistas que redigiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Jornalismo

APRESENTAÇÃO

UMA PROPOSTA PARA DEBATER O JORNALISMO AMBIENTAL

Este é um ano especial para o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS). Completamos dez anos de discussões e pesquisas sistemáticas na área de interface entre o campo do Jornalismo e o do Meio Ambiente. Avançamos nas reflexões e auxiliamos na disseminação de uma abordagem jornalística que considera a pluralidade de vozes, o olhar complexo sobre os acontecimentos, levando em conta as conexões nem sempre aparentes, e o comprometimento com a sustentabilidade da vida no planeta. Diante dos efeitos cada vez mais evidentes de uma crise ecológica ou de uma sociedade de riscos, assumimos que o papel social do Jornalismo deve incorporar um outro olhar, que inclua a ética do cuidado e as possibilidades para uma mudança de comportamento.

Apesar de estarmos celebrando uma década de investigações com o propósito de qualificar a cobertura ambiental e, dessa forma, contribuir com a transformação da sociedade, a ideia deste e-book não surgiu pensando em tal contexto. O projeto nasceu das inquietações dos pesquisadores em 2016, em um encontro acadêmico, no qual discutíamos como a compreensão do desenvolvimento sustentável, conforme orientações das Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo no Brasil, aprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura em 2013, seria incorporada nos cursos, e de que forma outras questões ambientais, mais amplas, poderiam finalmente ser inseridas na formação dos futuros jornalistas. Com as novas diretrizes, percebíamos um espaço para ampliar o debate do Jornalismo Ambiental. Mas,

dada a oportunidade, como as questões seriam abordadas?

Sabíamos, a partir de nossas pesquisas e práticas, que este é um nicho ainda restrito no Brasil, carecendo de bibliografia e, muitas vezes, se resumindo a coberturas de denúncias ou de datas comemorativas, como o Dia Mundial do Meio Ambiente, por exemplo. Decidimos então investir nosso tempo em uma obra com caráter mais didático, de fácil acesso, voltada especialmente aos alunos de graduação. Nosso objetivo com este e-book é apresentar a fundamentação teórica já existente sobre a área, além de propor reflexões e exercícios práticos, bem como leituras complementares para o ensino do Jornalismo Ambiental nos cursos de graduação.

O desenvolvimento sustentável é trazido como fundamental pelas Novas Diretrizes na formação do jornalista. No entanto, é preciso complexificar este debate, na medida em que este conceito é limitado à visão economicista de sociedade, por vezes ignorando ou secundarizando a ideia da sustentabilidade da vida ante os desafios da lógica do consumo. Assim, pretendemos ir além, trazendo um panorama do tema e debates específicos a respeito de tópicos ambientais. Apresentamos, a seguir, onze capítulos de integrantes do Grupo de Pesquisa e de convidados, que compartilharam suas vivências com o Jornalismo Ambiental.

No primeiro capítulo, Ilza Girardi, uma das pioneiras no Brasil a se dedicar aos estudos de Jornalismo Ambiental, relata como surgiu a primeira disciplina sobre a área no país, descrevendo seu movimento de alfabetização ecológica e como a prática de cuidar do ambiente a levou para a construção de uma teoria. Em seguida, as pesquisadoras Augusta Gern e Myrian Del Vecchio de Lima discutem o ensino do Jornalismo Ambiental a partir de pesquisas realizadas nas instituições de ensino superior do sul do país.

Os três capítulos seguintes trazem aspectos relacionados aos pressupostos do Jornalismo Ambiental. O jornalista Eduardo Geraque evidencia a necessidade do olhar sistêmico, enquanto as pesquisadoras Cláudia Herte de Moraes e Eliege Fante tratam

dos paradigmas que permeiam as questões ambientais e debatem o conceito de desenvolvimento sustentável. Por fim, Reges Schwaab demonstra como o espaço da reportagem ampliada e o pensamento socioambiental têm certo parentesco, sublinhando este formato como privilegiado para expor as diferentes facetas das problemáticas ambientais.

Na sequência, Eliege Fante e Cláudia Herte de Moraes esmiúçam as políticas públicas ambientais, fontes indispensáveis para compreensão das decisões que envolvem o meio ambiente, mas também temas caros à prática jornalística. Os capítulos que seguem explicitam assuntos amplos e intricados com outros temas. Eloisa Beling Loose e Cláudia Herte de Moraes, que investigaram as mudanças climáticas em suas teses de doutorado, esclarecem termos técnicos e abordam formas de tratamento do tema. Já a socióloga e jornalista Ângela Camana debruça-se sobre o entendimento dos conflitos ambientais, trazendo exemplos da Amazônia, da questão fundiária e da implementação de grandes projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, as investigadoras Débora Gallas e Eutalita Bezerra discutem como as muitas disputas presentes nas cidades e suas relações com outros temas sociais precisam ser melhor trabalhadas pelos jornalistas.

Os dois últimos capítulos centram-se em formas particulares de fazer Jornalismo Ambiental. A jornalista Sinara Sandri demonstra como as questões ambientais podem ser contadas por meio da fotografia e Marcelo Trasel, professor universitário, relata sua experiência em sala de aula com o Jornalismo de Dados atrelado ao Jornalismo Ambiental.

Esperamos que esta coletânea de textos possa fomentar a prática do Jornalismo Ambiental e servir como apoio para todos aqueles que ainda não conhecem as especificidades da área. Boa leitura!

*Ilza Maria Torinho Girardi, Cláudia Herte de Moraes,
Eloisa Beling Loose e Roberto Villar Belmonte*

UM SEMESTRE MUITO ESPECIAL: O SURGIMENTO DA PRIMEIRA DISCIPLINA DE JORNALISMO AMBIENTAL

Ilza Maria Tourinho Girardi

ilza.girardi@ufrgs.br.

Professora e pesquisadora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS).

O título não é original, pois já foi usado no texto que escrevi para a *Revista Oca* para relatar a primeira experiência em Jornalismo Ambiental no Curso de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ele guarda a emoção vivida durante um período intenso de estudos e discussões. Era um momento de muita efervescência política, pois respirávamos o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em suas três primeiras edições. Acreditávamos que “um outro mundo era possível” e que a relação cuidadosa com o meio ambiente fazia parte dessa transformação.

A experiência ocorreu em 2003, quando a disciplina foi aprovada pela Comissão de Graduação em Comunicação para ser iniciada em 2004. Como estávamos com muita vontade de fazer Jornalismo Ambiental, aceitei a sugestão de dois estudantes, meus bolsistas de iniciação científica, Gisele Neuls e Mauricio Boff, que reuniram colegas interessados. Não foi difícil. Assim,

nossa experiência ocorreu dentro de outra disciplina, Laboratório de Pesquisa.

E como surgiu essa demanda? No final dos anos 1980, as atenções do mundo se voltavam para a realização da Rio-92. De maneira a preparar os jornalistas para a cobertura do grande evento, foi realizado em Brasília um Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) entre 27 e 30 de novembro de 1989. Um dos resultados do encontro foi a recomendação para a criação de núcleos de Jornalismo Ambiental nos estados, visando ao estímulo da discussão sobre a qualificação dos profissionais para a cobertura da Rio-92. Criaram-se núcleos em alguns estados, mas o do Rio Grande do Sul, Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul – NEJ-RS, foi o único que prosperou e está em ação até a atualidade. Desde sua criação, o NEJ-RS teve como principal bandeira conquistar os jornalistas para a causa ambiental e qualificar a cobertura nessa temática. Entre suas conquistas para esse fim, destacam-se a organização de cursos e seminários em parceria com a FABICO/UFRGS e o Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, e a criação da *Terça Ecológica*, uma atividade aberta ao público que traz convidados para discutir temas importantes relacionados às questões socioambientais.

O NEJ-RS passou a defender a necessidade da criação da disciplina de Jornalismo Ambiental como o meio mais eficaz para a formação. Em seu nome, defendi a implementação da disciplina no I Fórum Interamericano de Jornalismo Ambiental, realizado em Porto Alegre em 2000, e no Encontro Nacional de Professores de Jornalismo, ocorrido também em Porto Alegre, mas em 2002. Em 2003 é inaugurada a EcoAgência, durante o III Fórum Social Mundial, pois os associados do NEJ-RS e colaboradores entendiam que era preciso aperfeiçoar a cobertura ambiental no fórum, que desde sua primeira edição pautava os problemas ambientais. No meio dessa euforia, a notícia da criação da disciplina pela Comissão de Graduação do Curso de Comunicação

da FABICO foi um presente para todos. Imaginávamos que logo outras faculdades também introduziriam em seus currículos a disciplina.

O desafio seguinte foi a elaboração do programa da disciplina. Deveríamos organizar os tópicos de modo que os estudantes percebessem a importância dos cuidados com o meio ambiente para a vida no Planeta. Para fazer isso, comecei a pensar como foi meu próprio processo de alfabetização ecológica. Já que comigo deu certo, poderia ser um bom início. Era necessário fazer a primeira experiência, observar o engajamento dos estudantes, avaliar os resultados e fazer correções ao logo do processo. Assim ocorreu. Conteí com minha vivência no movimento ecológico, em especial na luta contra os agrotóxicos e para a construção da agricultura orgânica, com as leituras realizadas para a elaboração da tese de doutorado, com as atividades desenvolvidas em busca do autoconhecimento, com a militância no NEJ-RS e com a experiência em projetos de educação ambiental voltados a professores, cujo fio condutor era a expressão através das artes. Com certo receio, resolvi ousar e, na primeira aula, convidei os estudantes para dançar. Com maestria, a professora Cintia Miró abriu nossos corações e mentes, através das danças circulares, para sentirmos a natureza como um espaço sagrado e adquirirmos consciência de que fazemos parte do todo e de que o todo está em nós. Fomos tocados pela vivência e alegria, as quais nos acompanharam ao longo do semestre.

Primeiras conexões

Através de danças indígenas e de antigas tradições, iniciamos as primeiras conexões para nos abriremos àquilo que José Lutzenberger denominava “a grande sinfonia do universo”. Para que os estudantes chegassem a essa compreensão, a disciplina foi desenvolvida com atividades vivenciais, leituras, reflexões, análise de notícias e reportagens, palestras e saída de campo. A

aula sobre os paradigmas do conhecimento, com a Profa. Dra. Ana Maria Dalla Zen, permitiu um olhar abrangente sobre os paradigmas cartesiano, sistêmico e complexo, despertando a curiosidade para leituras como *As Conexões Ocultas*, de Fritjof Capra; *A Cortina de Fumaça*, de Phillippe Pomer Layrargues; *A Cabeça Bem-feita*, de Edgar Morin; *Biotecnologia: muito além da Revolução Verde – desafio ou desastre*, de Henk Hobbelling; *Saber Cuidar*, de Leonardo Boff, e outras mais. Essas foram algumas escolhas, entre diversas possíveis, para que os futuros jornalistas compreendessem que os problemas ambientais enfrentados são o resultado de uma opção de desenvolvimento baseada num tipo de pensamento que considera que a natureza pode ser controlada e que as tecnologias sempre são benéficas.

Ao ler *Biotecnologia: muito além da Revolução Verde*, os estudantes perceberam que, sob o argumento de que “precisamos aumentar a produção de alimentos para salvar o mundo de morrer de fome”, ocorreu, na realidade, concentração de renda e de terra, envenenamento dos ecossistemas, e aumento de poder das multinacionais produtoras de venenos e fertilizantes, as quais logo passaram a uma nova forma de controle através da biotecnologia. O livro permitiu fazer conexões com outros problemas ambientais resultantes de opções tecnológicas questionáveis, sendo enriquecido com as palestras dos engenheiros agrônomos Jacques Saldanha e Sebastião Pinheiro.

Com Leonardo Boff, aprendemos a importância da ética do cuidado, que implica o cuidado com o próximo, com os animais, com a Terra e consigo. As leituras de Capra e Morin contribuíram para pensar sobre alguns requisitos que o Jornalismo Ambiental deve incorporar para contemplar as visões sistêmica e complexa, fundamentais na pauta ambiental. Tal reflexão foi aprofundada com as palestras de jornalistas do NEJ-RS, como Juarez Tosi e Roberto Villar Belmonte, que mostraram o processo da construção da pauta ambiental. Entre os convidados, o Prof. Celso Aquino Marques nos falou da visão budista da natureza, e o engenheiro

agrônomo caingangue Júlio Cesar Inácio relatou as vicissitudes de seu povo e dos demais povos indígenas no Brasil. Os estudantes fizeram o exercício da entrevista coletiva com o engenheiro florestal do Ibama, Luiz Fernando Barrios, que complementou as informações colhidas durante a visita ao Parque Nacional dos Aparados da Serra, especialmente escolhido para a atividade de campo.

Essa atividade foi um dos pontos altos do semestre, pois permitiu relacionar as leituras com o que observamos naquele dia intenso. Os estudantes puderam perceber as interações e influências mútuas dos diversos elementos que fazem parte da biodiversidade do parque, e que o tratamento jornalístico das informações exige um olhar mais abrangente e transversal, sob pena de deixar escapar detalhes importantes da teia de relações integrantes de um determinado ecossistema. A beleza do parque penetrou nas nossas almas e meus alunos resolveram repetir uma das danças aprendidas no primeiro dia de aula. A experiência foi concluída com a elaboração coletiva da *Revista Oca*, nome escolhido pelo seu significado, casa, e para homenagear os povos indígenas que ainda hoje enfrentam a fúria daqueles que se acham os donos da terra.

Nos semestres seguintes, a revista se transformou num blog e, mais adiante, outros blogs foram produzidos. Eu entendia que a disciplina deveria ser obrigatória para capacitar os futuros profissionais a fazerem reportagens bem elaboradas, pois, na perspectiva dos ecojornalistas, a centralidade do meio ambiente precisa ser assumida. Com a mudança do currículo do Curso de Jornalismo, a disciplina continuou eletiva e passou a chamar-se Jornalismo e Meio Ambiente. A criação da linha de pesquisa em Jornalismo e Processos Editoriais no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da UFRGS permitiu que eu inaugurasse e começasse a ministrar a disciplina Jornalismo e Meio Ambiente também para pós-graduandos. Com incremento da produção acadêmica, o PPGCOM tornou-se um polo de produção de pesquisas na área de Jornalismo

Ambiental no Brasil. Nessas alturas, já havia alguma produção de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) com temáticas ambientais relacionadas à Comunicação e ao Jornalismo. Até hoje, a presença de professores interessados em meio ambiente atrai alunos que desejam fazer investigações na área e, pela minha experiência, isso também estimula a busca dos estudantes pela temática.

Em 2007, na organização do II Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, realizado pelo NEJ-RS, em Porto Alegre, com o apoio da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental e da UFRGS, abrimos espaço para a I Mostra Científica em Jornalismo Ambiental, que contou com a apresentação de muitos artigos – o que já mostrava a atenção dos pesquisadores, e muitos de iniciação científica, ao tema. Os trabalhos analisavam a cobertura jornalística sobre agrotóxicos, transgênicos, plantio de eucaliptos, entre tantos outros. Em 2008, registrei o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS); desde então, a produção de seus integrantes tem se intensificado.

O conceito de Jornalismo Ambiental

Ao longo dos anos, ao examinarmos as reportagens sobre meio ambiente, começamos a observar dois tipos de cobertura, pelo menos: uma feita por jornalistas que demonstram conhecimento quanto ao tema e engajamento na defesa do meio ambiente, e outra feita por jornalistas que tratam o assunto de maneira mais fria ou burocrática, sem envolvimento.

Desde a criação do NEJ-RS, já entendíamos que o Jornalismo Ambiental tem sua dimensão educativa, por isso a ênfase na formação do jornalista e o foco nos cursos de extensão e seminários. Uma reportagem que trata a monocultura de eucaliptos como floresta, o uso de “defensivos agrícolas” (em vez de venenos) como uma necessidade para a produção de alimentos, ou a extinção de determinado peixe em um rio como algo sem

importância, presta um desserviço para a educação ambiental do público. Com esses exemplos, queremos destacar a importância da formação e a nossa busca por um conceito de Jornalismo Ambiental que pudesse ser orientador da prática. Uma das aproximações que mais nos impactou foi a do jornalista uruguaio Victor Bacchetta:

O jornalismo ambiental considera os efeitos da atividade humana, desde a ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade. Deve contribuir, portanto, para a difusão de temas complexos e para a análise de suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas. É um jornalismo que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária (BACCHETTA, 2000, p. 18, tradução nossa).

É um conceito abrangente, permitindo-nos chegar a essa tipologia de Jornalismo que trata de temas ambientais e que certamente vai ser aperfeiçoada conforme os estudos avançam. Foi necessário cruzar o conhecimento sobre Jornalismo com as leituras de Capra, como *Conexões ocultas*, *O Ponto de Mutação e Teia da Vida*, de Morin, como *A Cabeça Bem-feita e Terra Pátria*, de Enrique Leff, como *Saber Ambiental*, e de Nancy Mangabeira Unger, com a obra *O Encantamento do Humano: ecologia e espiritualidade*, entre outros autores que contribuíram com uma perspectiva mais filosófica e com nossa alfabetização ecológica.

Elementos do Jornalismo Cívico e do Jornalismo Literário também colaboraram com o conceito de Jornalismo Ambiental. Assim, para que uma reportagem seja considerada Jornalismo Ambiental deve apresentar algumas das seguintes características: mostrar uma visão sistêmica dos fatos; dar conta da complexidade dos eventos ambientais; contemplar a diversidade dos saberes e não ser refém de fontes oficiais; defender a biodiversidade e a

vida em sua plenitude, o que significa deixar de ser imparcial; assumir seu papel educativo, cidadão e transformador. Tais aspectos também podem ser contemplados ao longo de uma série de reportagens.

Tendo identificado o Jornalismo Ambiental e o Jornalismo sobre meio ambiente, o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) realizou um estudo sobre o Estado da Arte da Pesquisa em Jornalismo Ambiental e Jornalismo de Meio Ambiente no Brasil, com o objetivo de apresentar um panorama das dissertações e teses que fazem o cruzamento de Jornalismo com meio ambiente, desenvolvidas nos cursos de pós-graduação do Brasil e cadastradas no Banco de Teses da Capes de 1987 a 2010.

A metodologia do estudo compreendeu análise descritiva das pesquisas, com abordagem qualitativa, partindo da identificação dos temas, dos problemas de pesquisa, da hipótese, das referências teórico-metodológicas, dos objetos empíricos, da bibliografia utilizada e a da conceituação de Jornalismo Ambiental. Com a análise quantitativa, foram elaborados percentuais e gráficos. No total, analisaram-se 101 pesquisas, sendo 8 de doutorado, 90 de mestrado acadêmico e 3 de mestrado profissional.

Os resultados apontaram que poucos trabalhos conceituam o Jornalismo Ambiental, mas as pesquisas conectam o Jornalismo Ambiental ou sobre meio ambiente com o interesse público e a construção da cidadania. Também percebemos que a maioria dos trabalhos não faz a distinção entre Jornalismo Ambiental e o de meio ambiente, mas todos se referem à função educativa do Jornalismo, o que já é um avanço.

Em outra pesquisa, buscamos compreender a concepção dos jornalistas que fazem a cobertura de meio ambiente na América Latina, no Caribe, em Portugal, na Espanha e nos países africanos de língua portuguesa a respeito do Jornalismo Ambiental. Os sujeitos foram contatados através da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, da Rede da América Latina e Caribe de Comunicadores Ambientais, da Associação de Jornalistas de

Informação Ambiental (Espanha) e do Instituto de Comunicação Social (Moçambique). Apesar dos esforços, não obtivemos a participação de jornalistas portugueses e nem de outros países africanos de língua portuguesa.

Os questionários foram acessados no *site* do grupo de pesquisa. Ao todo, responderam: dezenove do Brasil, um da Argentina, dois da Colômbia, uma de Cuba, um de El Salvador, um do Equador, cinco da Espanha, um da Guatemala, um do México, três de Moçambique, dois do Uruguai e um da Venezuela. De forma quase unânime, o que interessa para este texto, os jornalistas que participaram da pesquisa entendem que é fundamental o papel dos cursos de Jornalismo para formação profissional do Jornalista Ambiental. No entanto, as noções do Jornalismo Ambiental ainda não estão bem compreendidas. Muitos profissionais trabalham com o que o grupo de pesquisa denomina Jornalismo sobre/de meio ambiente.

O engajamento

O Jornalismo exerce um papel social fundamental na informação e formação do cidadão, disponibilizando a este ferramentas para atuar na defesa de seus interesses e também dos interesses da sociedade. Nesses tempos tão conturbados, em que a ameaça de danos ao meio ambiente é constante, o Jornalismo Ambiental é necessário para imprimir um olhar cuidadoso e comprometido com a defesa da vida em todas suas dimensões. Isso exige engajamento e espírito investigativo para saber utilizar os métodos do próprio Jornalismo na intenção de desvendar processos que encobrem interesses prejudiciais ao meio ambiente e à saúde de todos. Assim, retomamos a importância da formação nos Cursos de Jornalismo, que deveriam preparar os futuros profissionais para lidar com os grandes problemas da sociedade. A questão ambiental, cada vez mais premente devido aos conflitos atuais, não deve ser ignorada.

EXERCÍCIOS

1. Um exercício interessante para o primeiro dia de aula consiste em disponibilizar aos estudantes jornais e revistas e pedir que leiam e localizem matérias sobre meio ambiente, identificando tema, argumento, contextualização e vozes acionadas pelo jornalista.
2. Escolher um rio, lago ou mar próximo a todo o grupo de estudantes e fazer um estudo sobre sua história, relação com a comunidade, navegação e problemas de poluição. Pedir para os alunos pesquisarem matérias sobre os assuntos relativos encontrados para verificar se tais textos incorporam a visão sistêmica.
3. Assistir com os estudantes *Nas cinzas da floresta*, episódio dois da série *A década da destruição*, filme de Adrian Cowell e Vicente Rios¹. Após, fazer uma atividade de reflexão acerca das causas e consequências do processo de colonização/destruição da Amazônia, relacionando-o ao processo de modernização da agricultura e sua conexão com a política econômica internacional.
4. Solicitar que os estudantes leiam a obra *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, para realizar uma discussão em sala de aula. No dia da discussão, o(a) professor(a) deverá levar informações sobre o uso de agrotóxicos no Brasil e sua relação com o surgimento de doenças desde o início do processo de modernização da agricultura até os dias atuais. Os estudantes, por sua vez, deverão levar para a discussão documentários referentes ao tema. Poderão ser documentários apresentando dados negativos como também os considerados positivos. A partir desse exercício, efetuar a análise de reportagens sobre os agrotóxicos para verificar a presença dos requisitos necessários para uma boa cobertura ambiental.

¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=turc8HXIN4c>>.

RECOMENDAÇÕES

BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, Sergio (Org.). **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2006. p. 15.

BELMONTE, Roberto Villar. História do jornalismo ambiental brasileiro. In: 10º Encontro Nacional de História da Mídia. 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ALCAR, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/100-encontro-2015/gt-historia-do-jornalismo/historia-do-jornalismo-ambiental-brasileiro/view.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges Toni. Orgs. **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p. 105-118.

DIAMOND, Jared. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2013.

FROME, Michael. **Green Ink: uma introdução ao Jornalismo Ambiental**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GARCIA, Ricardo. **Sobre a terra: um guia para quem lê e escreve sobre ambiente**. Lisboa: Público, 2006.

GIRARDI, Ilza *et al.* Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação & Sociedade**, v. 34, p. 132-152. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; BAUMONT, Clarissa Cerveira de. **Ecos do Planeta: estudos sobre informação e jornalismo ambiental**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges Toni. (Orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REFERÊNCIAS

- BACCHETTA, Victor. El periodismo ambiental. In: BACCHETTA, Victor (Org.). **Ciudadanía planetaria**. Montevideo: IFEJ/FES, 2000. p. 18-21.
- BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- HOBPELLING, Henk. **Biotecnologia**: muito além da Revolução Verde – desafio ou desastre. Porto Alegre: AGE, 1990.
- LAYRARGUES, Phillipe Pomer. **A Cortina de Fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MORIN, Edgar; KERNS, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- UNGER, Nancy Mangabeira. **O encantamento do Humano**: ecologia e espiritualidade. São Paulo: Loyola, 1991.

APRENDER E ENSINAR O JORNALISMO AMBIENTAL

Augusta Gern

augustagern@gmail.com

Jornalista. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Myrian Del Vecchio de Lima

myriandel@gmail.com

Jornalista. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora e pesquisadora do Departamento de Comunicação e dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) e em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade) da UFPR.

O Jornalismo é uma atividade que permeia todos os assuntos do cotidiano e, entre eles, a questão ambiental precisa estar presente. É essencial pautar, cobrir e divulgar notícias relativas ao meio ambiente. Mas será que essa é uma tarefa realizada de forma adequada pela mídia?

Vários pesquisadores nacionais e internacionais estudam a comunicação e o Jornalismo Ambiental, como é o caso de John Hanningan e Robert Cox, na América do Norte; e Wilson da Costa Bueno e Ilza Girardi, no Brasil. Alguns estudos² já mostraram que certas características fazem parte de sua abordagem, como a interdisciplinaridade, a cuidadosa escolha das fontes, a contextualização e, principalmente, o olhar sistêmico – aspecto a ser explicado mais adiante. Da mesma maneira, outros estudos apontaram que a cobertura ambiental nem sempre é ideal: boa

² BUENO, 2008; GIRARDI; SCHWAAB, 2008; LIMA et al., 2015.

parte dos meios jornalísticos conduzem uma cobertura superficial. Qual é o motivo para tanto?

São várias as possibilidades para essa diferença entre a prática do Jornalismo Ambiental ideal e a real, entre o que deveria ser feito e o que realmente é produzido. Mas o ponto de partida está na necessidade dos jornalistas compreenderem o que, de fato, é entendido como “meio ambiente” e “Jornalismo Ambiental”, as suas interações com a sociedade e a urgente necessidade de debate sobre o tema, uma vez que, desde os anos 1960, ficou clara a existência de uma crise ambiental, como consequência das relações de conflito entre natureza e sociedade. Assim, é preciso conhecer e entender a temática antes de praticar o Jornalismo Ambiental, ou seja, é preciso discuti-la na universidade e nas instituições de ensino superior, espaços de formação de jornalistas. Segundo uma das pesquisadoras da área, Luciana Gonçalves (2011), a inclusão de uma disciplina sobre meio ambiente no curso de Jornalismo, por exemplo, melhora a percepção dos alunos e produz mudanças significativas no interesse pela área ambiental.

Este capítulo busca discutir como se dá o ensino do Jornalismo Ambiental nas universidades dos estados da região Sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, propondo alguns caminhos para que futuros jornalistas se aproximem de uma cobertura com mais qualidade sobre a temática.

Para isso, são apresentados alguns dados obtidos em uma pesquisa³ com alunos e professores de cursos de Comunicação e/ou Jornalismo de 23 universidades da região Sul (o que representa 76% das universidades desta região brasileira, conforme pesquisa realizada no *site* do Ministério da Educação – MEC, em 2015), nos anos de 2015 e 2016. É importante destacar que os dados levam em conta as exigências das novas diretrizes curriculares do curso de Jornalismo, aprovadas em 2013, que determinam a inclusão da temática ambiental nas disciplinas lecionadas, utilizando, para

3 Dados obtidos na pesquisa de mestrado em Comunicação, intitulada Comunicação e meio ambiente nas salas de aula: um olhar sobre o jornalismo ambiental no ensino superior do Sul do Brasil (GERN, 2017).

tanto, o polêmico conceito de “desenvolvimento sustentável”⁴.

Neste capítulo, você perceberá que o meio ambiente é compreendido a partir de sua relação (interface) com a sociedade, e que se privilegia a interdisciplinaridade e o entendimento da complexidade do tema (MORIN, 1995), a abordagem sistêmica/holística (CAPRA, 1982) e a abertura para se debater uma outra racionalidade, que favoreça a lógica ambiental para além da lógica econômica (LEFF, 2006). Já o Jornalismo é aqui fundamentado como uma prática construcionista/interacionista, ou seja, dispõe de potencial para interferir na realidade, oferecendo alternativas de entendimento, reflexão e práticas para o público que interage com seus conteúdos. Defendemos, ainda, que mais do que uma especialidade do campo jornalístico – assim como o Jornalismo Esportivo, o Jornalismo Político ou o Jornalismo Econômico, entre outras especializações –, o Jornalismo Ambiental deve ser visto como uma prática que exige certo engajamento, participação e envolvimento em torno de suas problemáticas (BUENO, 2007).

O capítulo apresenta um panorama do ensino do Jornalismo Ambiental nas universidades do Sul do Brasil, apontando suas disciplinas, a compreensão conceitual sobre o meio ambiente e a inserção do tema no novo currículo de Jornalismo. Assinalamos o que professores e alunos pensam e sugerem a respeito do ensino do Jornalismo Ambiental, para, finalmente, recomendar, como ponto de partida a maiores aprofundamentos, uma proposta de ensino-aprendizagem que contemple teoria e prática no tocante à temática. No decorrer desse contexto, inserimos alguns exemplos de exercícios que você, professor e/ou aluno, pode desenvolver em sala de aula, no âmbito de uma possível disciplina de Jornalismo/Comunicação Ambiental.

4 O adjetivo “polêmico” ligado ao conceito de desenvolvimento sustentável se refere ao fato dele surgir “justamente após a ‘descoberta’ da crise ambiental provocada pelo sistema capitalista de produção. Portanto, o modelo e as políticas de desenvolvimento sustentável significam a apropriação do discurso ambiental pelo capitalismo e, ao mesmo tempo, uma das únicas formas técnicas de interferir com relativo sucesso nos problemas ambientais” (LIMA, 2002. p. 35). Este entendimento associa o conceito a uma posição ética e política comprometida com os aspectos econômicos da sociedade e que respaldam interesses sociais diferenciados.

Conceitos e pontos de partida

Para perceber a necessidade e a importância de se debater a temática ambiental em sala de aula é preciso, antes, entender o conceito de meio ambiente, o que implica diretamente a concepção sobre a problemática ambiental e as práticas sociais diárias envolvidas à questão, bem como refletir acerca do conceito e papel do Jornalismo Ambiental e seu ensino, em especial nos cursos de graduação.

Neste texto, seguimos uma visão sociológica e interdisciplinar, ao considerar o meio ambiente como um campo de estudo que apresenta questões complexas e de entrecruzamentos, devendo perpassar, de forma transversal, todas as áreas de conhecimento. Dessa forma, como apresenta Enrique Leff (2002) – epistemólogo da área ambiental, estudioso do campo, de suas dúvidas e seus conflitos –, o conceito de meio ambiente não deve se confundir com o de *natureza*, pois o meio ambiente compreende, além da natureza propriamente dita, as construções sociais materiais e simbólicas (como a cidade e a cultura urbana); e, tampouco, com o conceito de *ecologia*, pois é “uma problemática de caráter eminentemente social: esta foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais” (LEFF, 2002, p. III).

Podemos relacionar essa compreensão de Leff (2002) à concepção sistêmica que o físico teórico Fritjof Capra (1982) nos apresenta: em vez de se concentrar em elementos ou substâncias isoladas da natureza ou do meio ambiente, ele enfatiza princípios básicos de organização. Por exemplo, não podemos estudar uma árvore isoladamente, mas precisamos considerar toda a interação e interdependência dela com os outros seres vivos.

Assim, podemos perceber que o meio ambiente é um tema que requer um olhar amplo e complexo ante a sociedade e suas diferentes áreas de conhecimento. Essa mudança de olhar – holístico, sistêmico, integrador e complexo – fundamenta uma nova racionalidade, que questiona a racionalidade econômica, aquela

determinante no sistema produtivo capitalista baseado apenas no lucro e na rentabilidade, e passa a incorporar um conjunto de valores e critérios que reorientam a realização de propósitos ambientais positivos. Coloca a racionalidade ambiental como um parâmetro de peso, importante nas tomadas de decisão de políticas públicas e econômicas no âmbito social.

Logo, quando falamos de meio ambiente, precisamos ampliar o nosso olhar e ver o todo: perceber seu entrecruzamento com questões sociais, culturais, políticas, econômicas, históricas, entre outras. Este campo é complexo e deve perpassar, de modo transdisciplinar, todas as áreas de conhecimento, inclusive a da Comunicação – e do Jornalismo, seu subcampo.

A partir dessa compreensão, o Jornalismo Ambiental não poderia ter outra característica, a qual também é um desafio: dispor de uma visão sistêmica, ou seja, “[...] ter presente que as pessoas, a natureza, o meio físico e biológico, a cultura e a sociedade estão umbilicalmente conectados” (BUENO, 2007, p. 34). Segundo Fritjof Capra (1982), a visão sistêmica refere-se à ideia de que a realidade, no caso, o meio ambiente, é algo que está interligado, conectado e relacionado a tudo, e a Comunicação e o Jornalismo Ambiental devem expor tal.

Porém, isso não é o que de fato ocorre: o atual Jornalismo ainda apresenta, com elogiosas exceções, a questão ambiental de forma restrita, fragmentada, pouco contextualizada e marcada por vieses mercadológicos. Estudos como os de Hannigan (1995) e Colombo (2010) identificam que a imprensa se preocupa em produzir notícias e narrativas sobre o meio ambiente em poucas ocasiões, a maioria das vezes em função de eventos/acontecimentos importantes ou catástrofes/tragédias ambientais. Para estudantes de Jornalismo que participaram da pesquisa citada anteriormente, a resposta se repete: de 96 alunos entrevistados⁵, 49% indicam problemas e catástrofes como os temas mais citados pela imprensa em se tratando de meio ambiente.

⁵ A entrevista com 96 estudantes de Jornalismo da região Sul fez parte de uma pesquisa de mestrado (GERN, 2017).

Em relação a isso, surge a reflexão (e também um dos pontos de partida) para a pesquisa sobre o tema: se levarmos em conta que o Jornalismo, ao escolher e transformar alguns fatos em notícia, pode fornecer ferramentas para a construção da imagem da realidade social, inclusive o conhecimento a respeito do meio ambiente, é preciso mudar o seu olhar e a sua prática. Jornalistas necessitam conhecer a amplitude do tema e saber como fazer isso na prática; deve-se, ademais, reduzir o olhar fragmentado e ampliar a conscientização sobre a carência de se debater e contextualizar o assunto.

E é aí que entra o ensino do Jornalismo Ambiental: como a temática está presente nas universidades? E de que forma os jornalistas precisam ser preparados para cobrir temas ambientais?

O debate que o tema requer

Para discutir o meio ambiente e suas questões nos cursos de Jornalismo das universidades, tem de se levar em conta o cenário das novas diretrizes curriculares⁶, aprovadas em 2013. Com elas, entre várias mudanças e novidades, o tema ambiental ganhou espaço, ou melhor, seu espaço foi reforçado. Desde 1999, a Lei nº 9.795 já dizia que a educação ambiental deve abranger os diferentes níveis e modalidades do ensino formal, inclusive o ensino superior. Nas novas diretrizes, destaca-se que os cursos de Jornalismo precisam contemplar a compreensão e valorização do desenvolvimento sustentável. A inserção do tema é livre: pode estar na grade das disciplinas, ser ministrado isoladamente em disciplina específica ou reunido em conteúdos interdisciplinares (MEDITSCH, 2015).

Diante disso, a pesquisa de mestrado apresentada neste capítulo (GERN, 2017) buscou entender o cenário do ensino de

⁶ A principal mudança estabelecida nas novas diretrizes é a separação das habilitações de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda, que, até então, conviviam organicamente no curso de Comunicação Social (DIAS; DALLA COSTA, 2015).

Jornalismo na área na região Sul. Constatou-se que os resultados sobre a inserção da temática ambiental nos cursos são, em boa parte, positivos: o tema está presente em 82% das universidades da região Sul, a maioria das disciplinas leva em conta o olhar abrangente e sistêmico, e os professores e alunos também têm essa compreensão sobre a necessidade de contextualização ao se abordar jornalisticamente a temática. Todos os grupos pesquisados – coordenadores de cursos, professores e estudantes – atribuíram a necessidade e importância de se abarcar a temática durante a graduação de Jornalismo, e que o entendimento contextualizado e abrangente acerca do meio ambiente se dá ou é reforçado na sala de aula; ou seja, as disciplinas relativas ao assunto são importantes. Entretanto, algumas reflexões a respeito deste cenário são necessárias.

Em campo, na hora de se fazer uma reportagem, alunos de disciplinas específicas de Jornalismo e meio ambiente apontaram a pouca ou até inexistente abordagem prática do tema nas salas de aula: não há tempo suficiente para se apresentar todos os subsídios teóricos e, ainda, fazer com que os alunos realizem práticas. Em campo, foi possível identificar que é na hora de conduzir exercícios práticos que os alunos conseguem enxergar e aplicar os conceitos e a abordagem sistêmica.

Outras descobertas incluem: tanto os professores quanto os alunos não enxergam os conteúdos das disciplinas como suficientes para o entendimento sobre o Jornalismo Ambiental; e a maioria dos estudantes não se sente preparada para realizar coberturas ambientais fora do âmbito da universidade. Isso revela grandes desafios para o ensino: afinal, para que os alunos estão sendo preparados? Qual é a real necessidade de ministrar disciplinas específicas sobre o tema?

Assim, apesar dos ganhos e da importância de disciplinas pertinentes à temática ambiental, identificou-se que o ensino pode contribuir para jornalistas mais conscientes e prontos a fazer coberturas mais contextualizadas e sistêmicas se houver

alguns ajustes. O primeiro e principal deles é o equilíbrio entre a teoria e a prática: os alunos precisam compreender teoricamente o que é o meio ambiente, mas também devem saber colocar isso nas coberturas jornalísticas.

Uma das possibilidades é abordar a temática de forma transversal ao longo do curso. Durante a pesquisa, constatou-se que apenas uma universidade de Jornalismo na região Sul do Brasil aborda o meio ambiente dessa maneira: a temática perpassa diferentes disciplinas, entre teóricas e práticas, durante o curso da Universidade Regional de Blumenau (Furb), em Santa Catarina. Ao defendermos um olhar sistêmico, interdisciplinar e complexo do meio ambiente e do Jornalismo Ambiental, e retomando o fato de que as novas diretrizes curriculares não definem como o tema deve ser contemplado – de forma isolada ou como conteúdo interdisciplinar (MEDITSCH, 2015) –, o modelo transversal é o que consegue aliar a questão ambiental a diferentes assuntos e formatos. Essa ideia foi apontada por estudantes⁷, que enxergam a questão ambiental em temas econômicos, políticos e sociais, com possibilidade de ser trabalhado em jornal impresso, online e outras mídias.

As potencialidades do modelo transversal são várias e podem suprir, principalmente, a necessidade da abordagem prática que a questão ambiental exige. Todavia, a teoria também é muito importante. Não se pode negar a dificuldade em se pensar nos diferentes conceitos teóricos trabalhados de forma diluída em várias disciplinas: como entender a complexidade do meio ambiente, o conceito sociológico e interdisciplinar em diferentes semestres? Em função da exigência de resgatar ou mesmo apresentar pela primeira vez conceitos básicos do meio ambiente – em muitas situações, não abordados ou esquecidos desde o ensino fundamental –, não se pode descartar as possibilidades de uma disciplina específica. Pela experiência em sala de aula, sistematizada por meio da modalidade metodológica da

⁷ Durante a aplicação do grupo focal para a pesquisa de mestrado (GERN, 2017).

chamada *pesquisa-ação*, durante o segundo semestre de 2015, em uma disciplina optativa oferecida aos alunos de Comunicação da Universidade Federal do Paraná, observou-se a carência de uma linearidade temporal e histórica do tema, da apresentação de conceitos básicos e da comparação das teorias com abordagens práticas para a compreensão da área, tão complexa.

Uma boa saída seria a reunião dos dois formatos: uma disciplina específica para abordar o tema teoricamente e relacionar todos os entrecruzamentos e complexidades, e o modelo transversal, através do qual todo esse conhecimento teórico fosse aplicado em atividades práticas de redação impressa, televisão, rádio, web e assessoria de imprensa.

Entende-se que são várias as implicações para a adoção dos dois formatos, variando de instituição para instituição, porém, este pode ser o modelo ideal para chegarmos à verdadeira formação de jornalistas mais conscientes e sensibilizados com a temática. Na realidade, não seriam necessárias grandes reformas curriculares ou exigências acadêmicas se o conceito de meio ambiente defendido aqui fosse entendido e seguido por todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem: naturalmente, os coordenadores relacionariam diferentes temas e disciplinas à questão ambiental, os professores exigiriam um olhar complexo e abrangente em todos os exercícios práticos, e os alunos sairiam prontos para realizar qualquer cobertura jornalística, inclusive a ambiental. É uma questão de olhar sistêmico e de abordagem contextualizada: não basta saber, é preciso praticar.

Vamos tentar, então, praticar em exercícios dentro da sala de aula?

EXERCÍCIOS

1. *Praticando o olhar sistêmico*⁸

A primeira tarefa é entender teoricamente o que significa ter uma visão sistêmica; uma boa base são os autores citados neste artigo, como Enrique Leff, Fritjof Capra e Wilson Bueno. Depois, de modo a colocar isso em práticas jornalísticas, uma sugestão é levar os alunos a um ambiente externo, para que possam redescobrir a realidade e entender que tudo está interligado. A turma deve ir até um espaço específico, como uma avenida, por exemplo, e enxergar os entrecruzamentos que ali existem. O que há nesta avenida? Carros, trânsito, imóveis? O que havia antes disso? O que essas construções implicaram? O que elas motivaram? Por que as pessoas utilizam carros? O que os carros promovem no mundo? Quem são as pessoas que transitam por ali? Há vegetação nesta avenida? Como são as árvores e quantas devem permanecer por ali ao longo dos anos? A partir de uma reflexão sobre um ambiente específico, o objetivo é que os alunos entendam que tudo está interligado e que as relações de causa e efeito estão presentes em cada detalhe do dia a dia.

2. *Aguçando o olhar crítico*

Em relação ao Jornalismo Ambiental, após entendê-lo teoricamente e saber de suas especificidades, uma boa forma de descobrir como praticá-lo é pela análise e estudo de boas coberturas ambientais. A sugestão é que os alunos tenham contato com reportagens vencedoras de prêmios da categoria e apontem o porquê de tal material ser jornalisticamente e ambientalmente de boa qualidade; também se pode ir além, questionando o que mais poderia ter sido abordado sobre o tema. Quanto ao que faltou abordar, quais podem ser as causas disso? Falta de tempo, falta de espaço, falta de fontes adequadas ou representativas,

⁸ A atividade é inspirada em uma das propostas de André Trigueiro, como forma de melhorar o entendimento prático do olhar sistêmico.

busca pelo imediatismo? Reflexões como essas instigam o olhar crítico e a descoberta de que é possível fazer diferente.

3. *Vivenciando os desafios*⁹

As críticas são importantes, contudo, também é necessário levar em conta os diferentes fatores que fazem parte da rotina jornalística. Para isso, outra sugestão é simular um grande evento ambiental ou uma catástrofe causadora de danos ambientais, com os alunos representando os atores responsáveis por produzir as informações, divulgá-las e recebê-las.

A atividade começa com a divisão da turma em quatro grupos (ou mais, dependendo do número de alunos). Um grupo representa a assessoria de comunicação de empresa responsável pelo problema/dano ambiental; dois grupos representam jornais, televisões, rádios e *sites* jornalísticos da cidade; e o outro grupo é formado por leitores/telespectadores/ouvintes/usuários. Como moderador da atividade, o(a) professor(a) é responsável por “produzir” os fatos, ou seja, por fazer tudo acontecer. O primeiro passo é definir com a turma qual é essa empresa (de transporte, por exemplo). Em seguida, o professor passa informações, sem muitos detalhes, em intervalos curtos, para o primeiro grupo (assessoria de comunicação), que deve reunir as informações e divulgar para os jornais locais com urgência.

O problema pode ter sido o derramamento de óleo na ponte que passa pelo rio que abastece a cidade e, em poucos minutos, a água foi poluída. Além disso, há comunidades ribeirinhas que vivem ali, pescadores que buscam o sustento neste rio e crianças que podem estar se banhando nas proximidades. Ao receber informações, de forma gradativa, dos superiores da empresa (no caso, representados pelo professor), a assessoria de comunicação precisa informar a imprensa e, ela, os leitores.

⁹ A descrição fundamenta-se em atividade desenvolvida por Valéria Sousa Duarte, jornalista e mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento (2014), convidada a participar de uma das aulas que compuseram a metodologia de pesquisa-ação (GERN, 2017).

A dinâmica exige que cada um cumpra o seu papel, mostrando a diferença de jornais que ficam no aguardo de *releases* dos que vão atrás de mais informações, dos que publicam informações ainda não confirmadas, dos que aguardam a contextualização dos fatos. No meio de tudo isso, os grandes avaliadores do conteúdo jornalístico são os membros do quarto grupo, que representam o público, simulando a comunidade preocupada e em busca de notícias.

Para que esta atividade seja bem executada, é importante o bom planejamento do professor: deve organizar a ordem das informações a serem repassadas minuto a minuto e contextualizar bem o fato (neste caso, o acidente). Para deixar tudo ainda mais agitado, uma sugestão é soltar boatos aos jornais, os quais precisam verificar com a assessoria de comunicação sua veracidade ou não.

A atividade demonstra um pouco dos problemas enfrentados nas coberturas ambientais e possibilita que os alunos percebam e avaliem na prática como é pautar e cobrir o tema.

4. Exercendo do início ao fim

Para encerrar o semestre de uma disciplina de Comunicação/Jornalismo e meio ambiente, uma boa atividade é a produção de uma reportagem ambiental. Primeiro, os alunos devem ser avaliados pela produção da pauta, entregue e discutida em grupo. O tema é viável? O aluno (ou grupo) conseguirá fazer uma abordagem sistêmica? É possível realizar tudo o que está proposto ou são necessários alguns cortes para dar conta do “todo” no tempo previsto? Quais as fontes mais indicadas e representativas de diversos setores envolvidos a serem ouvidas ou citadas?

Depois da avaliação e aprovação da pauta, os estudantes devem fazer as reportagens ambientais (no formato impresso, televisão, rádio ou multimídia) e apresentar à turma. O resultado é muito positivo: este é um bom termômetro para avaliar se os alunos

conseguiram exercer o olhar sistêmico, entender a abrangência de pautas ambientais e a necessidade de contextualização. Uma sugestão é fazer uma roda de conversa ao fim das apresentações: quais foram as dificuldades? Quais os principais aprendizados? O que é possível fazer em toda e qualquer cobertura jornalística?

RECOMENDAÇÕES

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente** – Teoria e Pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.

LIMA, Myrian Del Vecchio de *et al.* A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 34, p. 74-85, 2015.

GERN, Augusta. **Comunicação e meio ambiente nas salas de aula**: um olhar sobre o jornalismo ambiental no ensino superior do Sul do Brasil. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, 2017.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

REFERÊNCIAS

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). **Jornalismo Ambiental**: desafios e reflexões. Porto Alegre: Dom Quixote, p. 105-116, 2008.

_____. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente** – Teoria e Pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

COLOMBO, Macri Elaine. Jornalismo Ambiental: a sua história e conceito no contexto social. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 33, 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul, p. 1-9, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2674-1.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

DIAS, Luis Otávio; DALLA COSTA, Rosa Maria C. O ensino de jornalismo no Paraná: dicotomia entre teoria e prática e o currículo que está por vir. In: **Anais...** Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul (Intercom) 15, 2010, Joinville.

GERN, Augusta. **Comunicação e meio ambiente nas salas de aula:** um olhar sobre o jornalismo ambiental no ensino superior do Sul do Brasil. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, 2017.

GIRARDI, Ilza M. T.; SCHWAAB, Reges T. Prólogo: As razões de um conceito: In: GIRARDI; SCHWAAB (Orgs.). **Jornalismo Ambiental:** desafios e reflexões. Porto Alegre: Dom Quixote, p. 16-25, 2008.

GONÇALO, Luciana L. B. **Formação ambiental em jornalismo:** o caso da UFPB e da PUC-RJ. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2011.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental:** a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LIMA, Myrian Del Vecchio de *et al.* A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (PPGMade/UFPR)**, v. 34, p. 74-85, 2015.

MEDITSCH, Eduardo. A aplicação das novas diretrizes curriculares: oportunidade para o reencontro do ensino de jornalismo com o que foi perdido em sua história. In: ALMEIDA *et al.* (Orgs.). **O ensino de comunicação frente às novas diretrizes curriculares.** São Paulo: Intercom, p. 64-103, 2015.

MORIN, Edgar. **Terra Pátria.** Porto Alegre: Sulina, 1995.

OLHAR SISTÊMICO NA CONSTRUÇÃO DE HISTÓRIAS

Eduardo Geraque
egeraque@gmail.com

Jornalista e biólogo. Mestre em Oceanografia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor em Jornalismo Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da mesma instituição. Há 24 anos é jornalista profissional. Há 13 anos trabalha na redação da Folha de S.Paulo, na cobertura de meio ambiente, ciência, tecnologia, cidades, políticas públicas e temas esportivos.

Se a crise ambiental é mais contundente hoje do que era há 30 anos, quando a sociedade planetária se preparava para a Rio 92, também é alto o grau de complexidade social a ser enfrentado pelo jornalista que escreve sobre meio ambiente.

Para assumir o papel de um grande curador de histórias reais, com suas conexões sociais, econômicas, políticas, científicas e culturais, dominar apenas as ferramentas jornalísticas tradicionais não é suficiente. Pauta, apuração, texto com forma e conteúdo vão fazer sempre parte do processo.

Mas no século XXI, o mergulho jornalístico, seja rumo a um preciso diagnóstico ambiental da Terra, ou na direção de várias outras áreas do conhecimento, passa necessariamente por mudanças.

Incorporar o olhar sistêmico ao cotidiano do ofício de contar histórias, em um mundo onde as pessoas estão soterradas pela informação, é um dos passos a serem dados. E existem outros, entretanto, que precisam ser contextualizados primeiro. A crise do fazer jornalístico e a revolução do mundo digital, cada vez mais acelerada, são processos que não podem ser ignorados. No

caso do Brasil, estas transformações ganham contornos ainda mais pesados, por causa das dificuldades sociopolíticas que assolam o país desde 2015.

Se há mais de duas décadas o aluno de Comunicação ainda precisava, em alguns casos, da máquina de escrever, de um rolo de filme (e depois de um laboratório químico de revelação), além de um grande e pesado gravador de fita cassete, fora os microfones com fio dos radialistas, hoje, duas palavras dão o tom das mudanças que ocorreram no dia a dia do ofício jornalístico: redes sociais. Com elas, dentro dos celulares de geração mais recente, tudo o que se domina e se conhece, seja na imprensa, no rádio e na televisão, é alvo de um xequemate.

As grandes plataformas de redes eletrônicas sociais, que são um negócio bilionário e não apenas um aplicativo de colaboração, como o Facebook e o Twitter, tentam fazer crer que são e estão virando emissoras digitais de fato. Transformação que tem tirado o peso, entre outras consequências, das redes de televisão tradicionais.

No início de junho de 2017, este debate ganhou mais fôlego pelo fato de a transmissão de dois amistosos da seleção brasileira de futebol ter desaparecido dos grandes canais abertos e migrado para emissoras de menor visibilidade ou para as redes sociais. Como deve se comportar uma equipe de transmissão esportiva que em vez de transmitir Brasil e Argentina pela Rede Globo vai falar para um público que está exclusivamente no Facebook?

A revolução digital obriga o jornalista a enfrentar uma série de novos caminhos. Vídeos, *podcasts*, Jornalismo de Dados e domínio das redes sociais são alguns deles. A crise do meio, e os jornais tradicionais não existindo mais como funcionavam há dez anos, obrigam os profissionais a produzirem conteúdo em uma empresa que tem apenas eles próprios como contratados. Não importando muito se a informação produzida por estes jornalistas empreendedores vai ser distribuída em cinco minutos ou cinco dias. Se ela será consumida no papel ou nas mais diferentes telas, ou ainda emitida pelas ondas sonoras.

Até mesmo a pergunta “O jornal sobreviverá?” soa anacrônica. Quem se importa se o consumidor de notícias sujará as mãos com papel e tinta ou somente gastará a ponta de um dedo sobre a tela do celular?

O jornalista continua sendo o melhor filtro de informação que se pode ter, e a geração de conteúdo estará sempre presente em qualquer trabalho de Comunicação, desde que se saiba quem é o consumidor e quais ferramentas são ideias para atingi-lo.

O diagnóstico de que existe uma soma de complexidades, tanto da profissão e da crise do Jornalismo quanto da temática ambiental, é praticamente consensual. O que deve instigar ainda mais quem pretende encarar a realidade do Jornalismo sobre meio ambiente.

Neste contexto, até mesmo o peso do desenvolvimento sustentável precisa ganhar precisão. Vários intelectuais nacionais e estrangeiros, como o sociólogo mexicano Enrique Leff, mostram que a sustentabilidade é uma ideia cada vez mais lateral para os grandes tomadores de decisão em qualquer esfera de poder. A decisão do presidente americano Donald Trump, no início de junho de 2017, de abandonar o acordo climático de Paris, reforça essa tese.

Os dados de aumento do desmatamento da floresta atlântica, bioma que cobria 40% do Brasil quando os portugueses começaram a dominação dos índios e fundaram o país, também revelam que os sistemas preponderantemente focados no capital e na exploração dos recursos naturais limitados estão muito mais sobre a mesa de discussão do que os sistemas defensores do caminho da sustentabilidade.

Diante das transformações que se somam, há grandes riscos de o jornalista ambiental se perder nos vários labirintos a surgir à sua frente. Neste quadro, enquanto o produtor de conteúdo precisa ter um olhar treinado e boas ferramentas em mãos para buscar suas histórias, ele, igualmente, deve dominar as estratégias que levarão suas reportagens até o leitor, telespectador, ouvinte ou internauta.

As possibilidades são muitas, por isso, não se pode ignorar as chances de o percurso ser interrompido no meio. A discussão teórica, que serve de alicerce para se entender como o Jornalismo Ambiental se liga ao olhar sistêmico, é a primeira a ser enfrentada.

Depois, o mundo real. Exemplos possíveis de projetos sistêmicos, mesmo no Jornalismo diário, vão ser debatidos. Sem fugir da apresentação das frustrações, dos obstáculos e das críticas. Na sequência, a apresentação de ideias que poderão ser feitas por jornalistas que trabalham em equipe (pois não há trabalho individual no Jornalismo noticioso) ajudarão a entender melhor como o olhar sistêmico pode ser exercitado na prática.

A proposta aqui é aliar a prática do Jornalismo diário, nos últimos dez anos realizada na redação da *Folha de S.Paulo*, o maior jornal do país, com reflexões teóricas do campo das abordagens sistêmicas. Onde o fluxo energético representado pela reportagem perpassa do universo jornalístico para o universo ambiental e vice-versa, interagindo com os componentes sociais, econômicos, políticos, científicos e culturais.

Atravessando a reportagem

Uma das formas interessantes para se atravessar uma reportagem e levar o conteúdo ao público, pode ser entendida a partir da gênese do processo moderno de se fazer Jornalismo.

O caso emblemático de João do Rio, no Rio de Janeiro ainda Capital Federal, nas primeiras décadas do século passado, serve bem para ilustrar a travessia. Parte da história viva deste repórter inovador foi resgatada pela professora Cremilda Medina, da Universidade de São Paulo.

Segundo a autora, João do Rio produzia textos a partir de sua observação direta e palpitante das ruas. O fato de o repórter ir à rua e construir a história daquele momento embasa o conceito de definição moderna do Jornalismo.

Desde o seu nascimento, reportagem e jornal andam juntos, ou, pelo menos, deveria ser assim. Um percurso histórico de João do Rio até o século XXI poderia trazer uma série de exemplos positivos dessa união. Mas, também, principalmente em relação ao problema epistemológico da questão ambiental.

O espírito de João do Rio, nas palavras de Cremilda Medina, merece ser revivido.

Faro, traduzido em linguagem técnica do jornalismo moderno, é a capacidade de antecipar informações pelo convívio com os fatos em movimento no presente histórico; e a fidelidade do repórter pode ser traduzida como observação da realidade e captação de dados objetivos, exteriores ao observador. As reportagens de João do Rio demonstram, ainda que de forma incipiente, essas capacidades, assumidas numa época em que ser jornalista era ter habilidade verbal e falar sobre não importa o que, movido pela inspiração do momento (MEDINA, 1988, p.59).

Ao procurar continuar ligando forma ao conteúdo, como fez João do Rio e vários outros – além da postura de produtor de significado que existe dentro de uma missão jornalística –, o pesquisador Jim Detjen, no artigo *A new kind of environment reporting is need*, publicado no Nieman Reports, da Universidade de Harvard, em 2002, propõe uma contribuição instigante dentro do contexto ambiental. Segundo o autor, é mais do que urgente que se desenvolva um novo tipo de Jornalismo Ambiental, o que ele chamaria de Jornalismo Sustentável.

De acordo com Detjen, o termo usado por ele surgiu na obra *In Earth's Company: Business, Environment and the Challenge of Sustainability*, de autoria de Carl Frankel. Para este autor, o novo tipo de Jornalismo deveria incorporar os melhores aspectos da tradicional pesquisa jornalística, linguagem precisa e esforços de reportagem. Deveria ser direcionado para educar as pessoas, a

partir de um caminho duplo. A importância da natureza e do desenvolvimento sustentável de um lado e, de outro, os esforços que devem existir para que se consiga um desenvolvimento econômico concomitante a um meio ambiente saudável. Esse Jornalismo também tem que suportar o diálogo entre as pessoas para que dele possam sair soluções.

Na opinião de Detjen, do Centro Knight para Jornalismo Ambiental da Universidade do Estado de Michigan, está mais do que claro. “Aumentar a cobertura de soluções promissoras que possam resolver a complexidade dos problemas ambientais é um dos caminhos”.

As sugestões práticas oferecidas por Detjen, dentro do escopo desse Jornalismo Sustentável que ele também defende, são mais abrangentes. Segundo ele, aumentar o acesso às informações ambientais para toda a sociedade, por meio da abertura de arquivos secretos e da circulação livre das informações, são ações facilitadoras para o próprio jornalista que se interessa pelo meio ambiente.

Aumentar cada vez mais a cobertura de questões ambientais internacionais, como o problema das mudanças climáticas globais, é outra ação que, conforme Detjen, provocará um aumento de interesse pelos temas ambientais. Para o pesquisador norte-americano, várias histórias ambientais de apelo jornalístico são descartadas pela imprensa e, portanto, não ajudam na sedimentação do Jornalismo Sustentável. Entre elas, a questão da pesca em locais onde os estoques de peixe estão em declínio, ou mesmo a relação entre o aumento do consumo em todo o mundo e o grande impacto ambiental que esse processo provoca.

Prática: *Líquido e Incerto*

A publicação multimídia *Líquido e Incerto*, vencedora do Prêmio ExxonMobil de Jornalismo em 2015, na modalidade Informação Científica, Tecnológica ou Ambiental, é uma ilustração contemporânea dos dilemas do Jornalismo sobre meio ambiente.

Em 2014, durante a grave crise hídrica registrada na Grande São Paulo, uma das maiores regiões metropolitanas do mundo, houve espaço para que um projeto especial sobre água surgisse dentro da redação do jornal *Folha de S.Paulo*. Cinco jornalistas, além de um fotógrafo e uma equipe de infografistas, se envolveram diretamente no projeto.

Desde as primeiras reuniões de pauta do especial, o objetivo, mesmo que indireto, era apresentar a questão hídrica no país sob um prisma transversal. A publicação final, além de uma introdução sobre o drama da falta de água no planeta, e a importância que o líquido tem para a sobrevivência humana, ajudou a destrinchar outros capítulos cruciais da relação do Brasil com a água.

A crise hídrica metropolitana mereceu muitos holofotes. A transposição do São Francisco, obra polêmica que tem como objetivo principal ajudar a irrigação de parte do Semiárido Nordeste, foi outro item pinçado pelos editores. Na Amazônia, o destaque recaiu no aproveitamento hidrelétrico do rio Madeira e todas as consequências ambientais que as usinas estão causando na região.

Como participei da apuração e do texto acerca da crise hídrica paulista, uma das mais graves da história registradas na região, discutirei alguns pontos da produção jornalística deste especial, vencedor do Esso.

Antes de falar da abordagem sistêmica presente nos capítulos da publicação, que procurou, sempre na medida do possível, e dentro de várias limitações, estabelecer as relações entre vários fenômenos simultâneos – científicos, culturais, econômicos, políticos e sociais –, é importante fazer uma ressalva.

Nos dias atuais, em que as redações têm limitações de pessoas e de dinheiro, uma publicação como a da crise hídrica, com uma quantidade grande de gente envolvida e com muitos deslocamentos de repórteres e fotógrafos pelo país, surge apenas com total envolvimento das instâncias superiores do jornal.

A importância da pauta nascer transversal e relacionar as discussões de especialistas e ambientalistas como atores sociais que

estão vivendo o problema, além das questões sociopolíticas que servem de contexto, é fundamental para que os jornalistas que decidem dentro de uma redação sejam seduzidos pelo conteúdo a ser produzido.

Por mais que as ferramentas tecnológicas nos permitam simular o voo de um helicóptero sobre o sistema Cantareira, complexo de seis represas que abastecem a maior parte da Grande São Paulo, o foco no conteúdo é que fez o projeto prosperar.

Reportagens complexas, mesmo depois da tomada de decisão de que elas realmente devem ser feitas, estão 100% das vezes sujeitas a orçamentos pequenos e, principalmente, a um curto período de tempo para serem produzidas e redigidas. Essas limitações fazem com que a pauta pensada e discutida, em quase todos os casos, não possa ser cumprida à risca. A leitura das reportagens do especial mostra de forma clara que não existe perfeição. A transformação do mundo ideal, teorizado, para aquilo que acaba sendo publicado, sempre vai gerar um frio na barriga.

No caso de *Líquido e Incerto*, os repórteres tiveram algumas semanas para entregar seus textos. O que mostra mais uma vez como é importante que exista uma boa pauta, com perguntas coerentes e precisas. Mais do que isso, se o treino para se ter um olhar transversal não for feito todos os dias, mas apenas nas reportagens carimbadas como especiais, os caminhos ficarão mais longos.

Esse exercício diário de se ter uma visão transversal dos problemas, buscando sempre entender como funcionam todas as engrenagens de um mesmo fenômeno, será muito útil na prática do jornalista. De repente, uma crise na Amazônia pode levar os olhares da sociedade para lá. Ou então, na semana que vem, pode ser que uma ONG de renome publique dados novos de um estudo sobre Mata Atlântica ou em relação à extinção de espécies marinhas no litoral do país. Lição de casa se faz todos os dias.

Qualquer assunto merece uma visão sistêmica. A visão construída no dia a dia será fundamental na elaboração de uma

reportagem que terá de ser feita rapidamente, sem dinheiro e com pouca gente.

As dificuldades de se fazer uma abordagem transversal, de ter um olhar sistêmico, no Jornalismo diário, é grande. O que não significa que esses obstáculos devem causar uma mudança de rota. Pelo contrário, jogar o jogo, mas, ao mesmo tempo, passar da superfície dos temas envolvidos em uma reportagem e conseguir se aprofundar no assunto em foco é um desafio que deve ser enfrentado. Sob pena de se fazer um Jornalismo sem interesse social.

EXERCÍCIOS

1. Olhar para a cidade

Uma investigação interessante que pode ser feita em qualquer contexto é descobrir quais são as iniciativas sustentáveis, em termos de produção de alimentos, que estão sendo feitas na sua cidade, ou então na região metropolitana onde você mora.

Num contexto mundial, a produção e distribuição de alimentos tem uma importância gigantesca na sobrevivência das pessoas. A pergunta central é: até que ponto a agricultura familiar pode se estruturar para oferecer um caminho viável, barato e de qualidade, para realmente inserir o contexto sustentável na mesa das pessoas? Consumir produtos que saem de perto da casa das pessoas tem implicações em vários fenômenos sociais, desde a temática das mudanças climáticas até a da mobilidade urbana. Olhar para todos esses lados e incorporá-los em uma história sobre horta comunitária na periferia, é, sem dúvida, sair da parte rasa e mergulhar no Jornalismo.

2. O ar que se respira

A poluição atmosférica das principais capitais do Brasil é um problema que, apesar de sério, é oculto para a maioria das pessoas.

Desnudar esses contextos é uma missão social importante que os jornalistas podem seguir. A relação com os impactos que a poluição do ar tem sobre a saúde das pessoas, principalmente crianças e idosos, é direta. Mas como o problema é avaliado nas cidades brasileiras? Os dados existem? São confiáveis? O padrão usado para dizer se uma cidade é poluída ou não está de acordo com os principais padrões internacionais? Quais são as fontes poluidoras? Historicamente e culturalmente, as fontes mudaram ao longo dos anos? As políticas públicas e os cenários econômicos das cidades têm aumentado ou diminuído a poluição?

3. *Rios urbanos*

Será que o Brasil e outras grandes cidades do mundo seguiram o mesmo padrão de desenvolvimento urbano ao darem as costas para os seus rios? No futuro, existirão formas de fazer com que os rios não sejam mais poluídos e, portanto, voltem a melhorar a saúde das cidades? Ou rios enterrados são a melhor saída para as cidades que precisam cada vez mais de espaço para moradia e mobilidade? A quantidade de histórias transversais que a água nas cidades gera não pode ser ignorada.

RECOMENDAÇÕES

É impossível fazer uma lista definitiva de fontes bibliográficas. Por isso, vou indicar mais caminhos qualitativos. Do lado teórico, existem muitos pesquisadores que estão se debruçando sobre a construção de uma racionalidade ambiental. Temos o caso do mexicano Enrique Leff, que tem várias obras importantes sobre o tema, e o professor da Universidade de São Paulo (USP) Ricardo Abramovay¹⁰, que segue a mesma linha de pensamento. Textos e obras da chamada ecologia profunda também podem oferecer bons subsídios aos interessados pelo tema.

¹⁰ Confira mais informações sobre o pesquisador em <<http://ricardoabramovay.com>>.

No campo exclusivamente jornalístico, os grupos de pesquisa de Jornalismo Literário são boas fontes para se ter ideia de como unir forma e conteúdo depois de uma apuração transversal. Por falar em texto, não há muita saída: ler bons textos é essencial. Machado de Assis continua mais atual do que nunca.

Em termos práticos, com as vantagens infinitas que se tem hoje, tal qual o acesso a diversas rádios, tvs e jornais, os caminhos são vários. Grandes periódicos, como o *The New York Times* (EUA) e o *The Guardian* (Inglaterra), estão sempre produzindo reportagens imperdíveis a respeito de temas ambientais.

No exterior, existem experiências fantásticas, fruto de muito debate, discussão e sujeitos bem-informados. É o caso do programa de rádio *It's Hot In Here*¹¹, feito a partir de Ann Arbor, simpática cidade universitária de Michigan, nos Estados Unidos.

No contexto brasileiro, publicações feitas por pessoas que sabem misturar conhecimento teórico, Jornalismo e, em certos casos, ativismo ambiental, o que acaba merecendo críticas de alguns, são boas fontes de informações. Como exemplo, há a revista *Página 22*¹², feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo. Ou o portal Infoamazônia¹³, com seu olhar clínico, sempre focado num dos principais ecossistemas do mundo.

Se o interesse for por grandes narrativas ambientais e científicas, publicadas recentemente, o livro é: *Vozes de Chernobyl, história de um Desastre Nuclear*, de Svetlana Alexievich. Por meio de entrevistas com sobreviventes e testemunhas de um dos maiores acidentes nucleares da história, a autora bielorrussa, que ganhou o Nobel de Literatura em 2015, conta muitos dramas que ficaram escondidos pelo patrulhamento do regime da época.

11 Disponível em: <<http://www.hotinhere.us/>>.

12 Disponível em: <<http://pagina22.com.br/>>.

13 Disponível em: <<https://infoamazonia.org/pt>>.

REFERÊNCIAS

DETJEN, Jim. **A new kind of environment reporting is needed.** Nieman Reports, Cambridge, v.56, n.4, p. 38-40, 2002. Disponível em: <<http://niemanreports.org/articles/a-new-kind-of-environment-reporting-is-needed/>>.

GERAQUE, Eduardo Augusto. **Reportagens atravessadas:** um mergulho, via Teoria Geral dos Sistemas, na cobertura da poluição atmosférica feita por jornais brasileiros e mexicanos. Tese (doutorado). 2006. 243 f. Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-12092007-162600/pt-br.php>>.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda** – Jornalismo na sociedade urbana industrial. 5ª ed. São Paulo: Summus, 1988.

LÍQUIDO E INCERTO – O futuro dos recursos hídricos no Brasil. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/ambiente/2014/09/15/crise-da-agua/>>.

SUSTENTABILIDADE: DO QUE ESTAMOS FALANDO? ENTENDER OS PARADIGMAS PARA COMPLEXIFICAR A PAUTA

Cláudia Herte de Moraes

chmoraes@gmail.com

Jornalista, mestra em Ciências da Comunicação e doutora em Comunicação e Informação. Integra o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS). Professora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Eliege Maria Fante

eliege_f@yahoo.com.br

Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) e é associada ao Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ- RS).

A crise ecológica, instalada especialmente no século xx em escala mundial, evidenciou a finitude dos bens naturais e coletivos e a conseqüente insustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico. Os eventos mais citados envolvem acidentes variados, mas que serviram de alerta sobre a poluição crescente. O nevoeiro de poluição atmosférica ocorrido em Londres, no ano de 1952, conhecido como *Big Smog*, causou 1.600 mortes diretas e provocou o debate acerca da qualidade do ar na Grã-Bretanha. No ano de 1967, um acidente na plataforma britânica de extração de Torrey Canyon lança uma grande quantidade de petróleo no mar. Em 1968, ocorre a contaminação

por mercúrio, que ficou conhecida mundialmente como Mal de Minamata, na baía de mesmo nome, no Japão, reportado como o primeiro grave acidente ambiental ocasionado por contaminação industrial, levando a um processo de indenização das vítimas. Entre 1976 e 1986, seis graves acidentes são registrados por contaminação química ou nuclear: Seveso, na Itália, em 1976; Three Mile Island, nos EUA, em 1979; Bophal, na Índia; Love Canal, nos EUA; Vila Socó, no Brasil, os três últimos em 1984; Chernobyl, na ex-URSS, em 1986.

O livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, foi fundamental e ainda hoje é referência para demarcar a denúncia e o avanço da exploração da natureza. Publicado em 1962, seu impacto no imaginário social colocou um grande ponto de interrogação em relação ao tipo de “desenvolvimento” em curso. Tratando em detalhes sobre os efeitos dos pesticidas no solo, no ar, na água, e nas vidas animais e humanas, o livro levantou também problemas éticos, na medida em que a grande maioria da população nem sequer imaginava a quantidade de venenos a que estava exposta.

A partir desses eventos, cientistas de diversas áreas e setores sociais foram provocados a buscar soluções para evitar a falta de recursos naturais, tanto como matéria-prima às atividades econômicas quanto à subsistência das populações. O conceito de sustentabilidade passa a figurar em discursos de diferentes agentes sociais. Como a questão ambiental está diretamente ligada à sustentabilidade, apresentamos este debate, com suas nuances teóricas e práticas, como contribuição à formação de jornalistas ambientais. Entender o debate sobre a sustentabilidade e a concepção do desenvolvimento sustentável à luz dos paradigmas e racionalidades que organizam a sociedade é um passo importante para a produção de pautas alinhadas com o Jornalismo Ambiental.

Paradigmas na construção do conceito

Para entender a questão da sustentabilidade no mundo contemporâneo, vamos abordar primeiramente os paradigmas de pensamento. Um paradigma, de modo simples, é um modelo de pensamento ou uma visão de mundo. Esta visão impacta as pessoas e o coletivo como uma forma de chegar ao conhecimento, incluindo teorias, valores, instrumentos, processos, técnicas, métodos e conceitos para a busca de conhecimento. Pensar o funcionamento dos paradigmas contribui para questionar o que nos é apresentado como modelo vigente, como a visão de mundo “padrão”. Geralmente é bastante complicado vermos além. Por isso, entendemos a emergência do Paradigma Ecológico (PE) como indutora do conceito de sustentabilidade.

Thomas Kuhn estudou as revoluções científicas no livro *Estrutura das Revoluções Científicas*, de 1962, e estabeleceu o funcionamento dos paradigmas científicos, bem como a forma de ruptura dos mesmos. O conhecimento científico, para este autor, é descontínuo, influenciado por suas rupturas. Quando uma certa comunidade científica questiona o paradigma vigente, começa o processo de ruptura. O Paradigma Moderno (PM) foi construído a partir dos estudos de inúmeros cientistas que questionavam o Paradigma Clássico¹⁴, constituindo-se com o advento da chamada revolução científica.

A visão cartesiana é, desde então, o paradigma moderno vigente, e colabora para que as pessoas entendam o mundo de uma forma mecânica. Com a metáfora da máquina, ser humano e sociedade são analisados em partes, cada qual com sua função, daí se diz trazer uma visão mecanicista. A ideia central do PM está na forma de compreender o mundo; os objetos passam a ser dissecados em partes na busca da compreensão do todo, gerando

14 “[...] o paradigma clássico defendia a visão de um universo esférico, finito e com uma estrutura surpreendentemente ordenada, portanto, acabada. Dentro dele, o homem permanecia um ser fechado, completo, perfeito” (HÜHNE, 1987 apud NONATA, 2007, p. 268).

fragmentação. Podemos entender que tem caráter determinista, com a causalidade mecânica, pensamento linear e causa-efeito, ocasionando a simplificação da realidade. A metáfora da máquina se complementa com a do relógio. Quando algo funciona bem, muitos dizem “funciona como um relógio”, por isso, se afirma que o pensamento moderno é funcionalista.

A visão mecanicista, de conhecimento fragmentado, opera a valorização do método e do conhecimento científico como neutro, sem ligações com as disputas sociais. Aqui, a ciência e a tecnologia são utilizadas a partir da ideia do domínio da natureza em direção ao progresso incessante. A visão moderna foca no uso da alta tecnologia, logo, é tecnocêntrica. Seres humanos são colocados numa relação de dominação ante os demais seres e a natureza, com o uso de “recursos” para o progresso e riqueza. A tecnociência marca uma nova fase histórica no alcance do “estágio supremo” da evolução do domínio do homem sobre a natureza (SANTOS, 2008, p. 17).

O PE busca a ruptura com o PM (também conhecido como mecânico ou cartesiano). A partir dos fatos ligados à crise ecológica, mostra a inviabilidade da destruição da natureza – homem aqui incluído, sendo, portanto, considerado um paradigma emergente. Propõe uma mudança de visão de mundo, mediante as ideias da ecologia, de comunidades ecológicas e ecossistemas, com a interdependência de todos os sistemas e das relações mútuas. Segundo a influência do holismo¹⁵, o homem é um todo indivisível, com suas dimensões físicas, psicológicas e sociais, e dotado de subjetividade. Da mesma forma, entende a sociedade a partir do todo.

Neste paradigma emergente, a principal palavra é rede. Conforme Fritjof Capra (2006) e sua ideia de teia da vida, todas as redes estão em outras redes, ou seja, não adiantaria se conhecer

15 Termo criado em 1926 por Jan Christiaan Smuts (1870-1950), na obra *Holismo e Evolução*, indicando que o conjunto não é a mera soma de suas partes, posto que o todo e as suas partes se influenciam e se determinam reciprocamente.

partes. Ao mesmo tempo, o PE coloca que não há modelo capaz de explicar os fenômenos, e o observador não é neutro, pois é influenciado por seus objetos. Capra (2006) diz que é necessário buscar um novo meio de avaliar os problemas, pois:

[...] vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes. Para descrever esse mundo apropriadamente, necessitamos de uma perspectiva ecológica que a visão de mundo cartesiana não nos oferece (CAPRA, 2006, p. 14).

O pensamento ecológico considera o universo em transformação. Outra influência forte está nas ideias da ecologia profunda, que indicam a necessidade de busca de harmonia nas relações entre homem e natureza, valorizando cada ser de forma intrínseca, com ênfase nos objetivos de autorrealização dos seres, em contraponto à visão do progresso sem medidas. Trata-se de observar os limites da sustentabilidade e discutir a maquinaria do consumismo.

A visão de mundo ecológica está na base do PE (também identificado como paradigma sistêmico). O surgimento deste modelo deu origem a uma nova visão de mundo, ecológica e, com isso, pôde-se constituir as bases do pensamento sustentável. O PE tenta fazer uma ruptura com a visão de mundo mecanicista, principalmente quanto à relação entre homem e natureza. Ele vai construir e alimentar um novo entendimento de mundo, uma nova visão, que acentua a responsabilidade social e ambiental, fundamentos na construção do conceito de sustentabilidade.

Outras vertentes teóricas intencionam construir uma nova racionalidade baseada no PE. Capra (2006) é um dos autores mais citados, pois indica a visão ecológica como base para a mudança social. Para ele, é preciso fazer uma distinção entre ecologia profunda, que “exigirá mudanças radicais em nossa percepção

do papel dos seres humanos no ecossistema planetário”, e ambientalismo superficial, que se preocupa “com o controle e a administração mais eficiente do meio ambiente em benefício do homem [...]” (p. 402-403).

A ecologia profunda “tem suas raízes numa percepção da realidade que transcende a estrutura científica e atinge a consciência intuitiva da unicidade de toda a vida, a interdependência de suas múltiplas manifestações e seus ciclos de mudanças e transformação” (CAPRA, 2006, p. 403). O autor traz elementos de contraposição à visão instrumental da natureza, a qual tem como base que todos os entes devem estar subordinados aos interesses dos seres humanos.

Morin (1997) postula a necessidade de uma revolução do pensamento. Para o autor, passamos a viver um momento histórico em que o impacto da crise ambiental deve levar a humanidade a buscar o respeito às diferenças culturais, de forma unificada. “Se a humanidade não conseguir realizar esta unidade, correrá com certeza o risco de se autodestruir em todos os planos: político, biológico e, ousado mesmo dizer, vital” (MORIN, 1997, p. 60).

Portanto, há uma responsabilidade e uma ética para as escolhas sobre os caminhos e as consequências destas decisões. A associação entre racionalidade capitalista e racionalidade científica e tecnológica busca a previsibilidade e o controle da realidade, eficácia entre meios e fins. Esta racionalidade se torna um instrumento de domínio da natureza. Por isso, são propostos novos valores e nova consciência, trazidos pelo saber ambiental em direção à mudança social (LEFF, 2010).

Pequeno recorte histórico sobre as origens da questão ambiental

Existem registros da atuação de ecologistas, ativistas e movimentos ambientalistas, preservacionistas e/ou de denúncia da destruição de ecossistemas, biodiversidade e comunidades

humanas atingidas há, pelo menos, um século, em municípios brasileiros e nos europeus. Contudo, estes movimentos ganharam força e maior atenção pública (inclusive da mídia) a partir de documentos do contexto global de devastação, os quais apontaram caminhos para um tipo de controle.

Nos referimos principalmente ao relatório de pesquisa do Clube de Roma, intitulado *Limites do Crescimento*¹⁶, que adiantou riscos à economia global capitalista devido à escassez dos chamados recursos naturais¹⁷, lançado no início de 1972. Em meados daquele ano, durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), representantes de nações (tanto as ditas ricas quanto as pobres) não aceitaram restringir ou mesmo controlar os investimentos em projetos de desenvolvimento para o crescimento econômico em seus países, sendo estes ligados às grandes empresas transnacionais da mineração, do agronegócio, entre outras, tendo em comum a dependência da depleção dos combustíveis fósseis. A finitude do petróleo veio a se confirmar um ano após a Conferência, por meio do Choque de 1973, repetido em 1979. Contudo, a exploração continuou, e os investimentos em matrizes energéticas renováveis nos países não correspondem, até hoje, à necessidade de conservação dos bens naturais e coletivos, nem à demanda do modelo econômico vigente.

Como os países chegaram a esta divisão de nações ricas e pobres, e todas obrigadas a se desenvolver com o uso dos mesmos ingredientes e da mesma receita? O nosso recorte histórico destaca o período de maior visibilidade e acirramento das dualidades, que, além das categorizações “nação rica” e “nação pobre”, redundou em desenvolvida e subdesenvolvida; avançada e atrasada; civilizada e selvagem; central e periférica; do primeiro mundo e do terceiro mundo; de país desenvolvido e de país emergente ou

16 Também conhecido como Relatório do Clube de Roma ou Relatório Meadows. Os integrantes do Clube eram grandes empresários, políticos e pesquisadores ilustres de diversas áreas do conhecimento, todos representantes de diversos países, em sua maioria, da ordem política e econômica dominante.

17 Consideramos bens naturais e coletivos.

em desenvolvimento. Estamos falando do conceito de desenvolvimento anunciado no pós-Segunda Guerra Mundial. Alberto Acosta (2016) retoma o quarto ponto do discurso de início do segundo mandato do presidente estadunidense Harry Truman, em 1949, o qual diagnostica a situação político-econômica de países colonizados e em fase de independência colonial política:

Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. [...]. Sua vida econômica é primitiva e estancada. Sua pobreza é um lastro e uma ameaça tanto para eles mesmos quanto para as regiões mais prósperas (ACOSTA, 2016, p. 44, grifos nossos).

A ignorância sobre e a consequente inferiorização da diversidade natural e cultural dos outros povos do mundo foi evidenciada na classificação da sua alimentação como “inadequada”, e da sua economia dita “primitiva”. Na sequência do discurso, o presidente Truman trata das ações que, ele supunha, elevariam esses países à condição de superioridade dos Estados Unidos. Apenas para “ajudar” a “melhorar” a “subdesenvolvida” realidade dos povos; na verdade, com visões de mundo singulares e desconhecidas, os Estados Unidos receitaram mais produção nos vários setores com a “cooperação das empresas, do capital privado” da sua nação:

Nosso propósito teria de ser o de *ajudar* os povos livres do mundo. [...] este programa pode *melhorar* substancialmente seus *padrões de vida*. O que vislumbramos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma relação limpa e democrática (ACOSTA, 2016, p. 44, grifos nossos).

Em decorrência dos impactos, o conceito de desenvolvimento se modificou na segunda metade do século xx, e uma das especificidades¹⁸ assumidas foi a da sustentabilidade. Conforme Silva (2017, p. 250), o registro inicial da expressão “sustentável” ocorreu em 1974, na Declaração Cocoyoc¹⁹: “[...] apontava que o problema do mundo não era a escassez, e sim a má distribuição dos recursos naturais para todos os países, de modo a garantir as necessidades básicas humanas. [...] era preciso rever os modos de vida, principalmente, o alto consumo dos países ricos.”

Pela segunda vez, a expressão apareceu em 1980, no documento²⁰ *A Estratégia Mundial para a conservação: a conservação dos recursos vivos para alcançar o desenvolvimento sustentável (DS)*. Silva (2017, p. 251) afirma que “O objetivo da conservação presente na estratégia era o de manter a capacidade do planeta de sustentar o desenvolvimento, levando em consideração a capacidade dos ecossistemas e as necessidades das gerações futuras”. E que somente a partir do *Relatório Brundtland* as expressões “sustentável” e “sustentabilidade” passaram a circular na agenda política e econômica global.

A adoção de um ponto de vista multigeracional diante da natureza e a imposição de limites ao crescimento foram ideias amadurecidas no decorrer do século passado, culminando, em 1987, na definição clássica de desenvolvimento sustentável enunciada no *Relatório Brundtland*²¹: “que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades”. Acselrad (1993, p. 5) traduziu as referidas “necessidades” como “demanda expressa

18 Acosta (2016) cita também: desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural, desenvolvimento local, desenvolvimento global, ecodesenvolvimento, desenvolvimento humano, desenvolvimento com igualdade de gênero, etc.

19 Especialistas se reuniram em Cocoyoc (México), em simpósio organizado pelo PNUMA e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

20 Autores: União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais (IUCN), PNUMA, World Wide Found for Nature (WWF), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

21 Também chamado Nosso Futuro Comum.

em moeda”, justificando que até então nenhum desenvolvimento havia atendido às necessidades sociais básicas das populações. Ele explicou que a proposta de restrição ambiental ao modelo de desenvolvimento capitalista, ao passo que admitia a “incapacidade do cálculo econômico capitalista em considerar os limites da natureza”, desconsiderava as “condições sociopolíticas” que regiam o “poder de controle e o uso” dos bens naturais e coletivos. O poder do capital sobre a natureza é ainda mais ampliado, com a internalização dos custos ambientais.

Se isso parecia uma atitude de reconhecimento à natureza (tida como “externalidade”), Acsehrad (1993, p. 6) alertou a estratégia para a continuidade do modelo de desenvolvimento sem a alteração das estruturas de poder. O que implicou, como temos testemunhado ao longo dos anos, “[...] o aprofundamento dos processos de expropriação das comunidades de trabalhadores que detêm algum controle sobre os recursos naturais”. Finalmente, concluiu que a luta devia ocorrer no campo político para tornar público o meio ambiente comum através da sua desprivatização.

O desenvolvimento sustentável se dizia abrangente ao englobar não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e ambientais. Medeiros e Almeida (2010, p. 108-109) apontam contradições do conceito economicista de sustentabilidade difundido pelo *Relatório Brundtland*: “O termo sustentabilidade advindo da ecologia carrega o significado de tendência à estabilidade, equilíbrio dinâmico e interdependência entre ecossistemas, enquanto desenvolvimento diz respeito ao crescimento dos meios de produção, à acumulação e expansão das forças produtivas”.

Muitas vezes, o DS é focado numa visão reformista, de reafirmação do modelo de desenvolvimento atual, e sem incorporar a participação pública. O desenvolvimento sustentável tem se mantido em discussão, com várias interpretações e disputas sobre seu significado. Este debate é importante para que se busque um aprofundamento a respeito da questão ambiental.

No entanto, em função da grande expectativa em torno das

resoluções e ações diante da crise ambiental, Nixon (1993) afirma que o conceito de DS se trata de uma mistificação que pode ser apresentada como uma ideia sincera, mas que coloca lado a lado a correção de danos e o desfrute dos frutos do desenvolvimento. Entender o DS como forma de aproveitamento melhorado dos “recursos naturais” fundamenta-se na confiança na ciência e na tecnologia para o resgate de um equilíbrio ambiental, porém, dentro do sistema industrial. Esta interpretação, todavia, ainda não conseguiu superar os graves problemas ambientais globais.

Outro componente importante é a eficácia discursiva do “desenvolvimento sustentável”, com apoio na ciência – utilizada para conferir legitimidade ao problema ambiental, deixando, por vezes, a complexidade da necessária equidade social – e na existência de um “discurso da disjunção”, indicando que existe uma aceitação da justiça social e da sustentabilidade, no entanto, sem resultados práticos (REDCLIFT, 2002).

Devemos pontuar que o DS é derivado da própria ideia de progresso (MORIN, 2005). Embora existam décadas de crescimento econômico, este não ocorreu em relação ao desenvolvimento social e humano ou na qualidade ambiental. Desta maneira, fica claro que a distribuição desigual dos bens oriundos do progresso é encoberta por uma ideia generalista de desenvolvimento sustentável.

O Jornalismo e a sustentabilidade

Entendemos a sustentabilidade como um conceito em disputa em razão da polissemia do termo, utilizado na economia, na política, na administração, enfim, em variados setores sociais, e pelo uso manipulador das grandes corporações, que se referem à sustentabilidade dos seus mercados e induzem a população a pensar que não causam poluição e devastação, ou que a controlam através de tecnologias ditas sustentáveis. É urgente contribuir para esta desmistificação.

Para o geógrafo Porto-Gonçalves (2006, p. 278, grifos do autor): “A natureza é *riqueza* e não simplesmente *recurso*. Recurso, como nos ensinam os bons dicionários, é meio para se atingir a um fim. Eis, no fundo, o que o desafio ambiental nos coloca: a natureza como riqueza e não como recurso”. Seguindo este intuito qualitativo, o agrônomo José Lutzenberger (2009, p. 191-192) repensa o progresso e o desenvolvimento em diversas de suas publicações. Numa delas, de 1996, defendeu uma mudança no PNB ou PIB²² por “[...] nada dizer sobre o que este fluxo [de dinheiro] causa de bom ou de mal. Absolutamente nada nos diz sobre justiça social”. Argumentava que o balanço das contas públicas deveria apresentar entradas, saídas, perdas e depreciações. E, que se assim fosse, todos saberiam o real empobrecimento sofrido, o contrário do tão difundido progresso:

Neste tipo de balanço, o estoque de riqueza nacional [...] não terá que ser necessariamente contabilizado em termos monetários, mas em termos de hectares de solos agrícolas, férteis ou degradados, passíveis de recuperação ou não (a que custo?), de quilômetros quadrados de florestas intactas ou devastadas. Terão que aparecer as toneladas de minérios ainda existentes, os barris de petróleo ainda disponíveis. Terão que entrar também critérios qualitativos, como exploração irreversível ou reciclabilidade [...], pureza das águas e do ar [...] (LUTZENBERGER, 2009, p. 192).

Convergindo com Lutzenberger, trazemos da Ecologia Bourdeau (2004, p. 14), com a definição de sustentabilidade que defende o controle da produção e do consumo na economia: “[...] de modo a preservar a capacidade de regeneração dos recursos naturais, bem como os ciclos naturais e contrapesos. Moderação deve prevalecer, tal qual a prudência ou precaução”²³.

22 Produto Nacional Bruto ou Produto Interno Bruto.

23 “The sustainability paradigm must be raised to the level of a global ethics which recognizes and promotes

Somente estando a par de todas essas informações o Jornalismo pode dar conta de abastecer a cidadania, visando a provocar o debate público e a participação das pessoas nas decisões. A questão da escassez do petróleo²⁴, por exemplo, é uma das raramente aprofundadas, o que implicaria a abordagem da sustentabilidade em relação: à mobilidade urbana, à rodovia-rização implantada no Brasil a partir dos anos 1950, aos direitos ao espaço urbano e às ciclovias, à mudança na matriz energética para fontes renováveis, etc. Estas e outras questões têm impacto direto no nosso dia a dia, no nosso modo de vida consumista e predador dos bens naturais e coletivos. Entretanto, a demanda por tal debate é emergencial, em vista: da depleção do petróleo; da condição de agente causador da mudança climática que os seus derivados e produtos possuem devido às emissões de gases de efeito estufa; e da possibilidade de evitar a adoção da fratura hidráulica ou *fracking* para a extração de gás natural, assim como de impedir a exploração do Pré-Sal, ambas “alternativas” ao petróleo insustentáveis e neoextrativistas.

A problematização do conceito de desenvolvimento sustentável e a abertura à diversidade cultural, além de conhecimentos interdisciplinares em Ecologia, também nos possibilitam perceber as contradições de políticas públicas. Este é o caso da agropecuária, tida como atividade econômica preferencial em todo o Brasil, embora se encontrem florestas na Amazônia e campos no Pampa, por exemplo. A falta de lógica no desflorestamento do bioma amazônico para a implantação de pecuária bovina com pastagem plantada, enquanto a pastagem natural campestre no Rio Grande do Sul (RS) é convertida em monoculturas de *commodities*, merece a investigação dos jornalistas ambientais sobre os reais benefícios e prejuízos econômicos ao país (FANTE, MORAES & GIRARDI, 2016).

the mutualism of social and ecological values. In concrete terms, this ethics must lead to the control of production and consumption patterns so as to preserve the regenerative capacity of natural resources as well as the natural cycles and balances. Moderation must prevail, as well as prudence or precaution”.

24 Artigo completo disponível em: <<http://revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/77/136>>. Acesso em: mar. 2018.

Passados 26 anos da Cúpula da Terra²⁵ no Rio de Janeiro, vimos emergir a economia verde através da precificação dos serviços ambientais e dos recursos naturais²⁶. Para o negociador-chefe do Brasil na Rio+20, Lago (2013, p. 177-178), um dos pontos positivos do documento final (*O Futuro que queremos*) foi evitar “[...] o coroamento do conceito de ‘economia verde’ como conceito autônomo, a criação de órgão que fortalecesse apenas o pilar ambiental e a transferência, para os países emergentes, de parte das responsabilidades financeiras e tecnológicas dos países desenvolvidos”. A defesa que faz do documento enfatiza o economicismo do conceito, ao mesmo tempo que afirma o meio ambiente como base: erradicação da pobreza; mudança nos padrões insustentáveis; promoção de produção e consumo sustentáveis; proteção e gestão dos recursos naturais.

Em contraposição, a *Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida*, evento realizado no Aterro do Flamengo²⁷ em paralelo ao oficial da ONU, afirma que:

a Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro [...].

O documento chama o tema da conferência de “falsa solução” e retoma a importância da valorização da diversidade cultural

25 Como também é conhecida a Rio-92 ou Eco 92.

26 “Uma questão-chave no enfrentamento à métrica do carbono é, portanto, entender como essas ‘escolhas’ são reduzidas ao cálculo de custos e oportunidades. O ‘raciocínio climático’ funde-se cada vez mais com o novo discurso econômico do esverdeamento da economia” (MORENO, SPEICH & FUHR, 2016, p. 66). No e-book *A Métrica do Carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico*, é possível entender como a construção das métricas, em especial a do carbono, impede que o debate do enfrentamento da crise climática seja mais plural, a partir de outros saberes e do sentido de justiça social imanente ao desafio ecológico. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/carbonmetrics_livro_boll.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

27 No Rio de Janeiro, entre 15 e 22 de junho de 2012.

dos povos para enfrentar os desafios ambientais e econômicos. Indica que a economia verde é a nova fase do capitalismo e aprofunda a dívida pública-privada; traz superestímulo ao consumo; realiza apropriação e concentração de novas tecnologias; amplia grilagem e estrangeirização de terras.

As soluções vislumbradas passam por uma “economia cooperativa e solidária” e o “fortalecimento de diversas economias locais”, sob o anunciado paradigma do Bem Viver. Os preceitos desta cosmovisão ameríndia, atualmente, são bastante difundidos pelos movimentos socioambientais, assim como têm sido tema de pesquisa acadêmico-científica e tidos como um novo Paradigma. Acosta (2016), economista e político que presidiu a Assembleia Constituinte do Equador, evento de 2007 a partir do qual foram incluídos os Direitos da Natureza na Constituição do país, cita entre os princípios do Bem Viver: reciprocidade, complementaridade, responsabilidade, integralidade, suficiência, diversidade cultural e identidade, equidades e democracia. “A destruição produzida pelo crescimento econômico em sua modalidade de acumulação capitalista conduz a um caminho sem saída. Essa evolução alternativa deverá ser repensada a partir de uma visão holística e sistêmica, traduzida nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza. Assim, poderemos construir saídas” (ACOSTA, 2016, p. 166).

EXERCÍCIOS

Ao reunir estudantes de Jornalismo em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, indicamos o incentivo ao debate amplo, especialmente para:

1. Comparar o discurso de sustentabilidade de uma mega-empresa no seu relatório ambiental.
2. Buscar, em reportagens sobre o tema, os pressupostos em relação ao Paradigmas Moderno *versus* Ecológico. De que forma o debate do desenvolvimento sustentável é trazido para o público? As versões são realmente plurais (mostram diferentes visões de mundo)?

RECOMENDAÇÕES

O cuidado como forma de resistência e construção de uma nova racionalidade

BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo *ethos*. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar., 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1503/1689>>.

Atentar para *greenwashing* travestido de “reportagem”

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo ambiental e transparência corporativa: o marketing verde como estratégia de mistificação. **Revista Ação Midiática** – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura (UFPR), v. 1 (2). 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/26426>>.

A atuação antissocial e antiecológica de megacorporações

MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. **Inimigos públicos**: crimes corporativos e necrocorporações. Tese (doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2013. 314 f. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10752/TESECINTIA1.pdf>>.

Construir novos saberes para construir novo futuro

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000. Disponível em: <<https://bioetica.catedraunesco.unb.br/wp-content/uploads/2016/04/Edgar-Morin.-Sete-Saberes.pdf>>.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução Tadeu Breda. SP: Autonomia Literária, 2016.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005, p. 13-35.

BOURDEAU. **The man** – nature relationship and environmental ethics. J. Environ. Radioactivity 72, p. 9-15, 2004.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara, 2007.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2006.

ECODEBATE. Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20. Ecodebate Cidadania e Meio Ambiente. [site]. RJ, 23 jun. 2012. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2012/06/23/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20/>>. Acesso em: mar. 2018.

FANTE, E.; MORAES, C.; GIRARDI, I. Biomas desconsiderados pela política pública e pelo jornalismo público: aproximações entre Amazônia e Pampa. In: **Mídia, informação e meio ambiente**. (Orgs.) ALMEIDA, Simão Farias; SILVA, Angela Maria. Boa Vista, 2016. p. 26-61.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez Ed., 2010.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013. 202 p.

LUTZENBERGER, José. **Garimpo ou gestão**: crítica ecológica ao pensamento econômico. Porto Alegre: Mais Que Nada Administração Cultural, 2009.

MEDEIROS, Monique; ALMEIDA, Jalcione. Insustentável sustentabilidade do desenvolvimento? **Revista Uniara**, v. 13, n. 1, jul. 2010.

MORIN, Edgar. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, Edna; PINTON, Françoise. **Faces do trópico úmido**. Belém, UFPA/NAEA, 1997. p. 53-77.

NONATA, Antonia Ferreira. Paradigmas do conhecimento: do moderno ao ecológico. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 259-275, set./dez. 2007.

NIXON, Charles Robert. El desarrollo sostenible. Un espejismo y una trampa peligrosa. **El socialismo del futuro**. Logroño/Espanha, n. 2, 1993. p. 53-64.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REDCLIFT, Michael R. Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, n. 1, 2002. p. 124-136.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Noêmia Félix da. **Discurso jornalístico:** proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável. 398 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2017.

JORNALISMO, AMBIENTE E REPORTAGEM AMPLIADA

Reges Schwaab

reges.ts@gmail.com

Professor do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Peter Nelson termina o primeiro capítulo do seu manual *Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente* (1994, p. 17) recordando que “uma pauta ambiental pode surgir a qualquer momento” e em “qualquer área jornalística”. Há um eco desse pensamento em boa parte das reflexões acerca dos desafios do tratamento do tema na imprensa, ao que se soma a ideia de complexidade, interconexão, visão holística, tratamento sistêmico²⁸. Essas noções, no entanto, emergem mais em críticas identificadas em muitos estudos²⁹, assinalando a tendência a uma cobertura desconexa ou descontinuada. Nos vemos no terreno da insuficiência na abordagem ambiental, mesmo que concordemos com a relevância global de se falar sobre o tema.

Nos cursos de Jornalismo e nos manuais de reportagem, tratar do ambiental como especialização, como perspectiva específica de compreensão da realidade social, ou, principalmente, entender que o ambiental também é contexto em uma pauta, nem sempre é algo pacificamente aceito. E talvez os bons exemplos de reportagens sejam mais fruto da iniciativa de jornalistas do que de uma sólida proposta editorial de um periódico, essa é uma

²⁸ Paradigmáticos debates que encontraremos nos escritos de Edgar Morin e de Fritjof Capra.

²⁹ Ver Girardi et al. (2012).

investigação a ser feita. As Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação para os cursos superiores de Jornalismo no Brasil, todavia, citam o tema ambiental como obrigatório na formação. Não é difícil reconhecer: o que movimenta a defesa da abordagem do ambiental pelo Jornalismo é a mesma essência que perpassa a reflexão sobre o *bom Jornalismo*, feito com vigor, ética e manejo apurado da informação, esteticamente bem composto e ciente do papel social que um trabalho rigoroso vem a cumprir.

Mas o Jornalismo Ambiental é militante? Podemos iniciar o debate pela já vencida imparcialidade e terminar abrindo uma valiosa cartela de elementos que tocam no bem-comum, na cidadania e na lógica socioambiental como forma de compreender o impacto da ação humana em qualquer conexão local-global que pensemos em fazer. Estamos falando de cidadania e de justiça. Isso perpassa saúde, educação, história, relações de poder, legislação, sobrevivência, diversidade, respeito e outras tantas temáticas daí derivadas. Como já disse o jornalista André Trigueiro (2003, 2012)³⁰, referência no assunto, não há terreno para neutralidade ao se falar de poluição, do mesmo modo que nenhum jornalista defenderia a corrupção. Não há concepção humana ou ecológica que permita fechar os olhos aos danos que modificam a vida no planeta em escala jamais vista, impossível de ser pensada de forma fragmentada ao enfrentarmos o cenário que a humanidade costura em sua agricultura e seus modos de produção de alimentos, na sua fome, pobreza e riqueza, nas maneiras de exploração da vida em todas as suas manifestações, no acúmulo de resíduos, nas alterações do clima, em suas pressões e alterações na legislação de proteção, nas migrações, nos deslocamentos forçados de povos originários, nas catástrofes, nas doenças. Nenhuma dessas temáticas existe sem profunda interligação com a(s) outra(s). Aí está a base do pensamento socioambiental, a mesma base sobre a qual o Jornalismo Ambiental pode ser entendido, um campo

30 Seus livros oferecem excelente contexto de construção da aproximação jornalística ao tema. A afirmação referida foi feita no IV CBJA – Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, em 2011, no Rio de Janeiro.

privilegiado de trabalho e de vivência da reportagem em sua matriz mais plena.

Didaticamente falando, o espaço da reportagem ampliada ou em profundidade e o pensamento socioambiental têm, em termos de estrutura de pensamento, um parentesco. Fazer conexões que sejam fruto de reflexão, puxar os diferentes fios que tecem uma realidade e desdobrar suas aparências, sondar soluções e propostas são atitudes que têm muito a ver não só com o bom Jornalismo, mas com uma ecologia da experiência no espaço que habitamos. A produção de reportagens ampliadas nos espaços de formação em Jornalismo abre uma saudável janela para compreender ainda mais o método e a ética da reportagem. E nos lembra que esse exercício crítico, se originado a partir de uma leitura socioambiental da realidade, tem o potencial de ampliar os horizontes de entendimento de quem faz e de quem lê esse tipo de produção jornalística.

Trabalhamos, portanto, no terreno de considerar a reportagem como expressão máxima do viés interpretativo³¹ do Jornalismo e sua capacidade de ação. Chegar a ela, no entanto, requer uma delicada arquitetura e um esforço semelhante ao de cruzar uma trilha de geografia íngreme e bastante exigente: embasamento, observação, pesquisa, método e escritura que não negligenciem a organicidade das relações e nem deslizem em seus deveres. Certamente é um terreno de riscos, uma vez que não podemos nos render ao apagamento dos conflitos inerentes ao alto grau de degradação social e ambiental que nos rodeia, muitas vezes silenciado na abordagem cosmética e descontextualizada, de ações pontuais ou de mecanismos de promoção de algumas práticas enquanto o tecido orgânico e social sofre as consequências da ausência de políticas de resultado mais macro, da falta de responsabilização e do praticamente inexistente olhar integrado com os cidadãos, em prol de uma lógica descentralizada de produção, consumo e redução de impactos.

31 Para adentar a discussão de gêneros, podemos ver as propostas de Seixas (2009), Faro (2013) e Gargurevich (1982), por exemplo.

Assim como em nossa vida em sociedade, o Jornalismo segue, na maioria dos casos, indiferente ao fato de termos já ultrapassado vários limites, desconsiderando alertas de precaução e apelos científicos e de organizações civis por intervenções em lógicas às quais nos habituamos em demasia. A integridade ambiental e a dignidade humana passam por ataques diários. Nem mesmo podemos arriscar uma fórmula; talvez consigamos, diante do desafio, fazer aproximações para um exercício intelectual pessoal e coletivo, buscando alcançar esse potencial de abordagem que se quer multifacetado e respeitoso. Podemos chamar isso de Jornalismo Ambiental ou entender esse gesto como a abordagem com qualidade de temas ambientais no Jornalismo, não importa o suporte, a editoria específica ou a falta dela: o tema transcende, as temáticas se multiplicam a partir dele.

Discussão teórica

Uma reportagem deve apresentar os pontos de vista que diferem e as possibilidades em conflito, argumenta Luiz Costa Pereira Júnior (2010), com fontes cuja confiabilidade pode ser medida pelo fato da informação fornecida por elas exigir “o mínimo possível de controle” (*ibid.*, p. 82). O olhar e a escuta são centrais, e ao repórter cabe buscar o que está embaixo dos panos da naturalização do cotidiano: “O desafio do repórter (no cenário complexo, tentacular, da desordenada torrente de acontecimentos que forma a vida contemporânea) é encontrar evidências soterradas em camadas de versões, procurar certezas em situações de incertezas” (*ibid.*, p. 71). O investimento no levantamento de dados, em intenso trabalho de campo, completa esse entendimento: “Aí se incluem pauta, levantamento de dados no arquivo da empresa jornalística (pesquisa), atividade do repórter através de sua observação do acontecimento e através das entrevistas que realiza” (LAGE, 2008, p. 93). Ainda conforme Nilson Lage (*ibid.*, p. 20), a figura do repórter tem de ser repensada:

“Ele não apenas deve apurar bem, mas formular seu texto como o melhor dos redatores e participar das tarefas de edição”. Ao nos depararmos com o tema ambiental, entretanto, nem sempre temos todos os pontos amarrados e nem todas as certezas são definitivas. Estamos, por vezes, mais em um terreno dinâmico do que estabilizado, o que pode ser a riqueza desse desafio.

Que referências temos quando falamos em reportagem ou reportagem ampliada? Em primeiro plano está a consideração da reportagem como *metodologia do Jornalismo*. Esta é a defesa de Raúl Hernando Osorio Vargas (2017), com a qual concordamos. Não é apenas pensar um gênero ou modalidade textual, nem somente uma técnica. Trata-se do manejo dos procedimentos a partir de um projeto humano e, no caso aqui abordado, um projeto socioambiental:

Assim, a metodologia da reportagem está composta pelo observar, pelo explorar, pelo descobrir e pelo voltar a olhar, e desde aí se funda um jornalismo da vida... uma profissão transcultural que pensa os problemas que a realidade requisita, e que pergunta tanto como a ciência (*ibid.*, p. 71, tradução nossa)³².

Para Milton Santos (2006), a consciência do espaço, do lugar, depende de nossa consciência de mundo. É um exercício mais além do imediato, convida para a confrontação e a leitura, o diálogo e a imaginação, completa Osorio Vargas (2017, p. 61, tradução nossa): é “preencher-se de mundo pela via da sensibilidade e romper com as prisões que impedem a comunicação com a vida”³³.

No estudo de Ana Beatriz Magno também encontramos apoio para pensar a amplitude da reportagem. Ela afirma:

32 “Así, la metodología del reportaje está compuesta por el mirar, el explorar, el descubrir y el volver a mirar, y desde allí se funda un periodismo de la vida... una profesión transcultural que piensa los problemas que la realidad plantea, y que se pregunta tanto como la ciencia” (OSORIO VARGAS, 2017, p. 71).

33 “Este es el gran desafío: llenarse de mundo por la vía de la sensibilidade y romper las prisiones que impiden la comunicación con la vida” (OSORIO VARGAS, 2017, p. 61).

Reportagem é uma narrativa jornalística que descreve, revela, interpreta o que narra. Sua pauta procura enfoques sociais sobre os mais variados assuntos e rejeita construções declaratórias. Sua maneira de conhecer está traduzida numa apuração que prioriza a observação *in loco* e a reconstrução minuciosa da cena narrada a partir de fontes múltiplas. A autoria da apuração está a cargo do repórter. Ele deve escutar a si mesmo, a cidadãos comuns e a autoridades. Sua técnica de trabalho combina entrevistas, leitura e muita observação (MAGNO, 2014, p. 428).

E conclui:

Seu tempo [da reportagem] é alargado, ele está livre do ontem. Pode partir de eventos datados, mas procura tematizá-los, contextualizá-los e circunscrevê-los em dimensões amplas que colaborem para sua interpretação. Não há compromisso com a imparcialidade da narração (MAGNO, 2014, p. 428, acréscimo nosso).

A filosofia também vai permitir reflexões sobre a acolhida do ambiental no exercício intelectual da reportagem. Marcelo Pelizzoli (1999) consistentemente reflete a respeito da construção paulatina de um paradigma dominante que nos levou a um mundo em crise, determinado por relações baseadas em um poder antiético e excludente. Em largo lastro, um pensamento de conquista do outro, de domínio da natureza, na “afirmação do ego equipado com saber e poder antes que pela solidariedade, doação e respeito ao Outro e pela visão integradora com a natureza e Vida” (*ibid.*, p. 14).

Podemos observar que, desde as décadas de 1960 e 1970, diferentes correntes de pensamento a respeito do ambiental têm aflorado, produto da ambiência criada pelos movimentos de contracultura e pelo movimento ambientalista, conjugado ao despertar

da ciência para distintas visões. Grandes conferências mundiais se sucederam na decantação de ideais e em alguns compromissos assumidos pelos países. É o entorno do que Héctor Leis (1999) denomina de quinta fase (e atual) da ecologia, com a inclusão do ser humano na biosfera e a consideração de problemas sociais, econômicos e políticos junto dos ambientais. O elo com as Ciências Sociais e Humanas permitiu, mais recentemente, debater que a ambientalização se dá no seio dos paradoxos do contemporâneo, ou seja, o fenômeno da sustentabilidade acontece de forma intrincada com a crescente degradação, decorrente do alto grau de consumo, cujo crescimento foi exponencial nas duas últimas décadas. Mesmo que apelos a parâmetros de uma vida sustentável se tornem mais visíveis, circulando a necessidade de mudança de padrões, em igual medida as estratégias de mercado podem converter a carência de alteração de lógicas na oferta de um caráter verde a propostas de empresas, produtos e serviços. O ideal da sustentabilidade e a evidência das alterações climáticas, pelo grau de interferência humana em esfera global, são os eixos centrais do debate ao longo dos últimos anos. Nessa vitrine em verde reluzente passam longe os conflitos por terra, a exploração mineral, a biopirataria, os temas da chamada agenda marrom, como o saneamento básico. Resta ao Jornalismo repensar suas práticas enquanto lida com a potencialização das ambivalências e a urgência de soluções e mudanças com resultado.

Em cenários de complexidade cultural, a preocupação com o impacto ambiental de estilos de consumo e de vida desiguais sublinha a relação entre consumo e ambiente como central nas políticas ambientais (PORTILHO, 2005). Nem mesmo alertas científicos globais contundentes, como os relatórios levados ao público pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, órgão das Nações Unidas, têm tido a força que deveriam no redesenho de políticas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. E é importante lembrar que nas questões ecológicas não existem fronteiras geopolíticas, os impactos se espalham

sem qualquer barreira, e as alterações do clima, já comprovadas, passam a ser perigo real a inúmeros países, a começar pelos mais pobres, porém, afetando globalmente a todos.

Fazer um passeio por essas questões é um exercício importante, mas sua efetividade como conhecimento depende da observação local e regional, colocando os achados em perspectiva maior. É a aposta em uma mirada atenta para perceber a cartografia de danos e consequências que se espalha, ou o saldo positivo de ações de recuperação e cuidado que se concretizem. Ou seja, seu valor jornalístico está no estabelecimento de conexões. O ponto de partida ambiental nos leva a explorar um importante tecido de interações e explicar como as coisas se dão, essa é a tônica do exercício.

Junto, podemos recordar a elaboração de Enrique Leff (2006) em prol de uma racionalidade ambiental, síntese dos princípios materiais e axiológicos do discurso ambientalista, aliados a uma desconstrução da racionalidade puramente econômica e ao questionamento da racionalidade moderna. Para o pensador, trata-se do esforço em torno de “um conjunto de práticas diversas e heterogêneas que dão sentido e organizam os processos sociais” (*ibid.*, p. 125). A formação de uma consciência ambiental, a democratização do estado e a participação social embasam a dialética de transformação do conhecimento e das bases dos processos produtivos. O conceito é heurístico, dinâmico e flexível para analisar e orientar processos e ações ambientalistas e, além disso, analisar sua coerência. Postula a composição da racionalidade ambiental nos processos sociais fundamentados no desenvolvimento ecologicamente sustentável, na cultura ecológica e democrática, na alteração de paradigmas de produção científica, na gestão que incorpora os “custos” ambientais e no respeito aos valores culturais e saberes tradicionais para a mediação social. Como demarca André Soares (2003, p. 35), a ecologia “é um saber das relações, interconexões, interdependências e intercâmbios de tudo com tudo em todos os pontos e em todos os momentos”. Esses são aspectos importantes para pensar que Jornalismo pretendemos.

Objetos de estudo

Perceber o entorno ou trabalhar em termos de conexões é uma maneira bastante interessante de discutir a ligação de cada estudante/repórter com o tema e como, a partir disso, as pautas podem ser construídas. Mapas coletivos³⁴, dinâmicas de debate por temas geradores e exercícios de desconstrução de textos jornalísticos de referência são importantes no processo. A aposta é na sensibilização para a rede de conexões que emana do saber ambiental. Essa sensibilização é paulatina, requer de cada pessoa um esforço de observar e de contemplar, colocar em perspectiva suas ideias acerca do ambiente. No curto espaço de tempo que uma disciplina terá, por exemplo, não necessariamente completaremos um percurso maior. Todavia, o exercício fora de sala de aula, no espaço aberto, o diálogo com populações tradicionais, com representantes de organizações sociais, com conhecedores do tema ou especialistas, auxilia na composição de um repertório.

Oferecer e estimular a busca de reportagens exemplares sobre o tema é de grande valia. Manejar produções jornalísticas destinadas a diferentes escalas de público (local, regional, nacional, internacional) permite compor uma cartela de modos de abordagem. E nesse exercício de desconstrução, é importante procurar apreender os passos da reportagem, como causas e consequências se conectam, o papel dos personagens e suas visões na narrativa e o exercício crítico e interpretativo da/do repórter na consolidação do relato. Ao final, pensar derivações e novas abordagens sobre o tema é também algo útil no treinamento da percepção.

Antes do trabalho de reportagem acerca de assuntos ambientais, esse processo de treinamento da mirada pode se apoiar nas teorias da educação, facilitando o manejo de conceitos do vocabulário ambiental, a perspectivação de problemas e a compreensão da complexidade. Aqui sugerimos a aproximação ao

³⁴ Sugerimos o estudo dessa metodologia para aplicação em disciplinas de Reportagem e de Jornalismo Ambiental.

conceito de tema gerador, formulado pelo educador brasileiro Paulo Freire (1987) como caminho para valorizar o universo temático das/dos estudantes. É um ensaio ao gesto de acolhida e atenção aos saberes distintos necessários ao trabalho de reportagem sobre temas ambientais, incluindo, em muitas pautas, os saberes popular e tradicional, que devem ser respeitados.

A proposta do tema gerador deve ser executada em modelo de debate horizontal e democrático, acolhendo todas as manifestações que partem de um tema específico proposto de forma aberta e nos oferecem, no seu andar, um feixe de derivações e possibilidades de costura. Ou seja, a lógica dialética é de que os temas, menos que grandes tópicos fixos, se desdobrem em uma diversidade de subtemas, relacionados à realidade social na qual estamos inseridos e com a qual devemos lidar.

As dinâmicas de mapas coletivos podem ajudar a levar a cabo a tarefa, pois, como postula Sandra Corazza (1992), Paulo Freire concebeu os temas geradores como círculos concêntricos que partem do geral ao particular, uma metodologia para percepção de dimensões significativas da realidade, nuances e estruturas, para identificar diferenças de leitura de mundo. Ao pensar em temas geradores, a expressão *tema* remete a um conjunto de ideias, concepções, dúvidas e esperanças em interação com seus contrários. O termo *geradores* traz a lógica das palavras-chave, que propiciam o surgimento de novas palavras pela combinação de diferentes palavras e até fonemas, dando origem a novos temas. Essa dinâmica tem potencial também de preparo ao trabalho coletivo exigido pela reportagem, e a necessidade de escuta e interação plena com as demais pessoas.

EXERCÍCIOS

Sendo viável esse processo de sensibilização anterior ao exercício da reportagem, é natural que cada repórter ou grupo já possa iniciar seu pensamento sobre possíveis pautas de forma mais

segura. A boa execução da reportagem, todos sabemos, depende de uma apuração precisa, bem planejada e bem conduzida, na qual os gestos de escuta e de observação sejam centrais. A lógica dos temas geradores e da construção de mapas deve permanecer em mente e, por isso, um exercício de reportagem que prime pela discussão coletiva das pautas e dos passos de apuração contribuirá significativamente para o sucesso de uma narrativa com capacidade de gerar compreensão, estabelecer pontes e oferecer um tipo de conhecimento sobre o tema que aborda.

Para o desenvolvimento da apuração, individual ou coletivamente, é possível trabalhar um entrelaçamento de diferentes questões para falar com mais propriedade sobre o que se pretende tratar. Também nesse exercício, podemos tentar superar a dificuldade de perceber o natural e o sociocultural integrados, isto é, não pensá-los de forma dissociada, mas ter um gesto de interface.

Os pontos a seguir enumerados têm sua ancoragem em modos de pensar processos de educação ambiental (MELLER, 1997), e consideram proposições sobre a racionalidade ambiental (LEFF, 2006). Não pretendem ser definitivos, são aspectos da rede capazes de possibilitar a realização da reportagem, isto é, permitir uma discussão e a montagem de um mapa de abordagem. Cada elemento citado serve como modo de entrada, gera conexão com outro ou pode ser elemento de saída, uma chave de interpretação a ser oferecida. São eles:

- a) **elementos éticos:** a influência negativa ou positiva dos seres humanos no seu entorno, pensando o ambiente e a conduta humana; interesses e práticas de indivíduos (privadas) *versus* ambiente (social, natural, público, coletivo-partilhado); a ótica do cuidado em duas dimensões, a solidariedade diacrônica (respeito às futuras gerações) e a solidariedade sincrônica (gerações presentes);
- b) **elementos ecológicos:** metaforicamente, trata-se de uma teia, uma complexa relação entre os seres vivos no

ambiente; as formas de relacionamento das comunidades humanas com o meio, considerados os aparatos tecnológicos de toda espécie para interação e interferência; as respostas causadas ou recebidas do entorno;

- c) **elementos políticos:** a relação possível nas diferentes esferas de poder – Federal, Estadual e Municipal; regras, ações e responsabilidades dos entes e do poder público e sua conexão com diferentes setores da sociedade; a partilha de responsabilidades ou a ausência de ação; soberania e autonomia;
- d) **elementos econômicos:** um olhar sobre a condição econômica da comunidade ou grupo sobre o qual se fala e seus usos do meio ambiente; aspectos econômicos envolvidos no tema escolhido – custos, perdas, investimentos, lucros, incluindo a velha máxima da reportagem: siga o dinheiro (*follow the money*), quem paga, quem cobra, quem lucra, quem perde (danos mensuráveis e não mensuráveis, danos ecológicos e sociais, perda de biodiversidade, capacidade de produção, elevação de custos, por exemplo); estatísticas, índices e números trabalhados de forma interpretativa e aplicados a uma explicação de causas e consequências³⁵;
- e) **elementos sociais:** ações individuais, de grupos ou de governos que acabem por interferir diretamente na vida das pessoas; mecanismos ou índices de desigualdade, maneiras de exploração humana e/ou de outras formas de vida e seus impactos; modos de manejo e sobrevivência; relações de poder e exploração com danos socioambientais;

35 Segundo Montibeller Filho (2004, p. 45), por exemplo, o perfil antropocêntrico de grande parte das escolas econômicas passa a ser questionado, em desabono ao ponto de vista em que a “natureza” seja enxergada na condição de simples recurso para a produção de bens. Havendo desempenho positivo da economia, com a multiplicação do consumo, em paralelo, se acentuam os problemas socioambientais em todos os âmbitos.

- f) **elementos legislativos:** leis que protegem ou poderiam proteger o ambiente, e, por consequência, gerar mais bem-estar e qualidade de vida; respeito ou desrespeito ao corpo de leis; exercícios comparativos entre legislações de distintos países;
- g) **elementos históricos:** história ambiental, documentos, testemunhos, acesso à memória local como apoio para compreender em maior escala alterações de paisagem, de dinâmicas, de fluxos populacionais (animais e seres humanos); elemento importante para a humanização dos relatos e que pode contribuir significativamente para a força da narrativa; não deve estar preso a versões oficiais, e sim primar pela diversidade de fontes e relatos; mecanismo para oferta de contrastes; acontecimentos anteriores e suas consequências;
- h) **elementos culturais e estéticos:** alcançar a relação entre ambiente e cultura em suas diferentes manifestações, especialmente o que emerge do popular: lendas, canções, representações imagéticas e pictóricas, relatos ficcionais, entendidos como bens de natureza material ou não, que individualmente ou em conjunto dão a ver formas de apreensão do espaço natural e suas dinâmicas; espaço de criações científicas, artísticas e tecnológicas – obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico, artístico e científico – e o que expressam; reconhecer valores culturais implícitos; práticas e saberes tradicionais tendo valor na mediação sociedade-natureza.

Para J. S. Faro (2013), a reportagem com vigor investigativo mantém o centro gravitacional do Jornalismo e é a base de sobrevivência do campo. Reitera que a reportagem instrui a cognição sobre o real e sua alta densidade informativa se mescla com a subjetividade do repórter, pois pressupõe um exercício

interpretativo relacional. Juan Gargurevich (1982), ao debater a reportagem ampliada como gênero interpretativo, recupera seus traços constituintes e postula que ela representa uma investigação que se apoia em antecedentes, comparações e consequências; está referenciada em uma situação geral de caráter social, mesmo que parta de um fato particular. O trabalho admite interpretações, conclusões ou conexões como parte do fazer intelectual do jornalista. Nesse sentido, apoiado em Máximo Simpson, reitera que a reportagem tem tema de interesse social, e ao repórter se admite uma hipótese de trabalho e um marco de referência estabelecido, inclusive teórico. Corrobora essas elaborações acionando o pensamento de Julio del Río Reynaga, para quem a reportagem é a narração de um acontecimento ou situação intensamente investigados com o propósito de contribuir para a melhoria social.

Ao apresentar a obra de Peter Nelson (1994), referida no início do capítulo, Juarez Tosi, à época coordenador do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, registra um apelo ao cuidado com o tema ambiental, conclamando os jornalistas para a importância educativa de uma boa reportagem: “Temos de ser didáticos, fazer com que as reportagens possam ser lidas em salas de aula, que sejam entendidas pelo maior número de pessoas possível” (TOSI, 1994, p. 11). Assim, as orientações do jornalista Peter Nelson, originalmente editadas pelo Centro Internacional para Jornalistas (ICFJ), com sede nos Estados Unidos, depois trazidas ao Brasil, seguem válidas: buscar a escrita de reportagens de abordagem original, em esforço autoral e de pesquisa; conservar variadas e boas fontes; manter foco em uma boa preparação prévia, com conhecimento do tema e das diferentes perspectivas; um bom manejo do vocabulário ambiental e humildade para absorver esse conhecimento das fontes especializadas, a ponto de ser capaz de traduzir o jargão em sua reportagem; domínio de linguagens e bom acervo de informações, bem como conhecimento técnico da narrativa para usar o que há de melhor em sua

apuração e oferecer um material atraente; manejo de estatísticas e números em favor da clareza e da informação, nunca fora de contexto e nem como mero adendo; manter uma confiança desconfiada e vistas abertas para garantir o exame crítico e atento de todos os dados e declarações, porém, ter atitude respeitosa e acolhedora; estabelecer as conexões em equilíbrio e lembrar que a reportagem não termina, ela deriva e tem repercussões.

RECOMENDAÇÕES

I. Artigos e livros:

BELMONTE, Roberto Vilar. História do jornalismo ambiental brasileiro. Encontro Nacional de História da Mídia, 10. **Anais...** Porto Alegre: Rede Alcar, 2015.

CAPARRÓS, Martín. **Contra el cambio**. Barcelona: Anagrama, 2010.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia Editora, 2010.

GRUPO de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS). Disponível em: <<http://jornalismoemioambiente.com>>.

NOVAES, Washington. **Xingu, uma flecha no coração**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VILAS BOAS, Sérgio V. (Org.). **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

VENTURA, Zuenir. **Chico Mendes: crime e castigo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

2. Reportagens, narrativas ampliadas e usos da mídia digital:

#*Amazônia* – **Agência Pública**. Disponível em: <<http://apublica.org/tag/amazonia>>.

DIEGUEZ, Consuelo. A onda, **piauí**, ed. 118, 2016. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-onda-de-mariana/>>.

Especial Amazônia Resiste. Agência Pública. Disponível em: <<http://apublica.org/especial/amazonia-resiste/>>.

InfoAmazônia. Disponível em: <<http://infoamazonia.org/pt>>.

#Mariana – **Jornalistas Livres**. Disponível em: <<http://jornalistaslivres.org/tag/mariana/>>.

O Eco. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br>>.

3. *Documentário:*

BELO MONTE, anúncio de uma guerra. Direção: André D’Elia, 2012 (105 min). Disponível em: <<http://vimeo.com/44221280>>.

4. *Outras iniciativas:*

Especial Mídia e Amazônia. **Andi – Comunicação e Direitos**. Disponível em: <<http://midiaeamazonia.andi.org.br>>.

MAPA dos conflitos ambientais de Minas Gerais. **Observatório dos Conflitos Ambientais** (Gesta/UFMG). Disponível em: <<http://conflitosambientalsmg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>>.

REFERÊNCIAS

CORAZZA, Sandra M. **Tema gerador**: concepção e práticas. Ijuí: Unijuí, 1992.

FARO, J. S. Reportagem: na fronteira do tempo e da cultura. **Verso & Reverso**, v. XXVII, n. 65, 2013, p. 77-83.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARGUREVICH, Juan. **Gêneros periodísticos**: Quito: Ciespal, 1982.

GIRARDI, Ilza *et al.* Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação e Sociedade**, 34, n. 1, 2012, p. 131-152.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEIS, Héctor R. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

MAGNO, Ana B. **O jornalismo nos tempos da reportagem**: uma análise da obra jornalística de Ernest Hemingway e Gabriel García Márquez. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade de Brasília, 2014.

- MELLER, Cléria B. **Educação Ambiental como possibilidade para superação da fragmentação do trabalho escolar**. Ijuí: Unijuí, 1997.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2 ed. rev. Florianópolis: Editora UFSC, 2004.
- NELSON, Peter. **10 dicas práticas para reportagens sobre meio ambiente**. Brasília: WWF Brasil, 1994.
- OSORIO VARGAS, Raul H. **El reportaje como metodología del periodismo**. Una polifonía de saberes. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2017.
- PELIZZOLI, Marcelo. L. **A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz C. **Apuração da notícia: métodos da investigação na imprensa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2006.
- SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação**. Covilhã: Labcom, 2009.
- SOARES, André G. **A natureza, a cultura e eu: ambientalismo e transformação social**. Blumenau: Edifurb; Itajaí: Editora da Univali, 2003.
- TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável 2: novos rumos para um planeta em crise**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012.
- TOSI, Juarez. Apresentação NEJ-RS. In: NELSON, Peter. **10 dicas práticas para reportagens sobre meio ambiente**. Brasília: WWF Brasil, 1994, p. 11.

POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: UMA FONTE INDISPENSÁVEL PARA REPORTAGENS JORNALÍSTICAS

Eliege Maria Fante

eliege_f@yahoo.com.br

Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) e é associada ao Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ-RS).

Cláudia Herte de Moraes

chmoraes@gmail.com

Jornalista, mestra em Ciências da Comunicação, doutora em Comunicação e Informação. Integra o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS). Professora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Nós, jornalistas ambientais, entendemos que o Jornalismo parte de temas específicos para reconhecer, identificar e visibilizar as singularidades, transversalidades, interdependências com os demais temas. Acreditamos que, quando o olhar do Jornalismo parte do ambiente, fica muito mais acessível ao profissional detectar as implicações econômicas, sociais e políticas, principalmente. Assim, a prática do nosso Jornalismo Ambiental busca a transformação, a mobilização e o debate qualificado em prol da sustentabilidade plena (GIRARDI *et al.*, 2012).

A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, trazemos um recorte histórico e teórico das lógicas de gestão do território brasileiro, as quais somaram para a criação das políticas públicas ambientais, assim como dos órgãos ambientais federais

sobre os quais apresentaremos um breve histórico. Para ilustrar, uma linha do tempo evidencia o surgimento de alguns órgãos e leis no século xx.

A questão ambiental é complexa, a abordagem e a atuação das pessoas engajadas acompanham esta complexidade. No entanto, o tema “florestas” adquiriu um *status* importante. Uma explicação pode ser a percepção de que o Brasil seja predominantemente florestal. Contudo, esta visão ignora os outros biomas além da Amazônia e Mata Atlântica, como o Pampa, o Cerrado e a Caatinga, onde predomina uma vegetação campestre e/ou de savana. O Pantanal e a zona costeira também não são homogêneos e não possuem apenas ecossistemas florestais. Também por isso se fala tanto na rica biodiversidade brasileira. Desta maneira, aprofundaremos as questões do Código Florestal até o surgimento da Lei de Proteção à Vegetação Nativa. Outro tema dominante é o da água, sobre o qual nos debruçamos desde o histórico Código das Águas até a vigência da Lei das Águas.

As políticas públicas foram construídas a partir da mobilização e do diálogo entre os variados setores da sociedade, como representantes políticos, técnicos de órgãos dos governos, técnicos ligados às empresas e indústrias, representantes da sociedade civil e do movimento ecologista/ambientalista (que reúnem uma ampla diversidade de profissionais cidadãos).

As lógicas na gestão do território

Porto-Gonçalves (2006, p. 299-301) entende que, a partir dos anos 1990, a questão ambiental se tornou “tema obrigatório na agenda política”, ao passo que a “institucionalização da problemática ambiental” decorreu dos eventos nos anos 1970. Explica que a configuração territorial (que vem se estabelecendo desde então) constitui o nosso desafio ambiental, assim como vimos a crescente adesão do setor empresarial e das grandes corporações transnacionais ao debate ambiental. Deste modo, o autor vê a tensão entre a

institucionalização da questão ambiental e a sua liberalização no “sentido empresarial e mercantil”. O meio ambiente, sendo o lugar de produção e moradia de alguns, é, para outros, apenas lugar de retirada de lucro, deixando-se para trás os rejeitos e o impacto ambiental. Isso é a lógica do mercado; o fim dos territórios seria uma forma de fazer o produto circular livremente.

Viabilizar a exploração do território, segundo Moraes (1999), foi o papel do Estado brasileiro tanto na fase monárquica quanto na republicana. Para dar conta das propostas de inovação ajustadas ao sistema mundial, nos anos 1930 houve a geração de agências, normas governamentais de ordenamento do espaço e as pioneiras ações conservacionistas, com a criação de parques nacionais. Nos anos 1950, a marca foi o planejamento estatal e a intervenção no território, com um período de construção de estradas (anos 1960), seguido pela não conclusão de muitas delas, e um segundo período da tomada de um freio na expansão territorial devido à crise nos anos 1970 e “balconização” de políticas públicas (anos 1980), com adesão à diretriz globalizadora e de revalorização da natureza brasileira tida como original.

Moraes (1999) afirma que o planejamento e a gestão ambiental no Brasil se estruturaram sob ótica tecnicista nas ações de combate à poluição, com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente da Presidência da República e de diversos órgãos estaduais (anos 1970). Já na segunda fase da política ambiental brasileira (anos 1980), a visão biologista predominava, o que fez com que se priorizasse ações de conservação e preservação – por exemplo, por meio da criação de unidades de conservação. A terceira fase, por sua vez, teve como “guia teórico”, de acordo com este autor, a noção de “desenvolvimento sustentável”³⁶.

A conclusão de Moraes (1999, p. 49) é de que possuímos “[...] instrumentos sofisticados de planejamento e gestão ambiental, que contemplam a espacialização dos processos, que preveem a participação dos atores locais das áreas de ação, que possuem

36 Desenvolvimento Sustentável é discutido no capítulo 4 deste livro.

uma retaguarda técnica substantiva, e que amparam-se num quadro legislativo bem discriminado”. Se, na época, a efetivação era “problemática”, conforme o autor, nesses transcorridos vinte anos passou a ser inviabilizada.

Do Estado de bem-estar ao neoliberalismo

A reação à ascensão do ecologismo, segundo o agrônomo e ecologista Arno Kayser, começou a partir dos anos 1990 com a Organização Mundial do Comércio (OMC). Dentre as mudanças legais geradas pelo que chamou de “movimento neoliberal”, citou a criação da lei de patentes, dos organismos geneticamente modificados (OGM’s ou transgênicos), e de certificações e mercado verde. Ao mesmo tempo, apontou o “controle da mídia por grandes blocos econômicos [que] tirou um dos seus instrumentos mais poderosos de difusão” e a perseguição de lideranças, como a que culminou com a morte de Chico Mendes (KAYSER, 2006, p. 30).

Para tratar do aludido neoliberalismo, além da OMC, temos o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), financiadores de projetos de desenvolvimento no Brasil. Estes organismos internacionais introduziram o conceito de “governança” na política dos países “em desenvolvimento”. O conceito propunha novas formas de organização e ação públicas, devido ao discurso de um Estado sobrecarregado por ser tido como “paternalista” ao manter políticas sociais universais de bem-estar – na prática, direitos como de acesso a emprego, à seguridade, à saúde. A solução apresentada pelos teóricos do modernismo na Ciência Política foi implementar austeridade fiscal, controle monetário e reduzir o tamanho do Estado. Assim, o período entre 1976 e 2007 caracterizou-se pela privatização de estatais e serviços públicos, bem como a aceitação do neoliberalismo na delegação ao mercado do protagonismo, que guiava a vida social e econômica (BEVIR, 2010; PEREIRA, 2017).

Segundo Bevir (2010), a governança apareceu em dois momentos nas reformas do setor público: em primeiro lugar, associada ao neoliberalismo, à Nova Administração Pública³⁷ e à terceirização; depois, se constituiu em reformas ligadas aos conceitos sociológicos de racionalidade como a Terceira Via³⁸, em função de parcerias e redes. A partir desta lógica, os servidores públicos são tidos como “gerentes ou provedores de serviços” e os “cidadãos como consumidores ou usuários de serviços” (BEVIR, 2010, p. 107).

Em relação à democracia, Bevir (2010, p. 113) aponta que o “[...] conceito econômico de racionalidade encontrado na economia neoclássica [...] inspira uma erosão da democracia evidente em tentativas de restringir o escopo da tomada democrática de decisões”. Ao mesmo tempo, o conceito sociológico de racionalidade encontrado no institucionalismo “[...] inspira um repensar da democracia que é evidente em novas ênfases na *accountability* horizontal e na inclusão social. As hierarquias burocráticas cedem espaço para redes *joined-up*³⁹”. Desta maneira, vemos os serviços públicos como educação, segurança pública e meio ambiente dependerem de parcerias com o setor privado.

Pertinente a abordagem do Sumário Executivo da Oxfam (2017, p. 6), entidade que defende uma “economia humana” e o Desenvolvimento, a qual afirma que o próprio “FMI identificou o neoliberalismo como uma causa fundamental da desigualdade crescente” e aponta como “falsa premissa 1”, entre dez citadas, a de que o “mercado está sempre certo e o papel dos governos deve ser minimizado”. Explica ainda que há exemplos práticos

37 O New Public Management, Estados Unidos, entre os anos de 1980 e 2000, defendia a diminuição da estrutura estatal e reformas em direção ao modelo do mercado (BEVIR, 2010).

38 Como ficou conhecido o “movimento político teorizado pelo sociólogo inglês Anthony Giddens em apoio às reformas liberalizantes do Primeiro-Ministro trabalhista Tony Blair (1997-2007). De acordo com eles, o Estado deveria diminuir sua atuação direta na economia e dar mais espaço para a iniciativa privada, mas sem abrir mão de seus mecanismos de controle e direção sócio-econômica e de combate às desigualdades sociais” (BEVIR, 2010, 107).

39 “O governo *joined-up* é uma proposta para que diferentes setores de um governo trabalhem em conjunto, delimitando metas e objetivos transversais a eles, buscando a coordenação e a sinergia dos esforços e dos resultados. Evidentemente, ele opõe-se às ações específicas – e por vezes contrapostas – de cada um dos setores envolvidos. O governo *joined-up* foi proposto pelo Primeiro-Ministro inglês Tony Blair ano longo dos anos 1990 (N. T.)” (BEVIR, 2010, p. 107).

nos quais a privatização de serviços públicos exclui pobres e, particularmente, mulheres pobres.

Em acordo sobre a importância do Estado, está o economista e professor brasileiro Ladislau Dowbor (2018, p. 25), ao pontuar que “[...] o conjunto de investimentos em políticas sociais como saúde, educação, segurança e outros são apresentados entre nós como gastos, quando há tempos em contabilidade se entende essas rubricas como investimentos nas pessoas”. Ele afirma que foram estes investimentos os responsáveis pelos “principais milagres econômicos” na Ásia, na Finlândia e em outros países: “[...] o canadense pode ter salário inferior ao americano, mas tem acesso gratuito universal à creche, escola, saúde, espaços de lazer e outros”.

Não podemos deixar de constatar a falta de ciência da questão ambiental por parte das renomadas fontes jornalísticas citadas anteriormente. O tripé saúde, educação e segurança prevalece confirmando uma simplificação da nossa realidade complexa. Enquanto a economia não administrar toda a complexidade da “casa” [eco], não haverá equanimidade nem futuro comum.

Um efeito registrado no início do século XXI foi a intensificação da desregulamentação de políticas públicas ambientais. No Rio Grande do Sul, Oliveira e Martins (2010) verificam que, desde 2002, houve uma “desconstituição progressiva”, demonstrando uma redução do papel de referência do estado na área das políticas ambientais, elemento destacado na estruturação das agências de bacias.

Em nível nacional, os dirigentes da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani e Malu Ribeiro, demarcam o início do desmonte da legislação brasileira, em 2012, com a alteração do até então denominado Código Florestal. Avaliam que a degradação e os impactos do desastre refletem o próprio desmonte gradativo da legislação ambiental, iniciado com a alteração do Código Florestal, e complementado por iniciativas que fragilizam a proteção ambiental, entre outros, o projeto sobre

licenciamento ambiental e o novo Código da Mineração que tramitam no Congresso brasileiro⁴⁰.

Vale lembrar que, em 2012, durante a realização da Rio+20 e Cúpula dos Povos no Rio de Janeiro, técnicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) fizeram uma paralisação nacional em 21 de junho, comunicando à sociedade brasileira o desmonte dos três órgãos e da política ambiental do país. Entre as denúncias estavam: destruição do Código Florestal; esfacelamento da gestão ambiental pública citando IBAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e comissões tripartites; redução de áreas de oito unidades de conservação para abrigar futuras hidrelétricas; PEC 215/2000⁴¹, que compromete a demarcação de terras indígenas; fechamento de unidades dos Institutos e escassez de servidores com a sobrecarga dos que permanecem; precariedade da estrutura física dos prédios; falta de equipamentos, móveis, e todo tipo de material necessário; falta de condições de trabalho, desde uniforme a coletes salva-vidas, GPS, veículos, etc.; falta de recursos para os centros de pesquisa e outros.

O “violento ataque que a legislação ambiental brasileira vem sofrendo e a drástica redução de verbas para o bom funcionamento dos órgãos ambientais federais” também foram denunciados em documento de 2016 da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA (Ascema Nacional). O contexto pós-golpe, com a destituição da presidenta Dilma Rousseff (PT) em abril de 2016, e a posse de Michel Temer, ex-vice-presidente (PMDB – depois MDB), com outra agenda política, tornou dramática a rotina dos técnicos

40 Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/artigo/lama-de-mariana-mostra-o-desmonte-das-leis-ambientais/>>. Acesso em: abr. 2018.

41 A Proposta de Emenda à Constituição foi aprovada em 2015, deixando ao cargo do Congresso aprovar as demarcações e ratificar aquelas já homologadas. Mais em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>>. Acesso em: abr. 2018.

dos órgãos ambientais no país. Entre as denúncias está a das trocas de Superintendentes nos Estados “apenas para cumprir compromissos políticos”⁴².

Rafael Giovanelli e Michel Santos da WWF Brasil⁴³, ao comentar os ataques do Governo Federal e do Congresso contra a legislação ambiental, sinalizam um dos interesses: “[...] colocar o meio ambiente e as comunidades tradicionais à mercê de grupos que enxergam na exploração altamente depredatória da natureza o único caminho para retirar o país da atual recessão econômica”. Para eles, a força política dos referidos grupos se deve ao financiamento do impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

A criação dos órgãos ambientais federais

O MMA disponibiliza um “Histórico Brasileiro”⁴⁴ e um “Histórico Institucional”⁴⁵ a partir dos quais trazemos alguns destaques. Segundo a Nota Técnica 10/2016⁴⁶, a primeira ação do Governo Brasileiro pós-Conferência de Estocolmo, foi criar a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, vinculada ao Ministério do Interior. Através do Decreto 73.030/73, suas atribuições eram “[...] atuar para a conservação do meio ambiente e para o uso racional dos recursos naturais”. Nos chamou a atenção o Artigo 13 do Decreto, o qual pontua a prioridade da atuação da SEMA entre 1973 e 1974 sobre a poluição hídrica. O parágrafo primeiro explica que adotariam diretrizes e critérios para “a defesa contra a poluição das águas, entendida como qualquer alteração de suas propriedades físicas, químicas ou biológicas, que possa importar em prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar das

42 Disponível em: <<http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Documento-Ascema-Nacional-25-Jul-16.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

43 Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/577320-projetos-serao-implantados-a-forceps-com-o-fim-do-licenciamento-ambiental-entrevista-especial-com-rafael-giovanelli-e-michel-santos>>. Acesso em: abr. 2018.

44 Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro>>. Acesso em: abr. 2018.

45 Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/institucional/historico-institucional>>. Acesso em: abr. 2018.

46 Disponível em: <<http://mma.gov.br/images/arquivo/80296/MMA%20Sisnama%20Nota%20Tecnica%2010%202016.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

populações, causar dano à flora e à fauna, ou comprometer o seu uso para fins sociais e econômicos”. Devemos destacar ainda um aspecto: o da histórica e permanente preocupação em conciliar a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico que constatamos na leitura dos documentos e leis. Este fato contrasta com a corriqueira divulgação em jornais de queixas por parte de empresários e outros empreendedores sobre o suposto privilégio que o meio ambiente teria em comparação com o setor econômico. De fato, não se confirma. Como um exemplo, citamos de Lustosa (2008, p. 36) a sua menção à política ambiental da SEMA expressa no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): “[...] de equilíbrio, para conciliar o desenvolvimento em alta velocidade com o mínimo de efeitos danosos sobre a ecologia e garantindo o uso racional dos recursos do País com garantia de permanência de seu caráter renovável”⁴⁷.

Em 15 anos de existência, a SEMA teve três Secretários Nacionais: Paulo Nogueira Neto, Roberto Messias Franco e Ben Hur Luttembarck Batalha, todos com histórico de atuação na área ambiental. Ainda segundo Salera Júnior (2015), a maior realização da SEMA foi a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), “[...] que se tornou um marco na gestão participativa na área ambiental”. Conforme Gamba e Ribeiro (2017, p. 151):

A Resolução CONAMA nº 001, de 1986, marcou a história da legislação ambiental brasileira ao estabelecer definições, responsabilidades, critérios e diretrizes gerais para o uso e a implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos básicos da Política Nacional do Meio Ambiente. Definiu os tipos de atividades (posteriormente ampliados) cujos agentes devem, obrigatoriamente, elaborar Estudos de Impacto Ambiental (EIA).

Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) é parte

47 Trecho de artigo de Caio Lustosa publicado no jornal Correio do Povo, em 26 de maio de 1977 (LUSTOSA, 2008).

inerente ao EIA e é fundamental para dar publicidade ao estudo realizado, pois deve trazer todas as considerações, impactos, formas de mitigação, objetivos do projeto e síntese dos resultados por meio de uma linguagem acessível ao público em geral. O EIA-RIMA é disponibilizado aos órgãos competentes nos diferentes níveis de governo, que possuem prazo para manifestação conclusiva sobre cada caso. A obrigatoriedade do EIA-RIMA, desde então, tem sido fundamental para combater a degradação ambiental no Brasil, em que pese a dificuldade de vigilância na aplicação da legislação e polêmicas na elaboração e aprovação de diversos EIA-RIMAS de projetos públicos e privados.

A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938, 31 de agosto de 1981) vinha sendo gestada desde 1977 e só foi regulamentada em 6 de junho de 1990 com o Decreto 99.274. Este documento também regulamenta a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, estrutura e atuação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), constituição, funcionamento e competências do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)⁴⁸, Licenciamento das atividades e empreendimentos dependentes “de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras”, e artigos definidores das Penalidades e punições.

De acordo com Gamba e Ribeiro (2017, p. 153), até a criação da Lei dos Crimes Ambientais, a LCA (9.605 de 12 de fevereiro de 1998), a dispersão das normas penais dificultava a punição daqueles que desrespeitavam a natureza. Contam que o período de vigência tanto da Política Nacional do Meio Ambiente (1981) quanto da Constituição Federal de 1988 contribuíram “[...] para uma maior discussão da tutela penal do meio ambiente, no sentido de dar efetividade às legislações vigentes”. Entretanto, destacam a dependência do seu cumprimento da atuação de

48 Ver Resolução CONAMA N° 001/1986 em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: abr. 2018.

órgãos como Ibama, quem fiscaliza, do Ministério Público (Federal ou Estadual), e de um órgão do Poder Judiciário (Federal ou Estadual). E, também, verificam a necessidade de haver avanços “para ampliar a efetividade” da LCA, pois entre os problemas estão uma deficiência na comunicação entre os órgãos envolvidos e o baixo valor cobrado nas multas. Com brevidade, citamos os temas das seções da LCA: no capítulo dos crimes contra o meio ambiente estão os contra a fauna, a flora, poluição e outros crimes ambientais, aqueles contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, a administração ambiental; capítulo da infração administrativa; capítulo da cooperação internacional para preservação do meio ambiente. Destacamos outro avanço na legislação que representou o surgimento do Decreto 6.514 em 22 de julho de 2008, que trata das infrações e sanções administrativas, bem como do processo administrativo federal para a apuração dos crimes.

A SEMA havia sido extinta em 22 de fevereiro de 1989 (Lei 7.735) com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)⁴⁹. Atualmente, as atribuições são do Ministério do Meio Ambiente, criado por sua vez, em 1992.

49 Tudo sobre o Ibama em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/institucional/carta-de-servicos-ao-cidadao.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

Linha do tempo da política ambiental brasileira no século XX

| | Leis destacadas | Órgãos e entidades* destacadas |
|-----------|--|---|
| Anos 1930 | DECRETO 23.793, DE 23 DE JANEIRO DE 1934 – Aprova o Código Florestal | 1931 – Fundação da primeira entidade ambientalista brasileira: Sociedade dos Amigos das Árvores, pelo botânico Alberto Sampaio, no Rio de Janeiro |
| | DECRETO 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934 – Institui o Código de Águas | |
| Anos 1950 | - | 1954 – Fundação da Associação de Defesa do Meio Ambiente – São Paulo (ADEMA-SP), por Paulo Nogueira Neto, primeiro Secretário da SEMA |
| | - | 1 de janeiro de 1955 – Fundação da União Protetora da Natureza (UPN), em São Leopoldo (RS), por Henrique Luís Roessler e outros |
| Anos 1960 | LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 – Institui o Código Florestal Brasileiro | - |
| | DECRETO-LEI 221, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 – Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca | |
| | DECRETO-LEI 289, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 – Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) | |
| Anos 1970 | - | 27 de abril de 1971 – Fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) em Porto Alegre (RS) |
| | - | Decreto 73.030 de 30 de outubro de 1973 – Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, vinculada ao Ministério do Interior |

| | Leis destacadas | Órgãos e entidades* destacadas |
|-----------|--|---|
| Anos 1980 | DECRETO 86.028, DE 27 DE MAIO DE 1981 – Institui em todo o Território Nacional a Semana Nacional do Meio ambiente. | <p>Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990</p> <ul style="list-style-type: none"> – Criação da Política Nacional do Meio Ambiente – Instituição do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA através do artigo sexto – Instituição do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA através do artigo sétimo <p>Resolução do Conama 001, de 23 de janeiro de 1986 – “Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental”. Status: Alterada pelas Resoluções nº 11, de 1986, nº 5, de 1987, e nº 237, de 1997</p> <p>Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 – Dispõe sobre a extinção de órgão e entidade autárquica [SEMA], cria o Ibama e dá outras providências</p> |
| Anos 1990 | - | <p>Novembro de 1992 – Criação do MMA <http://www.mma.gov.br/institucional></p> |

* Entidades citadas tiveram membros participantes da construção das leis.

Fonte: Informações extraídas de
<<http://www.mma.gov.br/institucional/histórico-institucional>>.

Do Código Florestal à Lei de Proteção à Vegetação Nativa

Na primeira versão do Código Florestal de 1934 (Decreto Federal 23.793), o aspecto mais destacado foi o do conceito de “florestas protetoras”, que determinou a restrição à destruição dessas áreas de margens de rios e nascentes em propriedades rurais em favor dos plantios de café na região Sudeste do país. É um conceito semelhante ao do atual “Área de Preservação Permanente” (APP), mas, na época, não especificava as distâncias mínimas de proteção. Finalmente, em 1965, o Código Florestal

Brasileiro (Decreto Federal 7.731) tornou-se mais objetivo ao apresentar estas especificações considerando a largura dos cursos d'água e o que chamamos Reserva Legal, que é o percentual mínimo a ser preservado em uma propriedade. Considerando os demais biomas do país, nos quais não é possível desmatar onde não há mato ou floresta, uma mudança significativa com a sanção da Lei em 2012 foi a referência à “supressão de vegetação nativa”, portanto, reconhecendo a existência da biodiversidade. Tanto que, não obstante persista uma certa teimosia por parte de jornalistas e suas fontes, a referida Lei 12.651 que substituiu o Código Florestal Brasileiro não é o “Novo CFB”, e sim a Lei de Proteção à Vegetação Nativa (LPVN).

De acordo com Brancalion e outros (2016), a legislação brasileira ambiental possui ainda três leis que complementam o Código Florestal de 1965: Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973, regula a conservação de áreas naturais em terras indígenas); Lei de crimes ambientais ou Lei da Natureza (Lei 9.605/1988, determina as sanções penais e administrativas para condutas e atividades lesivas ao meio ambiente); Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc, Lei 9.985/2000, regula a preservação da vegetação e fauna nativas nestas áreas). Os cientistas defendem o aperfeiçoamento dessas leis, já que “as propriedades rurais ocupam 80% do território brasileiro e abrigam mais da metade da área de vegetação nativa remanescente do país” (BRANCALION *et al.*, 2016, p. 3).

Os autores explicam que a promulgação da Constituição Federal de 1988 contemplava o sancionado pela LPVN em 2012: a determinação de proteção da flora e fauna, bem como a sua preservação através do artigo 225. Destacaram também a Lei 7.803/1989, que ampliou os limites das APP's, fortalecendo o vigente CFB. A natureza original que precisa hoje ser recuperada foi suprimida legalmente, ou seja, antes da existência de leis e zoneamento ou planejamento agrícola e ambiental. Desta forma, não foi contida a expansão da fronteira agrícola, nem a impunidade decorrente das falhas de fiscalização (BRANCALION *et al.*, 2016).

Entretanto, a reação dos produtores rurais, em especial a dos grandes proprietários de terras, à aplicação da Lei de Crimes Ambientais foi decisiva junto aos congressistas em favor da formulação de uma lei que substituísse o CF de 1965. Pois, a partir de 1998, os descumpridores desta lei se sujeitaram a sofrer sanções civis, administrativas e penais, bem como a imposição de medidas reparatórias. Vimos ainda com Brancalion e outros (2016) que os argumentos utilizados pelo chamado “Jornalismo declaratório”, cada vez mais comum em meios de comunicação diversos, são os mesmos: corrigir a insegurança jurídica, facilitar a regularização das propriedades, amenizar as exigências de conservação nas pequenas propriedades rurais. O *modus operandi* de hoje com vistas à propagação “flexibilização”, que consiste no desmonte da política ambiental, tampouco diverge daquele da primeira década do novo milênio. Na época, foram realizadas audiências e consultas com reduzida participação da sociedade civil e de cientistas. As soluções de pesquisadores, enviadas aos poderes executivo e legislativo, não foram aproveitadas na versão final do LPVN de 2012.

O Supremo Tribunal Federal (STF) somente julgou as três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI's) 4901, 4902 e 4903, ajuizadas pela Procuradoria Geral da República, em 28 de fevereiro de 2018. E, contrariando a robusta pesquisa científica em benefício do agronegócio, julgou constitucionais os principais dispositivos controversos. As questões abertas sobre a LPVN merecem o acompanhamento e a cobertura jornalística persistente, já que do tema ambiental derivam impactos em toda a sociedade e respectivas notícias nas variadas editoriais desde geral, rural, até política, economia e polícia. Conforme Girardi *et al.* (2012), tudo é informação, exigindo que o Jornalismo se conecte aos espaços, ao ambiente e às manifestações em geral. O ecológico engloba várias tematizações para as quais o Jornalismo deve deixar falar diferentes vozes.

Uma abordagem jornalística equivocada também gera

impactos na sociedade por meio da adesão e difusão de “interpretações distorcidas da LPVN”, como ocorreu no caso específico do Decreto 52.431/2015 do governo do Rio Grande do Sul, que “[...] permitiu declarar campos nativos em uso pastoril como ‘área rural consolidada por supressão de vegetação nativa com atividades pastoris’” (BRANCALION *et al.*, 2016). Quando, na realidade, a atividade pastoril conserva a vegetação e a fauna campestre.

Podemos afirmar que também a abordagem geral de notícias durante o primeiro ano de implantação do CAR⁵⁰, veiculadas pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), não distinguiu as singularidades dos biomas e difundiu uma política pública hegemônica para o país, tanto para o Norte, onde o bioma é florestal, quanto para o Sul, onde a vegetação campestre predomina. Nosso artigo⁵¹ expõe ainda o Jornalismo reprodutor de dizeres das fontes e não questionador sobre: “[...] se as monoculturas ou a agropecuária de *commodities* são sustentáveis ambiental e economicamente, se permitem a conservação e a preservação da biodiversidade, dos bens naturais e coletivos, das culturas locais e nativas”.

Do Código das Águas à Lei das Águas

A água é outro tema fundamental para o debate sobre meio ambiente e políticas públicas. Faz parte de um sistema importante de sustentação à vida, bem como de sustentação de todas as atividades humanas. Por isso a necessidade de haver políticas públicas visando à sua proteção. De outra forma, como haveríamos de controlar o “mercado” da água? Mesmo com uma legislação considerada razoável e elogiada internacionalmente pelo próprio Fórum Mundial da Água⁵², que reúne organismos

50 O Cadastro Ambiental Rural é um dispositivo da LPVN que consiste na autodeclaração eletrônica de cada produtor rural sobre o tamanho e as características de sua propriedade.

51 Com o objetivo de compreender se o Jornalismo Público da EBC considera a biodiversidade brasileira na abordagem do CAR, analisamos 23 notícias com as palavras-chave “Cadastro Ambiental Rural” e veiculadas pela Agência Brasil entre maio de 2014 e maio de 2015 (FANTE, MORAES e GIRARDI, 2016).

52 “O Brasil se destaca no mundo por sua Agência Nacional de Águas (ANA) e pela legislação sobre recursos hídricos. E esta é uma das grandes contribuições que o país pode dar no 8º Fórum Mundial da Água,

internacionais e representantes de grandes corporações, o direito de todos e todas à água nem sempre está preservado. A gestão da água está relacionada ainda às questões da estabilização do clima, da produção de alimentos, do saneamento básico, do ciclo hidrológico e da ocupação de solos. Ou seja, é um componente vital nos debates das políticas públicas. Na oitava edição do Fórum Mundial da Água, realizado em março de 2018 em Brasília, também ocorreu o Fórum Alternativo Mundial da Água, este último como contraponto ao Fórum Mundial, trazendo um posicionamento crítico de ONGs e movimentos sociais que advogam o direito fundamental à água.

No Brasil, a primeira legislação específica foi o Código das Águas, estabelecido pelo Decreto 24.643, de 1934, que tratou sobre o acesso, o uso e a conservação dos recursos hídricos no país. Em vigor desde 1997, a Lei das Águas (Lei 9.433/97) teve como objetivo tornar-se um instrumento democrático da gestão dos recursos hídricos. Para atingir esse objetivo, a legislação incorporou conceitos fundamentais ao processo. Entre eles, estão a gestão descentralizada e o incentivo à participação social. Em 1998, com a criação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o sistema passa a contar com um órgão colegiado para discutir alterações na legislação e outras demandas, formado por organismos governamentais, sociedade civil, usuários e prestadores de serviços. Também se organizam os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) com o objetivo de definir e aprovar medidas em âmbito de cada bacia, levantando-se temas prioritários em determinadas comunidades.

Conforme Tundisi (2006, p. 29), houve um avanço conceitual importante no final dos anos 1990, ainda em transição, ligado ao paradigma da gestão hídrica: “Ela consiste em passar o gerenciamento de um sistema setorial local e de resposta a crises

disse o presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga”. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/legislacao-brasileira-para-recursos-hidricos-e-destaque-no-forum-mundial-da>>. Acesso em: abr. 2018.

e impactos, para um sistema integrado, preditivo e no âmbito de Ecossistema (bacia hidrográfica)”.

É importante pontuar os seis fundamentos da Lei das Águas, sobre os quais os jornalistas e toda a população devem ter clareza, para fiscalizar e pressionar pela sua efetiva consolidação. São eles: a água é um bem de domínio público; a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades⁵³.

Esses fundamentos determinam várias políticas públicas que decorrem da legislação. Para um jornalista ambiental, é fundamental entender o sentido do que está colocado na lei de modo a poder questionar tanto o setor público quanto o setor privado, envolvidos no gerenciamento das águas. Um caso emblemático sobre a grande importância da água e de informações dos órgãos públicos⁵⁴ foi a crise hídrica no estado de São Paulo, especialmente pela gravidade nos anos de 2014 e 2015, quando a falta de chuvas no Sistema Cantareira levou à escassez drástica.

Um estudo sobre a transparência nos dados dos órgãos responsáveis pela gestão hídrica revelou que a população não foi alertada sobre a gravidade da situação em São Paulo (ARTIGO 19, 2014). A crise adentrou os anos de 2014 e 2016, gerando novo relatório da ONG Artigo 19⁵⁵. Na última análise, aponta-se que

53 Ver mais em: <<https://capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/handle/ana/121>>. Acesso em: abr. 2018.

54 Ver mais em: <<http://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2016/06/Sistema-Cantareira-e-a-Crise-da-%C3%81gua-em-S%C3%A3o-Paulo-2.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

55 Organização não governamental de direitos humanos nascida em Londres (1987), com a missão de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação, conforme o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com cerca de 20 milhões de habitantes, sofreu ainda mais pela falta de água, pois a pior seca revelou os graves problemas de gestão hídrica. O período foi marcado por informações desencontradas e falta de transparência, levando a população à “incerteza e iminência de viver um colapso hídrico”. O sofrimento e apreensão dos paulistas decorreu da falta de informações claras, enquanto que a falta de chuvas demonstrou o quanto os governos estavam despreparados para lidar com a emergência da escassez d’água.

Com a verificação da ONG Artigo 19, podemos indicar que não houve uma gestão pública adequada ao que determina a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Entre outras normas, indica-se na PNRH que a participação e a descentralização na gestão estejam presentes, sendo a bacia hidrográfica a unidade de aplicação da política. Os comitês de bacia não possuíam o protagonismo necessário para definição de políticas, no caso estudado da Cantareira.

Em artigo de crítica, Longo (2015) aponta que a crise da água em 2014 obteve grande repercussão, pois foram realizadas reportagens especiais e constituídas editoriais específicas ao tema, cadernos temáticos, produtos multimídias e pesquisas de opinião. Além disso, muitos coletivos de mobilização e comunicação foram formados, tais como Coletivo de Luta pela Água (“Água é um Direito Humano! Não uma mercadoria”); rede Aliança pela Água, coalizão da sociedade civil para contribuir com a construção de segurança hídrica em São Paulo; Lute pela Água; Assembleia Estadual da Água; Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e Conta D’Água, que reúne veículos de mídia independente, movimentos e entidades que visam a trazer contrapontos à narrativa da mídia tradicional.

Em Martirani e Peres (2016), temos uma análise da negligência, tanto do governo quanto dos meios de comunicação, em relação aos problemas de abastecimento e conservação dos recursos hídricos, apontando que a crise agendou a percepção do

problema. “Assistimos a um processo maciço de levantamento e construção da informação envolvendo as diferentes mídias e, de forma bastante ativa, as redes e coletivos sociais de mobilização e comunicação”. A crítica em relação à cobertura das mídias tradicionais é sobre a falta de abordagem das causas estruturais, que envolvem “formulação, integração e execução de políticas públicas, bem como sobre os conflitos socioambientais envolvendo interesses privados e bens difusos com benefícios coletivos, a exemplo de toda a problemática que envolve as alterações no Código Florestal brasileiro” (*ibid.*, 2016, p. 13).

De parte do Jornalismo, é possível verificar que as autoridades e fontes oficiais são invariavelmente blindadas. Associações de poder econômico e político entre grandes jornais e detentores do poder poderiam explicar este fato. Podemos pensar na hipótese de que há um desconhecimento ainda substancial sobre nossa legislação ambiental, o que seria uma capacitação fundamental para o jornalista enfrentar e questionar os fatos que são colocados como certos, comuns ou dentro do esperado. Afinal, depois de se chegar a um volume morto, não havia muito mais a fazer do que se juntar à campanha pela redução e economia de água.

Por outro lado, Martirani e Peres (2016) confirmam que os veículos independentes tiveram atuação junto a movimentos sociais e ONGs que, em sua maioria, enriqueceram o debate. Isso porque foram capazes de radicalizar o discurso e apontar os privilégios e as desigualdades na relação com consumidores, bem como “falta de transparência e inação por parte do Governo, além de irresponsabilidade por priorizar interesses eleitorais e não adotar uma política explícita de racionamento” (*ibid.*, 2016, p. 14). Desta forma, é importante indicar o papel cada vez mais importante do midiativismo ambiental em conflitos ambientais, para a construção das narrativas contra-hegemônicas, conforme apontado por Moraes e Fante (2017, 2018).

EXERCÍCIOS

1. Verifique a origem das fontes que aparecem nas notícias, se são porta-vozes de governos e empresas, se são políticos e empresários, se são representantes ou os membros de comunidades atingidas/público contemplado por determinada política pública.
2. Analise em quais editoriais aparecem a abordagem de políticas ambientais e qual é o enfoque dominante: econômico, ambiental ou complexo.

REFERÊNCIAS

ARTIGO 19. **Sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo:** falta de transparência no acesso à informação. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2014.

ARTIGO 19b. **O sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo:** falta de transparência, um problema que persiste. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2016.

BEVIR, Mark. 2010. Democratic Governance: A Genealogy. Tradução: Gustavo Biscaia de Lacerda. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-114, jun. 2011.

BRANCALION, P.H.S. *et al.* Análise crítica da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (2012), que substituiu o antigo Código Florestal: atualizações e ações em curso. **Nat Conservação**. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ncon.2016.03.00>>. Acesso em: abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D99274.htm>. Acesso em: abr. 2018.

DOWBOR, Ladislau. O fluxo financeiro integrado e a produtividade sistêmica da economia. **Revista Economistas**, Nº. 27, Jan. Mar. 2018. p. 22-27. Disponível em: <http://data.axmag.com/data/201803/20180327/U159906_F475874/HTML5/index.html>. Acesso em: abr. 2018.

FANTE, Eliege. M.; MORAES, Cláudia H.; GIRARDI, Ilza T. Biomass desconsiderados pela política pública e pelo Jornalismo Público: aproximações entre Amazônia e Pampa. p. 26-61. In: ALMEIDA; S. F.;

SILVA, A. M. (Orgs.). **Mídia, informação e meio ambiente**. UFRR: Boa Vista, 2016. Disponível em: <<https://ufr.br/editora/index.php/ebook>>. Acesso em: mar. 2017.

GAMBA, Carolina; RIBEIRO, Wagner Costa. Conservação ambiental no Brasil: uma revisão crítica de sua institucionalização. **Revista de Estudios Brasileños**, ISSN-e 2386-4540, v. 4, n. 6, 2017, p. 146-160.

GIRARDI, I.; SCHWAAB, R.; MASSIERER, C.; LOOSE, E. B. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. **Comunicação & Sociedade**, v. 34, p. 131-152, 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/3768627/GIRARDI_I._SCHWAAB_R._MASSIERER_C._LOOSE_Eloisa_Beling_.Caminhos_e_descaminhos_do_Jornalismo_Ambiental._Comunica%C3%A7%C3%A3o_and_Sociedade_v._34_p._131-152_2012>. Acesso em: mar. 2017.

LONGO, I. A luta pela água em SP. **Conta D'Água**, São Paulo, 25 fev. 2015. Disponível em: <<https://medium.com/a-conta-da-agua/a-luta-pela-água-em-sp-2bfcb83b2a84?section=%5Bobject%20Object%5D>>. Acesso em: 20 abril 2018.

LUSTOSA, Caio; BENITES, Eva. (Orgs.). **Luta ambiental e cidadania: da Borregaard a outros episódios**. Porto Alegre: Editora Dacasa/Palmarinca, 2008. KAYSER, Arno. **A reconciliação com a floresta**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2006.

MARTIRANI, Laura; PERES, Isabela Kojin. Crise hídrica em São Paulo: cobertura jornalística, percepção pública e o direito à informação. **Ambiente & Sociedade**. v. XIX, n. 1, p. 1-20. São Paulo, jan./mar.2016. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE [MMA]. **Histórico Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro>>. Acesso em: abr. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE [MMA]. **Histórico Institucional**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/institucional/historico-institucional>> Acesso em: abr. 2018.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 43-50. jul. dez. 1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_4_moraes.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

MORAES, Cláudia H. de; FANTE, Eliege M. Jornalismo e silenciamento do conflito ambiental no caso da CMPC Celulose Riograndense. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 15, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ECA/USP, 2017.

_____. Uma cartografia do midiativismo ambiental em Porto Alegre. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (Orgs). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. Belo Horizonte, CEFET-MG, 2018.

OLIVEIRA, Naia; MARTINS, Clítia Helena Back. Fundação de Economia e Estatística – Brasil. **Política e gestão ambiental no Rio Grande do Sul, Brasil: descentralização e participação social**. XI Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio. Mendoza, Argentina, 26 al 30 out. 2010. Disponível em: <http://institutocifot.com/seminario_rii/pdfs/grupo3/03.09-Oliveira-Backx%20Martins.pdf>. Acesso em: abr. 2018.

OLIVEIRA, Naia; MARTINS, Clítia Helena Back. Estado e meio ambiente: a formação da estrutura institucional para política e gestão ambientais no RS. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. *et al.* (Org.). **A evolução social**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, 3). Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/downloads/volume3/9/naia-oliveira.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. RJ: Civilização Brasileira, 2006.

SALERA JÚNIOR, Giovanni. Secretaria Especial do Meio Ambiente: um breve histórico. **Recanto das Letras [site]**. Palmas (TO). Publicado em 04 ago. 2015, reeditado em 18 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/5334033>>. Acesso em: abr. 2018.

TUNDISI, J. G. Novas perspectivas para a gestão de recursos hídricos. **Revista USP**, São Paulo, n.70, p. 24-35, 2006.

MUDANÇAS DO CLIMA (E DE PAUTA!)

Eloisa Beling Loose

eloisa.beling@gmail.com

Jornalista, mestra em Comunicação e Informação, e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com bolsa Capes. Integra o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS).

Cláudia Herte de Moraes

cbmoraes@gmail.com

Jornalista, mestra em Ciências da Comunicação e doutora em Comunicação e Informação. Integra o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS). Professora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Entender as mudanças do clima é fundamental para a atuação no Jornalismo contemporâneo. Este é um dos problemas ambientais mais sérios e em evidência na sociedade hoje. Neste sentido, o capítulo faz uma breve introdução sobre o tema para enfatizar o papel do Jornalismo na transformação das consciências diante de um assunto global e tão complexo.

Para o jornalista ambiental, é imprescindível conhecer os conceitos fundamentais da questão, além do necessário desenvolvimento de uma visão complexa quanto às relações entre ambiente, sociedade, economia e cultura, para ficarmos apenas nos aspectos mais proeminentes do problema. No caso específico das mudanças climáticas, entender as diferentes formas de enfrentamento, como mitigação e adaptação, e reconhecer seus riscos, possibilita que a cobertura avance para aspectos preventivos e de minimização de suas consequências.

Apontamos, por fim, as principais dificuldades da cobertura sobre o tema e estratégias para melhorar o tratamento dado ao assunto pelo Jornalismo. Uma cobertura mais sistemática e completa, evidenciando as conexões entre comportamentos, políticas e decisões econômicas, pode favorecer a compreensão de um fenômeno global tão multifacetado como esse.

Causas, contribuição antrópica e antropoceno

No início do século XX, os cientistas começam a usar o termo mudança climática para se referir a modificações de diferentes ordens no clima⁵⁶. Porém, é no começo dos anos 1970 que surgem as primeiras vozes de alarme da comunidade acadêmica e de ecologistas. As atividades humanas passam a ser consideradas no resultado final deste fenômeno. O contexto daqueles anos também fez surgir o termo aquecimento global, significando o aumento da temperatura média da terra, que se popularizou décadas depois. Wallace S. Broecker cunhou o termo aquecimento global, com a publicação, em 1975, do artigo *Climatic Change: are we on the brink of a pronounced global warning?* (Mudança Climática: estamos à beira de um aquecimento global pronunciado?) na revista *Science* (LEÓN, 2013).

As mudanças no clima são cíclicas e até então eram compreendidas como naturais – independentemente da ação da humanidade, elas aconteceriam. É fato que a Terra passa por alterações climáticas consideradas “naturais”, esfriando ou esquentando em determinadas épocas. Também não se pode dizer que todo e qualquer evento extremo seja resultado das mudanças do clima – há períodos de inverno ou verão com temperaturas intensas, mas que não estão, necessariamente, ligados às atividades

56 “O efeito estufa foi observado, pela primeira vez, por Jean Baptiste Joseph Fourier (1768-1830), no século 19. [...] Em 1896, Svante Arrhenius (1859-1927) criou um modelo para estudar a influência do gás carbônico residente na atmosfera sobre a temperatura da Terra”. Ver mais em OLIVEIRA, Gilvan Sampaio de. Mudanças climáticas: ensino fundamental e médio Brasília: MEC, SEB; MCT; AEB, 2009. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/vcsr/files/24111-Colecao_Explorando_o_Ensino_Mudancas_Climaticas.pdf>.

humanas. Contudo, os cientistas observaram que o aumento da temperatura da Terra em ritmo mais significativo nos últimos séculos é acompanhado por uma maior incidência de fenômenos atrelados às ações humanas, com uma maior quantidade de emissão de gases de efeito estufa (GEE)⁵⁷, que contribuem para a aceleração e intensidade das mudanças do clima. Desta forma, inundações (causadas por chuvas intensas e por grande período), ciclones, tornados, secas, calor intenso, entre outros, podem ser interpretados como eventos climáticos extremos quando se manifestam de um jeito mais acentuada ou frequente.

As mudanças do clima estão associadas ao aquecimento global, mas há diferenças entre os dois conceitos. O aquecimento global é apenas um dos efeitos das mudanças climáticas, embora seja possível verificar que a parte seja tomada pelo todo em muitos discursos. Boykoff (2011) aponta que este último conceito se refere ao aumento da temperatura, enquanto as mudanças climáticas abarcam outras variações abruptas no clima, como ondas de frio e chuvas torrenciais, por exemplo. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), a maior autoridade científica sobre o assunto, o termo:

[...] refere-se a qualquer mudança no clima ocorrida ao longo do tempo, devido à variabilidade natural ou decorrente da atividade humana [...]. O aquecimento do sistema climático é inequívoco, como está agora evidente nas observações dos aumentos das temperaturas médias globais do ar e do oceano, do derretimento generalizado da neve e do gelo e da elevação do nível global médio do mar (2007, p. 3; p. 8).

A hipótese do aquecimento global foi reforçada nos anos 1990 e confirmada nos anos 2000, com um aquecimento comprovado

⁵⁷ São os gases atmosféricos responsáveis pelo efeito estufa, ou seja, aqueles que retêm a radiação solar que atinge a superfície terrestre. Dentre os principais estão: dióxido de carbono, metano e óxido nitroso – CO₂, CH₄ e N₂O, respectivamente.

por inúmeros fatos em diferentes regiões do mundo, com o derretimento das geleiras dos Alpes europeus, no Ártico e na Antártida, além de secas e tempestades fora do comum nas Américas (PEARCE, 2002). Foi a partir deste alcance do fenômeno que houve um maior interesse político, científico e econômico no debate sobre quais seriam os efeitos das mudanças climáticas.

As Nações Unidas criaram, em 1988, IPCC⁵⁸, que passou a avaliar o tema e a subsidiar os acordos desde então. As iniciativas internacionais para conter as mudanças climáticas estão baseadas especialmente em dois tratados: *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática* (UNFCCC, em inglês, assinada no Rio de Janeiro, em 1992) e *Protocolo de Kyoto* (Japão, 1997, pacto que vigorou até 2012). Na COP-21, o *Acordo de Paris* foi assinado por 195 países, sendo, portanto, o tratado atual em relação ao enfrentamento da crise climática.

O IPCC reúne o maior número possível de dados e pesquisas relacionadas às condições climáticas no planeta. Dos cinco relatórios publicados até 2014, os primeiros (em 1990, 1995 e 2001) tiveram pouca repercussão midiática. O quarto, de 2007, provocou grande impacto. O relatório de 2007 é considerado paradigmático, pois nele, pela primeira vez, aparece a afirmação de que o aquecimento do sistema climático é inequívoco. Na apresentação de cenários, houve dados “alarmantes” que foram divulgados amplamente pela mídia global, alertando sobre catástrofes prováveis a populações em diferentes partes do mundo.

A repercussão garantiu que, em 2007, o Prêmio Nobel da Paz fosse compartilhado pelo IPCC e pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore – personagem principal do documentário *Uma verdade inconveniente*, um dos primeiros a abordar a questão das transformações do clima. Tanto o IPCC quanto Al Gore são reconhecidos por impulsionar o maior interesse mundial sobre o tema

58 Os relatórios do IPCC estão disponíveis no site <www.ipcc.ch>. Para consultar previsões de mudança do clima em outras regiões, é preciso verificar as fontes locais, as agências de meteorologia e os relatórios nacionais (indicados em: <www.unfccc.org>). Sobre o Brasil, consultar os dados nos sites do Ministério do Meio Ambiente (<<http://www.mma.gov.br/clima>>) e do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (<<http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/pt/organizacao/o-pbmc>>).

da mudança climática global. O Jornalismo brasileiro também abordou o aquecimento global com base no *IV relatório do IPCC*, divulgado em fevereiro de 2007, de forma alarmante (MORAES & CORRÊA, 2008). Porém, a cobertura se enfraqueceu após estes eventos e divulgações, da mesma maneira que ocorreu com pautas ambientais em 1992, após a realização da Rio-92 (ou Eco-92).

Os principais dados científicos compilados pelo IPCC demonstram que há uma variação maior do aquecimento global que acompanha a emissão de gases, especialmente após a Revolução Industrial e todo o processo de industrialização, de “progresso” e “desenvolvimento” buscados incessantemente. Apesar do consenso científico em torno do aquecimento global, há uma polêmica em relação à mudança do clima. Alguns cientistas questionam os dados do IPCC, e são chamados, geralmente, de “céticos”⁵⁹, pois não consideram fundamental o papel da humanidade na produção de gases de efeito estufa para os períodos de variação climática. É importante frisar que, embora exista no campo jornalístico a regra do equilíbrio informativo, segundo a qual os jornalistas devem ouvir os diferentes argumentos sobre uma questão de modo a não induzir um dos lados, tal situação deve ser ponderada mediante a representatividade que cada um dos lados apresenta. No caso das mudanças climáticas, os céticos/negacionistas equivalem a uma minoria da comunidade científica.

Sucessivos estudos demonstram que os GEE, responsáveis pelas condições de vida no planeta, são impactados pelas atividades humanas que estão acentuando a concentração destes gases, indicando um aumento de mais de 30% (FILHO, 2007; MCKIBBEN, 1990; BIDERMAN, 2005). “Desde 1800, a concentração de dióxido de carbono pulou de 270 partes por milhão (ppm) para 370 ppm – o mais alto nível dos últimos 20 milhões de anos” (PEARCE, 2002, p. 17).

59 Os “céticos” deveriam ser chamados de “negacionistas”, uma vez que negam o papel dos homens no processo de aquecimento global, visto que o ceticismo faz parte de toda ciência, inclusive entre os cientistas que concordam com as bases do IPCC (professor de climatologia e coordenador do Centro Polar e Climático da UFRGS, Jefferson Simões, palestra. POA, dezembro de 2013).

Entre os exemplos das atividades intensivas na geração de gases de efeito estufa destacam-se a queima de carvão, petróleo e gás natural pela indústria e sistemas de transporte, que causam grande emissão de gás carbônico; destruição das florestas e diferentes tipos de vegetação e mudanças no padrão de uso do solo, pois o carbono armazenado na vegetação e no solo escapa para a atmosfera; criação de gado e cultivo de arroz, atividades que emitem metano, óxido nitroso e outros gases de efeito estufa (BIDERMAN, 2005, p. 8).

Mais recentemente, com as evidências da contribuição antropogênica em relação ao clima, um novo termo foi cunhado: antropoceno, que se refere à era atual em que vivemos, na qual o poderio das ações humanas modifica dramaticamente os ecossistemas. Da proposta deste novo conceito, em 2002, por Stoermen e Paul Crutzen (este último recebeu o Nobel de Química em 2016), o termo passou a ser aceito por muitos cientistas desde então. Por ser um conceito recente, ainda está em debate e em disputa, inclusive gerando controvérsias sobre qual seria o momento inicial desta era. Crutzen e Stoermen (2015) indicam que nos dois últimos séculos as atividades humanas se intensificaram na busca pelo “progresso” e “desenvolvimento”, e as alterações ainda serão sentidas por milhares de anos. A quantidade de gases emitida ficará na atmosfera mesmo que as propostas de redução de emissões sejam levadas a cabo de forma eficaz desde agora. Os autores, que propuseram o conceito do período geológico do antropoceno, afirmam que possivelmente as ações humanas passaram a ter maior impacto sobre o meio ambiente e a atmosfera, em níveis globais, a partir da parte final do século XVIII.

Mesmo que o conceito do antropoceno e sua delimitação inicial estejam em aberto, constata-se que há um consenso científico mais abrangente sobre as mudanças climáticas que, em qualquer cenário, estão associadas às emissões de gases de

efeito estufa, decorrência das atividades humanas nas sociedades (pós-industriais).

Impactos, mitigação e adaptação

Os cientistas alertam para uma série de efeitos graves gerados em razão da alteração climática. Entre os mais divulgados, estão a mudança nos padrões de chuva, as fortes secas, a elevação do nível do mar, a migração de áreas agrícolas e a diminuição na produção de alimentos. Os impactos são graves e alteram as questões de saúde, segurança alimentar, ambiente, negócios e cultura. De forma didática, podemos apontar os impactos da mudança do clima a partir da observação dos sistemas físicos, biológicos e humanos.

Nos sistemas físicos, destacam-se:

- a) Redução de massas de gelo (degelo);
- b) Aquecimento e acidificação da água dos oceanos;
- c) Aumento global do nível do mar (em parte pelo degelo das calotas polares).

Nos sistemas biológicos:

- a) Alteração importante na distribuição de algumas espécies e também na sua abundância, ampliando o risco de extinção;
- b) Maior mortalidade de árvores de médio e grande porte, perdendo-se habitats e reduzindo reservatórios de carbono.

Nos sistemas humanos:

- a) Diminuição do rendimento das colheitas por conta dos eventos extremos, causando a elevação do preço dos alimentos;
- b) Agravamento das vulnerabilidades populacionais, pobreza e mortalidade;
- c) Destruição de infraestruturas.

A partir das consequências projetadas nos cenários futuros do clima, surgem os planos para a mitigação e adaptação, além da ideia de uma economia de baixo carbono de alcance mundial. Para Giddens (2010), na área da mitigação das mudanças climáticas, os mercados têm papel para além do comércio de emissões, pois sempre que possível a atribuição de preço a um bem ambiental resultaria em competição e, assim, aumentaria a eficiência.

Para combater as mudanças climáticas, são consideradas duas estratégias, complementares, chamadas de mitigação e adaptação. Programas de mitigação se referem a ações que buscam diminuir a emissão de GEE, enquanto os programas de adaptação indicam soluções para o enfrentamento de cenários de dificuldade para várias áreas, como produção de alimentos e energia, acesso à água e eventos extremos decorrentes da mudança do clima.

O conceito de **mitigação** significa reduzir, referindo-se à ação humana que visa a estabilizar as concentrações atmosféricas de GEE num nível que evite interferências graves e irreversíveis no sistema climático. Dois tipos de medidas de mitigação costumam ser considerados: as que atuam sobre as causas e as que atuam sobre as consequências. Quando reduzimos as causas, eliminamos as emissões de gases lançados à atmosfera; é o que ocorre, por exemplo, com a substituição de automóveis por bicicletas. Menos automóveis equivalem a um menor índice de emissão de dióxido de carbono. Quando atuamos sobre as consequências, buscamos potencializar a captura e o armazenamento de GEE. Um exemplo é a proteção e a renovação de florestas. Quanto mais árvores, maior a capacidade de absorção das emissões e, com isso, menor o impacto sobre o sistema climático.

Já as medidas de **adaptação** são necessárias se considerarmos que não há como parar a mudança climática em curso, sendo urgente, portanto, atuar para adaptar os sistemas atingidos pelo fenômeno. Também aqui há dois tipos de medidas: de redução de danos e de exploração de oportunidades favoráveis. No primeiro caso, inclui-se todo o esforço realizado para que

populações, ambiente e economia não sejam destruídos por eventos extremos, por exemplo, com a construção de barragens, movimentação de populações ameaçadas pelo nível do mar, entre outros. No segundo caso, trata-se de aproveitar a mudança do clima que abre brechas para a produção de alimentos, pois em alguns pontos do planeta o clima mais ameno pode favorecer o cultivo, onde antes não havia condições.

Esse último caso merece atenção redobrada dos jornalistas, afinal, quem se beneficia com as mudanças do clima? Esta é uma pergunta que sempre precisa estar no radar daqueles que se comprometem com o interesse público. Embora muito se fale sobre os prejuízos das mudanças do clima, há também efeitos considerados positivos (ainda que se precise pesar quantos são beneficiados em detrimento dos que sofrem danos). Welzer (2010) afirma que países menos afetados poderão desfrutar economicamente dessa situação. Este posicionamento ajusta-se à teoria da modernização ecológica, calcada na confiança no desenvolvimento científico e tecnológico.

Entre os desafios para a questão climática, um acordo global é sempre trazido como o objetivo e fim de todas as movimentações internacionais. Em 2015, um passo importante foi feito com a já mencionada assinatura do *Acordo de Paris*, na COP-21, cujo objetivo central foi fortalecer a resposta global à mudança climática, reforçando a capacidade dos países em lidar com os impactos do fenômeno. Aprovado por 195 países parte da UNFCCC, indica a redução das emissões de gases de efeito estufa para que se mantenha o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais, indicando a necessidade de um esforço para que este aquecimento fique em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Cada país signatário propõe a redução das emissões. A Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC, na sigla de *Intended Nationally Determined Contribution*) do Brasil faz um compromisso de redução em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025;

para 2030, a meta seria a redução em 43% em relação aos índices de 2005. Conforme o governo brasileiro, nesta proposta, será preciso aumentar o uso de bioenergia sustentável na matriz energética em 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030. A conferir esse compromisso ao longo do período⁶⁰.

A cobertura hoje

Já existem inúmeras pesquisas que revelam que as mudanças climáticas são pauta na mídia apenas quando se trata de eventos internacionais (com caráter político-econômico), divulgação de relatórios científicos (com ênfase na ciência) ou em caso de desastres gerados por fenômenos extremos (nem sempre associados às mudanças do clima de forma correta). Logo, um dos primeiros problemas é esta falta de periodicidade e compartimentalização das informações em editoriais diferentes, conforme a ênfase do gatilho que despertará o interesse pelo tema; além da dependência do agendamento externo. Ainda que esses sejam momentos importantes, a falta de contextualização e a pouca atenção dada ao assunto não são capazes de aproximar a discussão com o cotidiano da maioria da população.

Entre os desafios postos estão a dimensão e as características do fenômeno. Por ser um problema global com efeitos locais, as consequências nem sempre são sentidas ou não são facilmente conectadas a uma problemática maior. Carvalho (2011) ressalta que o cenário internacional ainda recebe mais atenção que as instâncias locais, justamente reforçando esse distanciamento do problema com os cidadãos. Além disso, como a mudança do clima envolve riscos maiores no futuro, questões do presente acabam se tornando prioritárias. Também a emissão dos GEE não

60 Em relação às metas brasileiras, é interessante consultar <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>>, <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/BRASIL-iNDC-portugues.pdf> e <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris/item/10710>>.

é algo visível, o que dificulta seu combate e a faz imperceptível no dia a dia das pessoas. Como o Jornalismo atua a partir de acontecimentos e não de previsões, tratar dos riscos (sentimento de perigo ou ameaça) e de suas formas de prevenção estão descartados da lógica diárias dos veículos. Jornalistas possuem normas profissionais, rotinas de produção e critérios de noticiabilidade fortemente vinculados a um tempo presente (e não futuro) e às materialidades do cotidiano – como, então, ilustrar o que significa a emissão de GEE ou um aumento de poucos centímetros no nível do mar? Nesse sentido, o Jornalismo precisa se transformar para melhor cumprir seu papel de resguardar o interesse público.

Ademais, o assunto reúne uma série de incertezas científicas, que podem servir para não tratar do tema agora em razão de determinados interesses políticos e econômicos em disputa, embora nem sempre sejam conhecidos, porque há uma fragmentação da pauta. É preciso trazer as informações do campo científico para perto das pessoas, traduzindo projeções e teorias em experiências concretas.

O uso da linguagem catastrófica ou negativa também deve ser observado. Por mais que tal estratégia consiga captar a atenção de alguns leitores, a repetição dessa “fórmula fácil” gera desânimo geral, levando-os a pensar: o que eu posso fazer diante de tal problema?

Como abordar tudo isso?

Os termos técnicos, as incertezas e os cenários de probabilidades, com centenas de indicadores e números, são barreiras que podem e devem ser superadas com estudo e prática. Boa apuração e precisão são elementos básicos de todo tipo de Jornalismo e, neste caso, ganham mais destaque.

Pela complexidade do tema ambiental, ainda mais sobre as questões que envolvem a mudança do clima, é prioritário que o jornalista se arme com o conhecimento a respeito do tema e trabalhe com estratégias que aproximem esse fenômeno global

do dia a dia das pessoas.

O pesquisador James Painter (2013) lista algumas recomendações para melhorar a comunicação das mudanças climáticas, a fim de apresentar também seus riscos e melhorar a compreensão da recepção. As orientações são:

- a) mais familiaridade e treinamento para jornalistas sobre números e probabilidades;
- b) uso de mais infográficos e ilustrações sobre a questão;
- c) mais espaço para inclusão e discussão sobre como a incerteza pode ser quantificada;
- d) mais uso de previsão probabilística nas previsões do tempo que passam na TV aberta.

Soma-se a isso a preocupação em humanizar o Jornalismo, trazendo o assunto sob uma perspectiva socioambiental, que reflita as implicações da relação humanidade-natureza. A perspectiva local, a indicação de soluções ao alcance das pessoas e a gravidade do problema precisam sempre estar presentes. Mais importante do que reportar riscos é mostrar formas de enfrentá-los.

EXERCÍCIOS

1. Assista ao documentário *Mudanças do clima, mudanças de vidas*⁶¹, produzido pelo Greenpeace Brasil, e aponte as relações possíveis entre o fenômeno e o dia a dia das pessoas que poderiam se tornar pautas.
2. Pense em pautas diferentes sobre mudanças climáticas que possam ser publicadas em editoriais de: política; economia; meio ambiente; cidades.

RECOMENDAÇÕES

ANGELO, Claudio. **Espiral da Morte** – Como a humanidade alterou a máquina do clima. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

61 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-xUt31hgYKQ>>.

BRIDI, Sonia. **Diário do clima** – feitos do aquecimento global: um relato em cinco continentes. Rio de Janeiro: Globo, 2012.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos, **Interin** (UTP), v. 22, 2017. p. 154-172.

MORAES, Cláudia H. de. **Rio+20 entre o clima e a economia**: enquadramentos discursivos nas revistas brasileiras. Bauru, SP: Canal 6, 2016. Disponível em: <http://www.canal6.com.br/livros_loja/Ebook_Rio20.pdf>.

SHOME, Debika; MARX, Sabine. **A comunicação das mudanças climáticas** – Um guia para cientistas, jornalistas, educadores, políticos e demais interessados. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas sobre Decisões Ambientais – Universidade de Columbia, 2016.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, Rachel. 2005. **Introdução à Mudança Climática Global**: desafios atuais e futuros. IPAM.

BOYKOFF, Maxwell. **Who speaks for the climate?** Making Sense of Media Reporting on Climate Change. USA: Cambridge University Press, 2011.

CARVALHO, Anabela. (Org.). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio, 2011.

CRUTZEN, Paul Jozef; STOERMER, Eugene F. **O antropoceno**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, sem número, 06 nov. 2015. Disponível em: <<https://piseagrama.org/o-antropoceno/>>. Acesso em: mai.2018.

FILHO, Haroldo Machado. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o Protocolo de Kyoto. In: CLINK, Carlos (org.). **Quanto mais quente, melhor?** Desafiando a sociedade civil a entender as mudanças climáticas. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB, 2007.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KOLBERT, Elizabeth. **A sexta extinção**: Uma história não natural. 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=rwowCgAAQBAJ&pg=PT106&dq=antropoceno&hl=pt-BR&sa=X&ved=oahUKEwjekfHv orDZA hWJWpAKHV D xAD oQ6AEIODAD#v=onepage&q=antropoceno&f=false>>.

LEÓN, Bienvenido. La representación del cambio climático em los medios españoles. In: LEÓN, Bienvenido. (org). **El pediodismo ante el cambio climático**: nuevas perspectivas y retos. Barcelona, Editorial UOC, 2013.

MCKIBBEN, Bill. **O fim da natureza**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MORAES, Cláudia Herte de; CORRÊA, Aline M. F. Entre o susto e o esquecimento: Jornalismo Ambiental na lógica da indústria da informação In: **Jornalismo Ambiental**: desafios e reflexões.1 ed. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 210-227.

PAINTER, James. **Climate Change in the Media**: Reporting Risk and Uncertainty. London: I.B. Tauris & Co. Ltd, 2013.

PEARCE, Fred. **Aquecimento global**: causas e efeitos de um mundo mais quente. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2002.

WELZER, Harald. **Guerras climáticas**: por que mataremos e seremos mortos no século 21. São Paulo: Geração, 2010.

CONFLITOS AMBIENTAIS: UMA PAUTA CENTRAL PARA O JORNALISMO

Ângela Camana

angela.camana@hotmail.com

Jornalista e cientista social, mestra em Comunicação e Informação (UFRGS) e doutoranda em Sociologia (UFRGS). Bolsista Capes. É integrante do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade – TEMAS e do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS).

Conheça lugares fantásticos. Saiba mais sobre o maravilhoso mundo das plantas medicinais. A nossa reportagem hoje mostra a extraordinária revoada das araras-vermelhas; no exuberante cerrado, encante-se com o canto das seriemas.

Quando defendemos a prática do Jornalismo Ambiental, interlocutores costumam mencionar chamadas como estas, repletas de adjetivos que remetem a um mundo quase idílico e, em geral, apartado da humanidade e de suas práticas. Ainda que seja interessante apresentar biomas exóticos (e alguns nem tanto), isto é o que propomos chamar de *Jornalismo sobre meio ambiente*. Estas produções pecam por adotarem uma definição bastante estreita do que é o ambiente, deixando de fora de suas pautas temas como a agricultura, as cidades, entre outros. Mas, mais do que isso, a principal lacuna desse tipo de prática não é temática, mas de princípio: trata-se de um Jornalismo que aborda consensos, quando o principal interesse do Jornalismo costuma ser justamente o controverso e as disputas. Por que com o Jornalismo Ambiental é diferente?

No Brasil, país *bonito por natureza*, estudos têm indicado sistematicamente que a abordagem da mídia comercial sobre ambiente é precária, limitando-se à reprodução de *releases* e à exotização da fauna e da flora. Podemos lembrar, por exemplo, que junto ao canto da seriema, som típico do cerrado brasileiro, tem lugar a expansão da fronteira agrícola baseada em monocultivo de *commodities*, acompanhada do desmatamento, uso intensivo de agrotóxicos e deslocamento de populações tradicionais. Ou seja, há toda uma situação de violência e conflitualidade que é estrutural, pois forja o modelo de desenvolvimento adotado, a qual acaba ficando à parte do Jornalismo Ambiental e de meio ambiente. Esta ausência de disputas que é predominante no Jornalismo acerca de questões ambientais é especialmente incompreensível no Brasil, visto que estamos no país que mais mata ambientalistas: de acordo com os relatórios anuais da organização não governamental internacional *Global Witness*⁶², os assassinatos de ativistas de causas ambientais têm aumentado – isso sem considerar as mortes não relatadas –, e o Brasil desponta como “líder” absoluto neste quesito, com muito mais homicídios que outros países denunciados.

Entre 2002 e 2013, 448 pessoas morreram no país por defenderem as suas terras e a natureza, e este número é crescente: só em 2016, foram 66 assassinatos do tipo. Tamanha violência contra ativistas de causas ambientais indica um cenário efervescente de disputas não apenas por recursos, mas entre formas de apropriação e uso destes – não está em jogo somente a terra, por exemplo, mas o próprio modo de viver nesta terra. Toda essa situação, no entanto, fica circunscrita às páginas policiais: o argumento deste capítulo é de que isto também é tema para o Jornalista Ambiental, antes ainda do fato extremo, a morte, ocorrer. Isto é, defendemos que o Jornalismo Ambiental inclui esforços de reportagem, trabalho de investigação, cobertura de disputas – não cabe a ele só

62 Os relatórios anuais da organização podem ser acessados, em inglês, no site: <<https://www.globalwitness.org/en/about-us/annual-reviews/>>.

pautas frias de fauna e flora, como informam as práticas correntes associadas a este tipo de especialidade.

Assim, o objetivo deste capítulo é discutir a abordagem de conflitos ambientais pelo Jornalismo. Para tanto, na sessão seguinte serão apresentadas as principais abordagens teóricas a respeito de conflitos ambientais, a partir das quais será explorada a ideia de justiça ambiental e suas relações com o Jornalismo. Após, sugerem-se alguns temas e objetos caros ao Jornalismo, especialmente brasileiro, que podem ser abordados a partir da conflitualidade, notadamente a Amazônia, a questão fundiária e a implementação de grandes projetos de desenvolvimento, tais como hidrelétricas e de exploração de minérios.

Cabe observar que a discussão aqui apresentada concebe o Jornalismo enquanto uma forma de conhecimento específica e como um campo discursivo. Em linhas gerais, isto significa que o Jornalismo (sua produção e seu produto final) não é um reflexo da “Verdade”, mas compreende narrativas em disputa, as quais instauram modos singulares de compreensão do mundo. Esta compreensão adotada dá ainda mais fôlego para o argumento aqui explorado: se o Jornalismo é um palco de narrativas em disputa, as suas pautas primeiras devem dar conta justamente de conflitos e controvérsias – e não de consensos.

Quando o conflito é ambiental

Em “alta” desde a década de 1970, a abordagem de questões ambientais pelas ciências humanas permite refletir sobre os efeitos simbólicos e materiais de problemas (como, por exemplo, a poluição ou o buraco na camada de ozônio), atentando para os riscos inerentes às mudanças sociais e tecnológicas da sociedade moderna. Na América Latina, a temática ganha novos contornos: os conflitos passam a ser a principal abordagem e chave analítica do ambiente. Embora costume-se argumentar que o ambiente é uma questão global, é interessante notar a partir de

que perspectiva é lido em cada época e localização. Isto porque, dessa maneira, podemos inferir quais as principais preocupações e urgências de determinado lugar: é especialmente relevante, portanto, que no Brasil e na América Latina ganhem destaque justamente os conflitos ambientais, pois, em detrimento de uma “comunidade global” pouco situada ou materializável, colocam luzes sobre as ameaças sofridas por vidas bastante específicas.

Entretanto, não há uma única maneira de conceber o que é um conflito ambiental⁶³. Os primeiros estudos realizados no Brasil nesta seara indicam que, desde uma mirada construcionista, conflitos em áreas urbanas passam a mobilizar elementos ambientais, ampliando e alterando antigos repertórios de argumentação. A partir de um objeto empírico – litígios com “dimensão ambiental” na cidade do Rio de Janeiro –, Fuks (1998) identifica os “pacotes interpretativos” mobilizados pelos atores envolvidos (associações de moradores, agentes imobiliários, Jornalismo...). Diferentes concepções sobre ambiente estão em jogo, assim como são distintos os sujeitos afetados por questões desta ordem.

De maneira semelhante, Lopes (2006) também identifica que problemas sociais passam a ganhar uma dimensão ambiental que reconfigura as relações sociais e transforma as arenas de disputa. Neste processo, chamado de “ambientalização” pelo autor, não há uma agenda singular, mas uma construção argumentativa. Assim como para Fuks, cabe notar, um conflito ambiental não tem especificidade alguma: poderia ser qualquer disputa, pois se configura como uma questão de repertório.

Uma das principais vozes desta área de estudos hoje⁶⁴, Acselrad (2010), por sua vez, concebe o conflito ambiental como uma disputa de grupos distintos por recursos de determinado território; entretanto, tais grupos nem sempre têm a mesma apreensão simbólica daquele lugar. Ou seja, o conflito ambiental se constitui

63 Para uma revisão da literatura sobre conflitos ambientais sugerimos: Fleury, Almeida e Premebida (2014); Fleury, Barbosa e Sant’Ana Júnior (2017).

64 Segundo levantamento realizado por Carneiro (2009) acerca dos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho sobre conflitos ambientais da ANPOCS, Acselrad é, dentre aqueles que se dedicam às questões ambientais, o autor mais citado.

como uma relação de poder envolvida pela apropriação de algo material e/ou simbólico. Uma outra via de interpretação, cujas referências do que é o ambiente (e, por conseguinte, a sociedade e a política) são bastante distintas, vem sendo explorada, dentre outros autores, por Fleury (2013), que observa a necessidade de se considerarem distintos mundos e perspectivas quando de determinados conflitos. Na implementação da usina de Belo Monte, caso por ela estudado, evidencia-se a impossibilidade de apreender este tipo de conflito de maneira singular, visto que estão em jogo interesses e compreensões do que é a natureza tão diversos que não permitem síntese.

Ainda que existam outras definições de conflito ambiental, as aqui mencionadas informam que se trata de um evento que coloca em xeque diferentes compreensões de mundo, as quais instauram novos discursos e se mobilizam por recursos materiais ou simbólicos. Guardadas as diferenças entre as perspectivas, é importante notar que, em qualquer uma das abordagens, o Jornalismo surge como um ator relevante: ao mesmo tempo que os noticia, acaba por produzir (ou não) um conflito como ambiental.

Cabe observar também que a discussão sobre conflitos, por qualquer uma das abordagens adotadas, está estreitamente vinculada à noção de *(in)justiça ambiental*⁶⁵. Os momentos de conflito ambiental permitem perceber que os problemas considerados como “sociais” e aqueles definidos como “ambientais”, em geral, afetam os mesmos sujeitos. Isto é, a desigualdade e a exploração da natureza têm origem comum. Assim, o emprego do termo justiça não se refere – apenas – aos mecanismos jurídicos formais, mas especialmente à experiência e ao sentimento da desigualdade.

Neste sentido, a cobertura de conflitos ambientais pelo Jornalismo se torna ainda mais importante, já que a defesa da cidadania e dos direitos fundamentais, em especial de minorias, está previsto no código de ética da profissão. Assim, a denúncia

65 Discussões sobre este tema estão presentes principalmente na obra de Acsegrad (2010).

das desigualdades e de situações de conflito, além de objetos de interesse público, podem contribuir para o fim do arbítrio, do autoritarismo e da opressão – também responsabilidade do jornalista.

E no Brasil?

No Brasil, não faltam exemplos de conflitos ambientais. De norte a sul, são incontáveis os casos de disputas e controvérsias envolvidas por “questões ambientais”, amplo senso. Algumas situações recebem mais atenção do Jornalismo, talvez por sua magnitude e pela existência de movimentos contestatórios pontuais: é o caso, por exemplo, dos conflitos emergentes após algum desastre, mesmo que seja um tanto problemático noticiar apenas depois de uma tragédia, ignorando o percurso de erros que levaram a tanto. Nesse contexto, recentemente vivemos o notório vazamento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana (Minas Gerais): ainda que a cobertura em geral tenha sido falha e lacunar, negligenciando importantes interesses envolvidos na tragédia, há bons exemplos, como a produção da *Folha de S.Paulo*, intitulada “O caminho da lama”⁶⁶, em referência ao percurso dos rejeitos de minério.

Também o Jornalismo costuma se fazer presente em conflitos decorrentes da implementação de grandes projetos de “desenvolvimento”, como foi o caso da usina hidrelétrica de Belo Monte (Pará): jornalistas estrangeiros e brasileiros buscaram acompanhar de perto todo o conflito que envolvia a obra, o que deu origem a interessantes produtos. A *Folha de S.Paulo* elaborou um especial que envolveu diversos gêneros textuais (reportagens, colunas de opinião, fotografias, infográfico), disponibilizado também em inglês, cujo sugestivo nome é “Batalha de Belo Monte”⁶⁷. Merece destaque também o acompanhamento sistemático do caso pela agência Pública⁶⁸, que segue investigando e publicizando

66 Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/o-caminho-da-lama/>>.

67 Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>>.

68 Disponível em: <<https://apublica.org/tag/belo-monte/>>.

desdobramentos de Belo Monte mesmo após o arrefecimento dos conflitos. Estes são alguns exemplos de que focar em conflitos, além de ser uma escolha coerente com os princípios da profissão, pode gerar potentes obras de Jornalismo Ambiental.

No entanto, quando se trata de um conflito ambiental de menor magnitude ou então mais difuso, o Jornalismo se cala. É o que acontece, por exemplo, com as disputas permanentes (e violentas) na e pela Amazônia, assim como os confrontos fundiários que são encontrados ao longo de todo o Brasil. Em comum a todos estes casos, estão as vozes dissonantes em relação ao próprio projeto de desenvolvimento que se impõe no país hoje, baseado na exploração da natureza e descomprometido, portanto, com a justiça social e ambiental. A análise de situações específicas de disputa demonstra que as dificuldades são distribuídas de maneira desigual entre os atores: é o caso das populações tradicionais, das mulheres e dos mais pobres, que – em função das relações assimétricas que os envolvem – acabam sendo mais afetados por problemas ambientais. Consideramos que cabe também ao Jornalismo investigar e divulgar os conflitos ambientais, mesmo em momentos nos quais o confronto direto arrefeceu, com especial atenção aos sujeitos mais vulneráveis.

Neste tipo de pauta, uma boa dica é ir a campo e se perguntar: quem tem algo de relevante a falar sobre isto? Quem é atingido por esta questão? De que maneira os sujeitos e a natureza serão afetados? Tomemos um caso de implantação de uma usina hidrelétrica: é evidente que, desde o seu ponto de vista situado e interessado, os membros do governo e do consórcio construtor têm coisas a acrescentar (Quem se beneficiará da energia produzida? O que o país ganhará com esta obra?). Também cientistas e pesquisadores podem ampliar a discussão ao ponderar as potencialidades da obra e explorar as controvérsias que a cercam (Os peixes sobreviverão? O curso de água poderá ser modificado? Como fica a mata ciliar?). Em geral, as reportagens se encerram nessas fontes. Mas o que pensam aqueles que vivem no entorno

da obra? O que dizem os pescadores cuja vida é baseada no rio que agora será, de alguma maneira, modificado? E as mulheres que lavam lá as suas roupas? E os religiosos que porventura têm naquela água um lugar sagrado, utilizado para rituais e batizados? Talvez sejam justamente estes sujeitos, os quais não detêm um conhecimento especializado ou legitimado, quem melhor conhece *aquela* rio, podendo ampliar as perspectivas da narrativa e, eventualmente, colocar em xeque o que dizem fontes oficiais ou peritas, já que seus dizeres emergem de outra maneira de compreender o mundo. E estes tão pouco ouvidos ou compreendidos costumam ser os que enfrentarão diretamente os efeitos da construção e do uso da usina. É sobre isto – escutar atentamente todas as fontes e *levá-las a sério* – que estamos falando quando defendemos um Jornalismo Ambiental que se caracteriza pela polifonia (as múltiplas fontes e suas interpretações dos fatos) e pelo engajamento (isto é, um lugar de enunciação abertamente localizado e comprometido com a justiça ambiental).

Em resumo, este capítulo pretendeu introduzir a noção de “conflitos ambientais” e sua abordagem pelo Jornalismo. Defendemos que praticar o Jornalismo Ambiental a partir de situações de conflitualidade – e não em pautas frias como o exotismo da fauna e da flora – implica resgatar o seu método (a investigação) e fortalecer o seu compromisso público para com a justiça.

EXERCÍCIOS

1. Quais são os principais conflitos da sua região? O que há de ambiental nestas disputas?
2. Escolha um conflito ambiental próximo e busque:
 - a) elaborar uma cronologia da questão (Quando o conflito começou? Quais os principais momentos de tensão? Em algum instante as disputas arrefeceram?);
 - b) mapear os principais envolvidos atualmente (Quem são e o que dizem os envolvidos?).

RECOMENDAÇÕES

Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)

Disponível em: <<https://redejusticaambiental.wordpress.com>>.

Formada por uma série de entidades, a RBJA dedica-se a denunciar e acompanhar situações de injustiça ambiental. Consolidada em 2002, a Rede tem como objetivo a formulação de alternativas e a potencialização das ações de resistência. Em seu *site* e suas redes sociais, os diversos conflitos expostos podem servir como sugestão de pauta. Além disso, a RBJA frequentemente disponibiliza documentos e relatórios de organizações parceiras.

Environmental Justice Atlas

Disponível em: <<http://www.ejatlas.org>>.

Vinculado à Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), este mapeamento liderado pelos economistas e ecologistas Leah Temper e Joan Martinez-Alier aponta os principais conflitos ambientais no mundo. É possível filtrar as disputas por seu motivo, por seus efeitos, por região geográfica, entre outros.

Observatório dos Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais

Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>>.

Este mapeamento qualitativo dos conflitos ambientais em Minas Gerais é resultado de uma parceria entre o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG), o Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental da Universidade Federal de São João del-Rei (NINJA/UFSJ) e o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros (NIISA/UNIMONTES). Iniciado em 2007, o mapa permite a busca de conflitos específicos e por “tipo” (por exemplo, disputas envolvendo atividade agrícola ou industrial). No mesmo *site*, é possível acessar relatórios e trabalhos acadêmicos sobre conflitos ambientais.

A Pública – Especial Amazônia em Disputa

Disponível em: <<https://apublica.org/especial/amazonia-em-disputa/>>.

Os conflitos e as controvérsias na região amazônica são o eixo central deste esforço de investigação da agência. É possível conferir uma coleção de vídeos, fotos, mapas, infográficos e reportagens resultantes de seis meses de trabalho. A série é um ótimo exemplo de Jornalismo Ambiental engajado e polifônico.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça social. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-40142010000100010>. Acesso em: 7 mai. 2018.

CARNEIRO, Eder J. O GT de conflitos ambientais da ANPOCS (2004-2008): balanço crítico. **Anais 33º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2009. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gto4-18/1792-edercarneiro-o-gt/file>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

FLEURY, Lorena; BARBOSA, Rômulo Soares; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia – RBS**, v. 5, n. 11, p. 219-253, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/227/167>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

FLEURY, Lorena; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 34-83, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/temas/artigos/2014_O_ambiente_como_questao_sociologica.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2018.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira**: a construção da Usina hidrelétrica Belo Monte em perspectiva. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/temas/teses/2013_LORENA_CANDIDO_FLEURY.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2018.

FUKS, Mario. Arenas de ação e debates públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 87-113, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So011-52581998000100003>. Acesso em: 7 mai. 2018.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-71832006000100003>. Acesso em: 7 mai. 2018.

CIDADES (E SUAS CONEXÕES)

Eutalita Bezerra
eutalita@gmail.com

Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro dos grupos de pesquisa Jornalismo Ambiental (GPJA) e Televisão e Audiências (GPTV).

Débora Gallas Steigleder
debora.gallas@gmail.com

Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS). Também atua no Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ-RS), no Núcleo de Comunicação Comunitária da UFRGS (NUCC) e no Núcleo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação no Rio Grande do Sul (ABPEducom).

É comum que, ao referirmo-nos ao meio ambiente, a imagem que se crie seja colorida pelo verde e o azul. Florestas, mares e rios são mais facilmente perceptíveis como parte do ambiente do que, por exemplo, uma grande cidade, seus inúmeros edifícios e/ou toda a gente que nela circula. Realizada entre 1992 e 2012, a pesquisa *O Que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Consumo Sustentável* apontou que embora tenha havido na série histórica um significativo aumento na consciência ambiental dos brasileiros, os elementos do espaço geográfico, dentre os quais as cidades, ainda são pouco citados pelos respondentes quando questionados sobre quais os elementos constitutivos do meio ambiente.

Essa desconexão fica explícita, de certo, ao se falar das diversas produções sobre Jornalismo Ambiental, que se propõem a dar voz às partes envolvidas nas questões em debate e a abordar os temas a partir de uma visão complexa. Na prática, vemos que essa perspectiva é mais facilmente associada a textos jornalísticos que tratam de uma natureza “palpável”, tais como aqueles relacionados à flora, aos oceanos ou à vida selvagem. Com frequência, esquecemos que o ambiente construído, urbanizado, antropizado, também está associado ao ambiente natural. Neste sentido, quando os acontecimentos transcorrem a partir das instituições modernas e dos marcos civilizatórios – ou seja, quando se referem à política, à economia, à gestão pública e privada, e às relações de poder, por exemplo –, tendemos a descolá-los totalmente do pano de fundo mais amplo, que envolve o ecossistema, o bioma, o planeta.

Neste capítulo, propomos apresentar, em consonância com o momento histórico atual, de que forma as produções jornalísticas referentes ao meio ambiente podem conectar-se com as cidades, entendendo suas particularidades, os desafios que as circundam, bem como as iniciativas mais recentes voltadas à construção de um novo olhar sobre o lugar de habitar.

Direito à cidade: planejamento e diálogo

O debate relacionado às formas de ocupação das cidades não é recente, mas, considerando o crescimento populacional, a restrição de espaço habitável atualmente é notória e repercute. Por um lado, déficit habitacional e ocupações desordenadas se multiplicam. De outro, os poucos espaços ainda vagos dão lugar aos novos latifúndios, megaempreendimentos que parecem precisar de uma aproximação com os grandes centros para garantir a sua “qualidade de vida”. Nesse contexto, repensar formas de ocupação que estejam de acordo com as necessidades dos cidadãos requer planejamento e diálogo.

Embora imprescindíveis, estes valores não são facilmente observáveis na dinâmica construtiva no Brasil. É sabido que o capital imobiliário rege muitas das discussões referentes à cidade, definindo onde, como e quem pode construir e viver em quais lugares. Nos últimos anos, o Brasil recebeu uma sucessão de megaeventos esportivos, por exemplo, para os quais foram criadas estruturas exclusivas – que se materializaram em injustiça ambiental e exclusão das populações das cidades-sede. Da Copa do Mundo FIFA 2014 aos Jogos Olímpicos de 2016, o poder público, em aliança com o capital internacional, deu respostas amargas à questão posta pelos movimentos sociais: “Cidade para quem?”.

Neste contexto, uma das consequências imediatas é a gentrificação, que se apresenta como uma reestruturação da dinâmica social e econômica de uma região, conduzindo-a a um enobrecimento. Conforme Neil Smith (2006), os processos de gentrificação promovem não apenas uma mudança do ponto de vista social, como também estão ligados à própria construção física, de modo que existe uma higienização social e, ainda, uma valorização das áreas em questão a fim de que se tornem lugares de interesse de classes mais abastadas. No que concerne às áreas enobrecidas em função da Copa do Mundo, houve a expulsão de comunidades de áreas que passaram a ser visadas para a construção de grandes empreendimentos imobiliários. Este passivo socioambiental pode ser percebido, por exemplo, no Rio de Janeiro, com as desapropriações da Vila Autódromo para a construção do Parque Olímpico e a “higienização” da região portuária pelo consórcio Porto Maravilha, encabeçado por grandes empreiteiras; em Porto Alegre, a duplicação da Avenida Tronco para acesso ao estádio da Copa levou a Prefeitura a remover cerca de 1.500 famílias e a cortar cerca de 2.000 árvores – mais de cinco anos depois do início do projeto, a obra está parada e ainda longe de ser finalizada.

Esses temas foram tratados com propriedade por coberturas especiais, como a *Copa Pública*, série de reportagens da *Agência*

Pública sobre violações ao direito à cidade em todo o Brasil às vésperas da Copa do Mundo e, em âmbito regional, o *Dossiê Cais Mauá*, publicado pelo *Jornal Já*, de Porto Alegre, após campanha de financiamento coletivo, e que revela os pormenores do projeto para a dita revitalização da região portuária da cidade. O objetivo desses trabalhos foi questionar a narrativa oficial sobre os projetos em pauta, pois, seguidamente, o Jornalismo se apropria desse entendimento e trata de tais obras como um imperativo para o desenvolvimento regional e nacional. São iniciativas que destacam, ainda, a mobilização das populações afetadas e que dão voz à sociedade civil.

Por outro lado, questões importantes e que envolvem uma séria disputa entre o capital imobiliário sabidamente gentrificador e outras possibilidades de se habitar encontram-se quase que sem respaldo do Jornalismo, que não a criminalização dos movimentos. É o caso do projeto de construção de um empreendimento de luxo na área do Cais José Estelita, no Recife. O terreno foi arrematado em leilão por um consórcio de empreiteiras por um valor abaixo do usual e está cercado de irregularidades já comprovadas juridicamente. Ao mesmo tempo que emerge o movimento Ocupa Estelita, que critica o impacto ambiental e as irregularidades da proposta, surgem também, principalmente a partir do Jornalismo, uma série de defensores que acreditam na gentrificação como saída para os problemas sociais e ambientais enfrentados – nesse caso, propositadamente os separamos, tomando o olhar da cobertura sobre o assunto. Neste olhar, o vazio é espaço para criminalidade. Já o espaço habitado, e especialmente por classes mais abastadas, estaria a salvo da violência, graças ao aparato de segurança que costuma circundar essas áreas.

O desafio, aqui, é encontrar perspectivas para superar a divisão das cidades explicitada por Harvey (2013), que separa a porção globalizada e capitalizada daquela reservada à “massa”, e que leva ao conflito social. Os serviços, a mobilidade, a oferta de empregos, elementos importantes para a constituição e

manutenção de um grupo em determinado lugar, na perspectiva de uma cidade dividida, concentram-se em áreas centrais. Aos periféricos resta a dificuldade de acesso. Aos que fogem dessa realidade, como os moradores de subocupações em áreas centrais com baixa renda, a gentrificação surge como propulsora de um afastamento, para que essa área seja destinada à satisfação das necessidades de quem, por essa perspectiva, merece usufruir de tais benesses.

Um primeiro passo para essa transformação é ouvir todas as partes envolvidas, mas a partir de uma perspectiva crítica, que considere o direito à cidade como intrínseco ao exercício da cidadania. Somente assim será possível dimensionar o problema e exigir o necessário posicionamento de órgãos públicos e privados diante do quadro de constante violação desses direitos.

Transformar o global pensando no local: mobilidade e relações de consumo

Diante de um contexto macro cada vez mais preocupante, de retrocessos nas esferas decisórias, predominam manchetes catastróficas sobre os rumos da sociedade – e do planeta. O pessimismo, assim, pode ser uma constante. No entanto, outro movimento paralelo que vem como consequência é o despertar para a cidadania; é o impacto possível de cada pauta positiva executada a partir da organização de pequenos grupos em esfera comunitária ou regional. As iniciativas surgem diante de um modelo de vida insustentável, que na cidade é percebido através das já comentadas desigualdades na apropriação do território, e da necessidade de resiliência e adaptação às novas realidades ambientais e climáticas da Terra. A discussão sobre o investimento em outros modais além do rodoviário, especialmente a partir do ativismo de pedestres e ciclistas, e o surgimento de modelos de produção alternativos, com a criação de jardins e hortas urbanas, e espaços voltados à produção e ao consumo de orgânicos, além

dos crescentes movimentos de ocupação do espaço público, são alguns dos expoentes desse fenômeno.

A necessidade de deslocamento e a consequente demanda por transporte acompanham o crescimento (ou inchaço) das cidades. Se alguns países já consideram em seu planejamento a utilização de meios com maior capacidade e mais econômicos, que privilegiem o uso do espaço público pelo pedestre, implantando melhores calçadas e ciclovias, no Brasil, permanece o ideal individualista que aponta o carro como sinônimo de sucesso pessoal. Ludd (2005), em *Apocalipse motorizado*, chama a atenção para uma ideologia do carro. “Ao contrário do aspirador de pó, do rádio ou da bicicleta, que retém seu valor de uso quando todos possuem um, o carro, como uma mansão à beira-mar é somente desejável e vantajoso a partir do momento em que a massa não dispõe de um” (LUDD, 2005, p. 73). Segundo o autor, isso se deve ao fato de o automóvel ser considerado um bem de luxo que, como tal, não pode ser democratizado.

Conforme o relatório *A bicicleta e as cidades*, do Instituto de Energia e Meio Ambiente (2010), sociedades que privilegiam o transporte motorizado impactam mais fortemente o aquecimento global devido ao uso de combustíveis fósseis, e ocasionam efeitos negativos na qualidade do ar. Ainda conforme o documento, o uso das bicicletas como transporte nas grandes cidades permite o deslocamento com eficiência superior à do automóvel, podendo tanto serem utilizadas como modal para pequenas e médias distâncias, como em integração com a rede de transporte público.

O privilégio de acesso ao consumo – no qual estão inseridos os bens de luxo, dos quais tratamos, mas não somente eles – se faz presente em elementos triviais da rotina social, até mesmo no que tange à alimentação. É estranho perceber que alimentos mais saudáveis estão à disposição de poucos, uma vez que hoje se privilegia a distribuição de industrializados, mais baratos e pobres em nutrientes. Quem tenta fazer o movimento contra hegemônico de consumir alimentos orgânicos, por exemplo,

precisa perseguir maiores distâncias, pois esses insumos estão fora do alcance nas prateleiras dos supermercados ou, quando disponíveis, custam muito mais que aqueles comuns, possíveis a toda a gente, mas contaminados com toda a sorte de agrotóxicos. O fato de alguns indivíduos ou movimentos tentarem trazer uma produção limpa para as áreas urbanas e próximos da população, por valores semelhantes aos praticados na venda convencional, é uma pequena revolução.

Por um lado, as pautas sobre esses assuntos ainda sofrem alguma resistência, visto que o ceticismo ronda tais iniciativas espontâneas e aparentemente isoladas; por outro, com cada vez mais frequência, elas surgem vinculadas ao que se entende por Jornalismo de soluções⁶⁹. Trata-se de ressaltar o poder que os projetos independentes têm para trazer mudanças significativas ao cenário de relações e ambientes degradados. Conforme aponta David Harvey (2013, p. 48), “a questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar”, e é elementar enquanto direito humano. Portanto, podemos supor que a liberdade de exercício desses projetos está alinhada à garantia da cidadania, da democracia, dos direitos humanos e da qualidade de vida. Está, ainda, em consonância com o saber ambiental defendido por Enrique Leff (2009, p. 18), para quem a “vontade de liberdade” integra uma racionalidade emergente, baseada na busca pela sustentabilidade e em uma ética alicerçada no “desejo de vida”.

Neste sentido, as coberturas que se destacam têm em comum a crítica aos espaços fragmentados das cidades e o reconhecimento de iniciativas que sejam calcadas na racionalidade ambiental e que, portanto, não almejam ser somente pontuais, pois assumem um compromisso com o planeta.

69 Termo utilizado pelo Jornalismo estadunidense e que se refere à apresentação de exemplos de boas práticas como forma de contrabalancear o noticiário “sangrento” com pautas mais propositivas, a fim de cativar e engajar o leitor em um processo de mudança de postura. Para saber mais, acesse a página da Solutions Journalism Network, em <<https://www.solutionsjournalism.org/>>.

EXERCÍCIOS

1. Acompanhar publicações de entidades públicas e organizações não governamentais nacionais e internacionais. Estudos e pesquisas que abordem necessárias mudanças no modelo urbano podem render pautas originais e de grande interesse público. Alguns exemplos: WRI Brasil, Cidades Sustentáveis, Observatório das Metrôpoles.
2. É interessante trabalhar com mapas para observar a possível localização dos impactos ambientais nas cidades. Procure bases de dados abertas, disponibilizadas pelo poder público, e *softwares* gratuitos de georreferenciamento nos quais seja possível criar diferentes camadas de visualização – construídas através de arquivos *shapefile*. A Biblioteca GeoEspacial Digital da Embrapa Meio Ambiente, o *download* de dados geográficos do Ministério do Meio Ambiente e as malhas digitais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são alguns dos acervos online.
3. Ainda por meio dos mapas, é possível visualizar e destacar quais as áreas mais atingidas por determinados problemas ambientais, de modo que se possa fazer uma conexão entre os aspectos geográficos e sociais no que diz respeito a eles. Todos os moradores de uma cidade estão expostos da mesma forma aos problemas ambientais? Em que lugares se dão as remoções? O que existe ali perto que pudesse justificar o interesse da classe média/alta por aquele “novo” espaço?
4. Acompanhar os discursos dos deputados e senadores acerca de assuntos de interesse ambiental, bem como as propostas de projetos apresentadas por estes para sanar questões relacionadas às cidades. Ligar essas propostas às empresas que podem se beneficiar com elas pode render boas pautas.

RECOMENDAÇÕES

Portal Believe. Earth

Lançado no Rock in Rio 2017, se propõe a apresentar iniciativas para um mundo melhor. As pautas tratam de diversas temáticas relativas ao meio ambiente, tais como alimentação, transporte, habitação, consumo, todas diretamente relacionadas ao modo de viver e habitar. Iniciativas que visam à constituição de novas formas de relação com o mundo a partir destas temáticas são abordadas e tomadas como exemplos para aqueles que desejam ver e viver um mundo diferente.

Cidades e Soluções

O programa da *GloboNews* tem feito esse papel há mais de dez anos. Sua proposta é de mostrar experiências frutíferas que utilizem de maneira sustentável e eficiente os recursos naturais e que sejam transformadores sociais.

Instituto Akatu

Organização não governamental interessada na conscientização e mobilização social pelo consumo consciente, produz conteúdo relacionado ao assunto em seu *site*, fazendo, ainda, uma curadoria do material publicado por outros veículos e mídias acerca do consumo sustentável.

A Pública – Agência de Jornalismo Investigativo

Nela, diversas questões referentes ao urbanismo são contempladas, como a mobilidade urbana nos grandes centros. É o caso do especial *Catraca*, que investigou as empresas que comandam o transporte público no Rio de Janeiro. Cabe destacar, ainda, o esforço da agência *A Pública* em debater a questão das remoções, de Norte ao Sul do Brasil, causadas seja por megaeventos ou simplesmente pela força do capital imobiliário, que diversas vezes se sobrepõe aos demais interesses sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **O brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável**: pesquisa nacional de opinião: principais resultados. Rio de Janeiro: Overview, 2012.

CORREA, R; CUNHA, K; BOARETO, R. **A bicicleta e as cidades:** como inserir a bicicleta na política de mobilidade urbana. Org. Ricardo Boareto. São Paulo: Instituto de Energia e Meio Ambiente, 2010.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **Cidades rebeldes:** Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 47-61.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 17-34, set/dez 2009.

LUDD, Ned. **Apocalipse motorizado:** a tirania do automóvel em um planeta poluído. São Paulo: Conrad, 2005.

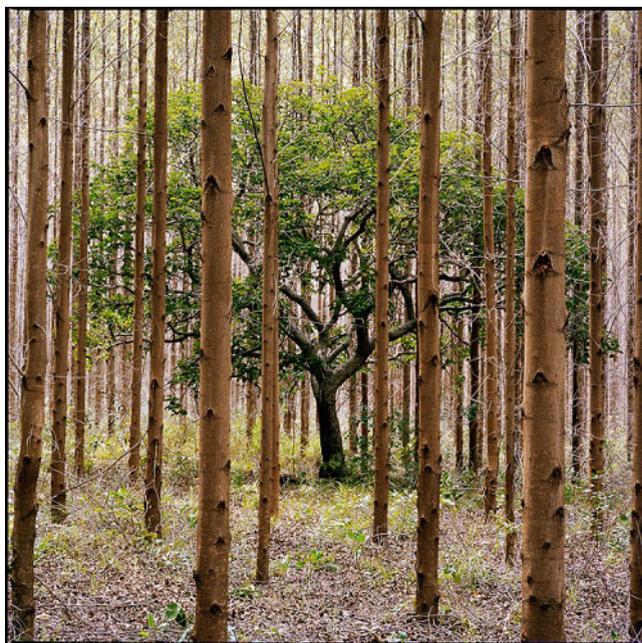
SMITH, Neil. A gentrificação generalizada. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. **De volta à cidade:** dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

FOTOGRAFIA E AMBIENTE: O QUE PODE UMA IMAGEM?

Sinara Sandri

sinara.sandri@gmail.com

Jornalista, mestre em História. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Diretora do Festival Internacional de Fotografia de Porto Alegre (FestFoto).



Sufocamento#7, 2012. Foto: Pedro David.

Em um tempo marcado pela evidência de esgotamento ambiental, o que pode uma imagem? No período acelerado da convergência digital e das grandes vias de circulação de informação,

a fotografia dialoga com novas ferramentas de captação, edição e exibição para consolidar espaços próprios e veicular informações que, muitas vezes, trincam a narrativa homogênea do Jornalismo comercial.

Embalada pelo aumento das câmeras digitais e dos aparelhos móveis, a fotografia produz informação em uma escala crescente. Diariamente, milhares de pixels inundam o planeta e esquadrinham diferentes visões. Nesse caldo de imagens, como pode a fotografia contribuir para que o Jornalismo constitua uma narrativa coerente de um mundo caótico, questionando a tolerância aos danos ambientais cometidos em nome do desenvolvimento econômico?

Os rumos do planeta têm sido pauta constante dos fazedores de imagem. Além de uma presença expressiva na mídia tradicional, a temática ambiental ganha espaço em grandes eventos, galerias e mostras de fotografia. Em 2016, o *FotoFest Houston*, um dos festivais mais importantes do mundo, dedicou sua edição bienal para discutir o futuro da Terra com o tema *Changing Circumstances*⁷⁰. Em 2018, a Trienal de Fotografia de Hamburgo fez o mesmo ao propor o tema *Breaking Point*⁷¹, tentando chamar atenção para um momento crítico, de modo a inspirar mudanças de atitude. Poucos anos antes, Sebastião Salgado havia mobilizado a opinião pública internacional com seu *Gênesis*⁷², inundando o mundo com um sopro de esperança na conservação do planeta.

Neste quadro de expansão, seria interessante analisar a contribuição da fotografia no território do Jornalismo Ambiental, potencializando sua experiência como abordagem sistêmica na identificação de situações e alternativas justas e éticas em casos onde os conflitos sociais e ambientais tomam contorno de violação de direitos humanos. Pelas suas características de leitura, uma importante função desempenhada pela imagem é

70 Disponível em: <<http://2016biennial.fotofest.org/>>.

71 Disponível em: <<http://www.phototriennale.de/>>.

72 Disponível em: <<https://www.amazonasimages.com/grands-travaux?PHPSESSID=726219f0e3a02e70b4079452d0c2353f>>.

oferecer rapidamente evidências passíveis de aproveitamento e enriquecimento do Jornalismo diário.

O caso do grave incêndio que ocorreu em junho de 2017, em Portugal, é um exemplo de uma situação em que as imagens podem influenciar os padrões de enunciabilidade ou de visibilidade de determinado assunto. Mesmo que os textos das matérias jornalísticas caracterizassem o fato como incêndio florestal, as fotos veiculadas a partir do local deixaram evidente que o fogo era alimentado por lavouras de eucalipto, um conjunto vegetal cuja baixa diversidade difere em muito de uma floresta. A informação circulou e gerou comentários e buscas, engendrando uma expectativa positiva para os depoimentos e avaliações que ampliaram o problema e questionaram o modelo de ocupação do solo naquele país. Em poucas horas, era possível ter uma narrativa distinta que problematiza a tradicional caracterização de desastre ambiental ou mesmo uma fatalidade decorrente de um evento natural.

Fotografia em ação

A fotografia é uma prática em que tanto o ambiente natural como o urbano são temas recorrentes desde o seu aparecimento. Desta relação, resultam imagens que circulam sob distintos gêneros como fotojornalismo, fotografia de natureza ou fotografia documental, e contribuem não só para pautar determinados assuntos, como também para desequilibrar o jogo em favor de soluções mais coerentes com um mundo ambientalmente justo. Neste cenário, a opção é tomar o caminho de uma análise que considera o processo de produção, a performance expressiva do autor e o espaço onde a imagem circula.

Do ponto de vista da pesquisa histórica, a fotografia informa tanto sobre as condições materiais da sociedade que a produziu, tendo um caráter de documento, quanto sobre as escolhas formais e estéticas aplicadas, de forma intencional, na constituição

de um legado para o futuro, além de ajudar na formatação de uma determinada maneira de enxergar o mundo. Grosso modo, é possível afirmar que a fotografia é resultado de um repertório visual que, agenciado com um equipamento, organiza a imagem segundo parâmetros geométricos que conformaram a forma de ver. No século xx, a efetividade da fotografia esteve associada à capacidade de dispor elementos em quadro, segundo as normas do clássico triângulo áureo. É importante referir que uma das principais características da fotografia é seu caráter sintético e, ao contrário do que ocorre na pintura, que inclui elementos, é preciso “limpar” o quadro para que a informação seja inscrita de forma mais clara. Neste recorte, a fotografia ordena um tempo e um espaço e conforma uma paisagem passível de ser compreendida, materializando dramas humanos em forma de personagem.

O aproveitamento de toda essa reserva de imagens e o investimento dos profissionais em cada trabalho varia. Além dos canais do Jornalismo diário ou digital, trabalhos feitos com maior profundidade e dedicação podem resultar em ensaios publicados em formato de livros em papel, exposições, audiovisuais digitais e mesmo obras que circulam em um mercado de arte cada vez mais receptivo à fotografia. No fotojornalismo, o controle do profissional sobre o conteúdo é restrito, sendo bastante comum o aproveitamento limitado do material. As rotinas da maioria das empresas jornalísticas apartam a captação e a edição de imagens e de textos, muitas vezes, desperdiçando o conteúdo informativo das imagens e constituindo narrativas paralelas e incoerentes.



Colocação de Seringueiro, Brasília (Acre), 2003. Foto: Carlos Carvalho.

Clicando o ambiente

Entre as possíveis classificações e delimitações de gênero sugeridas para prática fotográfica, a fotografia de natureza está relacionada diretamente ao tema do ambiente ao enfatizar fenômenos, agentes e paisagens naturais. São inúmeros os exemplos desta tradição que teve em Ansel Adams um de seus grandes precursores. Com uma trajetória de forte investimento nos elementos estéticos e no fascínio da vida selvagem, este “gênero” teve uma volumosa produção e, em alguns casos, contribuiu à constituição de um olhar de viajante sobre um mundo exótico. Entretanto, é preciso ressaltar que, mesmo sob a cartola de fotografia de natureza, importantes contribuições foram dadas ao alerta da fragilidade dos ecossistemas naturais. Um dos exemplos é o trabalho de Luiz Claudio Marigo, considerado o maior

especialista em fotografia de vida selvagem no Brasil. Pioneiro na percepção e divulgação da importância da biodiversidade brasileira, produziu imagens de todos os ecossistemas do país, já em 1977. Fotografou inúmeras espécies de aves ameaçadas de extinção, com destaque para a ararinha azul da Caatinga, e teve um importante papel na criação e consolidação da Estação Ecológica Mamirauá (AM), na década de 1980, ao ajudar a identificar e divulgar a existência de um tipo único de macaco da região, o uacari-branco (*Cacajau calvus calvus*).

Envolvimento também é palavra que marca a obra magistral da fotógrafa suíça Cláudia Andujar sobre o povo Ianomâmi. Com uma cultura tradicional avessa à fixação de sua imagem, a fotografia só foi concedida por eles depois que Cláudia conseguiu uma relação de confiança. A partir do primeiro contato, durante trabalho jornalístico para a extinta *Revista Realidade*, a fotógrafa teve uma convivência intensa com este grupo e sua fotografia e ação política contribuíram de forma decisiva na demarcação do território indígena, em Roraima. Recentemente, Cláudia voltou ao seu acervo produzido na década de 1970 para interferir nos negativos com objetivo de produzir imagens capazes de expressar a cosmologia indígena. Em novembro de 2015, o Instituto Inhotim (MG) inaugurou uma galeria permanente inteiramente dedicada à obra de Claudia Andujar sobre os Ianomâmi.

Recentemente, o trabalho do mineiro Pedro David vem constituindo uma referência na fotografia sobre meio ambiente. A série *Sufocamento*, realizada em janeiro de 2012 e fevereiro de 2014, sintetiza o extermínio da diversidade provocado pela monocultura de eucalipto⁷³. Em ampliações feitas em grandes dimensões (geralmente 1,20m x 1,80m), as imagens conformam uma fotografia muito expressiva, bem recebida por instituições de arte e museus. Já conquistou o 11º Prêmio Fundação Conrado

73 A área ocupada com o plantio de eucalipto vem crescendo mundialmente. No Brasil, esta lavoura avança sobre biomas muito frágeis, como o cerrado mineiro e o pampa gaúcho. A madeira obtida é usada para obtenção de carvão vegetal, insumo da indústria do ferro, e na fabricação de celulose, matéria-prima da cadeia produtiva controlada pelas chamadas papeleiras.

Wessel de Arte, na categoria ensaio fotográfico, e o terceiro lugar no *Pictures of the Year – Latin America*, na categoria meio ambiente. As fotografias mostram raras unidades de árvores nativas que sobrevivem em meio a lavouras de eucalipto. Entre os eucaliptos, nada se cria e a sensação de asfixia é imediata já na primeira mirada. O desalento da árvore é compartilhado pelo olho humano, que também vive a pressão de inúmeras clausuras⁷⁴.

Em outra via, ligada à tradição que vem da chamada fotografia de documentação social, encontramos trabalhos caracterizados por uma abordagem jornalística em profundidade e muito vinculada a pautas de denúncia. Um dos principais exemplos mundiais é a participação do fotógrafo norte-americano, Eugene Smith (1918-1978), na denúncia do caso de Minamata⁷⁵, em que pescadores na Ilha de Kyushu, sul do Japão, foram envenenados pelo mercúrio lançado no mar pela empresa Chisso, junto com seus efluentes industriais.

Smith havia trabalhado na cobertura da Segunda Guerra Mundial e voltava ao Japão pela terceira vez, em 1971. O plano inicial de uma permanência de três semanas para acompanhar mostras de seu trabalho foi alterado ao encontrar a situação do povoado. Nos três anos seguintes, dedicou-se a fotografar as vítimas do envenenamento e os confrontos entre a comunidade e a empresa. O trabalho resultou em reportagens publicadas na revista *Life* (*Death-Flow from a Pipe*) e no livro *Minamata: The Story of the Poisoning of a City*, chamando atenção do mundo acerca do problema. Uma das fotos realizadas por Smith, *Tomoko*

74 Mais sobre o trabalho de Pedro David e a série Sufocamento completa em <<http://pedro david.com/>>.

75 No final da década de 1940, a empresa Chisso começou a liberar efluentes com mercúrio na baía de Minamata (Japão). Os peixes foram contaminados e, ao serem consumidos, envenenaram a população. Em 1956, apareceu o primeiro caso grave de disfunção neurológica em uma criança de 5 anos. A síndrome evoluía para sérios distúrbios mentais e morte. Apenas em 1968, foi reconhecido o vínculo entre a chamada Doença de Minamata e o mercúrio da Chisso. Dois anos depois, o metal foi retirado da linha de produção e foi necessário um trabalho de 20 anos para despoluição da baía. Em 20 de março de 1973, a Chisso foi condenada a pagar o equivalente a US\$ 600 milhões às 138 pessoas que moveram o processo. Mais informações: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/desastre-de-minamata-crime-ecologico-que-deixou-marcas-por-decadas-no-japao-10102255#ixzz4kqhP64x4>>; <<https://lens.blogs.nytimes.com/2013/10/01/revisiting-minamata-and-a-storied-mentor/?mcbuz=0>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

Uemura no banho, rodou o mundo e tornou-se um clássico da fotografia documental, sendo considerada a “Pietà” da era industrial. A mobilização contribuiu para a condenação da Chisso como responsável pelo envenenamento. Foi o primeiro caso em que uma empresa recebeu uma condenação por um crime ambiental.

No Brasil, os anos 1970 viram o florescimento do chamado novo documentarismo, feito por fotógrafos independentes que desenvolviam seu trabalho fora dos grandes veículos de comunicação e dedicavam grande atenção aos processos sociais que surgiam na oposição aos governos militares. Naquela conjuntura, chamava muita atenção o impacto das obras de infraestrutura rodoviária e energética na Amazônia, além da expansão da fronteira agrícola e da concentração das propriedades rurais. Nesta dinâmica, além do desmatamento, que aparecia como grande tema de interesse nacional e internacional, inúmeros profissionais dedicaram sua fotografia aos conflitos de terra e aos prejuízos provocados pela exploração econômica de recursos naturais⁷⁶. O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sul do país, a violência contra camponeses em áreas conflituosas, e atividades de grande impacto social e ambiental, como a mineração e a produção de carvão, foram exaustivamente documentados por agências independentes – *F4*, *Ágil* e *Imagens da Terra*. Esta última tornou-se uma referência de fotografia engajada ligada à defesa dos direitos humanos de populações tradicionais e camponesas.

Na sua ligação visceral e escuta atenta dos temas ligados à terra, a fotografia brasileira produziu monumentos visuais sobre os saberes tradicionais, dedicando milhares de pixels a indígenas, ribeirinhos, pescadores e caiçaras. Um dos exemplos é a documentação feita sobre as populações de seringueiros amazônicos. A partir dos movimentos de organização e da morte de Chico Mendes, em 1988, a presença humana na Amazônia ganhou

76 Ver trabalhos de J. R. Ripper (*Imagens da Terra*), Juca Varela (*Serra Pelada*), Marcos Prado (*Carvoeiros*).

relevância nacional e internacional. A ideia de uma exótica selva tropical começou a ser perturbada por informações que davam conta da existência de uma ocupação humana não predatória. O retrato da floresta, até então visualizada como uma compacta massa verde, começou a ser tingido por matizes e pinceladas humanas. As colocações, as estradas de seringa, os empates e todo um modo de vida constituído com alto grau de sinergia com a mata e com as outras populações passaram a fazer parte da fotografia de autores como Carlos Carvalho⁷⁷ e J. R. Bulcão. Na sintaxe proposta por esta fotografia, fica claro que a permanência das populações tradicionais é a melhor estratégia para manter a floresta em pé.

Retomando a provocação inicial, ao questionar o que pode uma fotografia, encontramos o trabalho do paulista Maurício Simonetti como exemplo do registro e da expressão dos efeitos de crimes ambientais cometidos por empreendimentos econômicos. Simonetti documentou duas das mais importantes violações de direitos provocadas pela construção de hidrelétricas no Brasil: a extinção do Parque Nacional de Sete Quedas, submerso em 1982 no Rio Paraná, e o cemitério de árvores em Balbina, resultado da inundação de uma enorme área de floresta em Presidente Figueiredo (Amazonas), no final dos anos 1980. Recentemente, o rompimento da barragem de Fundão⁷⁸, controlada pelo consórcio Samarco/Vale, no município de Mariana (Minas Gerais), foi alvo de sua lente. Como vários outros profissionais, o fotógrafo esteve no local logo após o vazamento e registrou a dimensão da tragédia. As imagens dão conta da extensão do estrago em séries que expõem tanto o impacto sobre a vida humana quanto sobre o ambiente natural⁷⁹. Diante de suas fotografias, é difícil

77 Sobre CARVALHO, Carlos. *História Social da Borracha. Seringueiros do Acre*. Porto Alegre, 2005. 68 p., ver resenha: ECKERT, Cornelia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 320-323, jan./jun. 2006.

78 Em 5 de novembro de 2015, uma barragem de contenção de um empreendimento controlado pela Samarco Mineração, Vale S.A e BHP Billiton rompeu, liberando toneladas de rejeitos de mineração que destruíram o povoado de Bento Rodrigues, a 35 km do centro de Mariana (Minas Gerais), e chegaram ao rio Doce. Os danos atingiram 230 municípios e chegaram ao mar, prejudicando também a vida marinha.

79 Disponível em: <<http://fotoforma.com.br/portfolio/quanto-vale/>>.

sustentar que alguma medida compensatória possa ser suficiente para mitigar riscos de empreendimentos econômicos lesivos à vida no planeta.

Dessa forma, é possível afirmar que a grande contribuição da fotografia para um Jornalismo preocupado com as condições de sobrevivência na Terra decorre da sua capacidade de construir uma narrativa que vincula os efeitos aos propósitos e resultados das práticas de exploração de recursos naturais. É fundamental incorporar uma abordagem pragmática que não escamoteie os impactos ambientais das atividades econômicas sob o manto de falhas gerenciais, nem minimize os danos diante dos supostos benefícios de geração de renda. O Jornalismo pode e deve ajudar a nomear as coisas tal como elas se apresentam e, para isso, pode contar com a fotografia.

EXERCÍCIOS



Alfredo Ceron, Monte Maíz, Província de Córdoba. Foto: Pablo Piovano.

Alfredo trabalhou durante nove anos na pulverização de campos de soja. As substâncias provocaram a queda das suas

unhas. Seu fígado desenvolveu uma cirrose não alcoólica. Em um período de um ano, emagreceu 45 quilos. Exames laboratoriais constataram a presença de glifosato, azatrina, 2,4-D e cipermetrina no sangue.

I. *Agrotóxicos*

O chamado Agente Laranja é uma mistura dos herbicidas 2,4-D e 2,4,5-T, empregado como desfoliante pelo Exército dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. O uso do 2,4,5-T foi proibido pelos efeitos cancerígenos de um de seus subprodutos, mas o 2,4-D continua sendo usado na agricultura e associado ao glifosato.

Os efeitos do desfoliante foram tratados pelos fotógrafos norte-americanos Phillip Jones Griffiths e Wendy Watriss. Griffiths fotografou a Guerra do Vietnã e documentou o impacto do produto na população local. No início da década de 1980, Wendy fez um ensaio sobre os veteranos que apresentavam sequelas pelo contato com a substância e recebeu uma indicação do World Press Photo (1982) pelo trabalho.

Em 2014, o fotógrafo argentino Pablo Piovano percorreu oito províncias da Argentina em busca das populações afetadas pela pulverização de agrotóxicos nas lavouras do país. O trabalho *El Custo Humano de los Agrotóxicos* saiu em livro e vem sendo exibido em várias partes do mundo⁸⁰.

- a) Visite os *links* e conheça os trabalhos indicados;
- b) Faça um breve perfil dos fotógrafos e da fotografia;
- c) Verifique as semelhanças e diferenças entre os três trabalhos (quando foram produzidos, onde, quanto tempo de trabalho);
- d) Verifique a circulação do trabalho (onde foi publicado, formatos, prêmios, idiomas);

80 Links úteis: <<https://www.magnumphotos.com/newsroom/conflict/philip-jones-griffiths-agent-orange-collateral-damage-in-vietnam/>>, <<http://niemanreports.org/articles/agent-orange-pressing-the-government-to-take-responsibility/>>, <<http://www.pablopiovano.com/multimedia.html>>.

- e) Identifique informações relevantes que você obteve com estes trabalhos;
- f) Busque informações de contexto sobre os temas tratados (quantidade de produtos usados, populações afetadas, áreas atingidas);
- g) Defina palavras-chave relacionadas aos temas do trabalho e verifique se as informações que você considera importante aparecem nos textos encontrados.

2. Incêndios

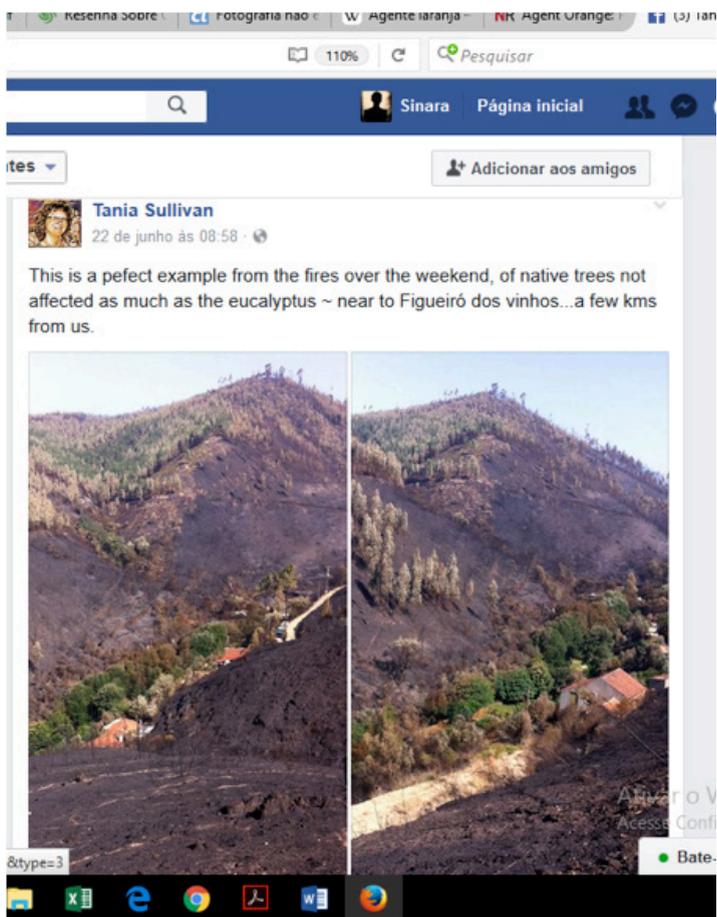
Em 17 de junho, Portugal foi afetado por um grande incêndio, que atingiu o distrito de Pedrogão Grande, em Leiria. As primeiras notícias veiculadas no Brasil davam conta de que se tratava de um incêndio florestal. As imagens veiculadas nas primeiras horas mostravam muitas árvores de eucalipto, mas a referência não aparecia nos textos.

- a) Faça uma pesquisa e localize as matérias veiculadas nos dias 17 e 18 de junho pela imprensa brasileira e pelos jornais locais de Portugal;
- b) Verifique como o tema eucalipto é tratado na matéria exibida pelo Fantástico em 25 de junho, uma semana após o incêndio⁸¹;
- c) Compare com a matéria produzida pela *BBC* e veiculada pelo *GI* em 25 de junho. Veja como a questão econômica em relação ao plantio de eucalipto é apresentada. Avalie as fontes utilizadas⁸²;
- d) Avalie a imagem que circulou nas redes sociais sobre a diferença no comportamento diante do fogo entre as espécies nativas e o eucalipto;

81 Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/06/chamas-do-incendio-em-portugal-podiam-ser-vistas-do-espaco.html>>.

82 Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/incendio-em-portugal-gera-debate-sobre-o-eucalipto-um-dos-motores-economicos-do-brasil-1.ghtml>>.

e) Verifique como esta diferença foi tratada nos textos jornalísticos que você leu sobre o assunto.



RECOMENDAÇÕES

GURAN, Milton. **Linguagem Fotográfica e Informação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

LENSCULTURE – Contemporary Photography. Disponível em: <<https://www.lensculture.com/>>.

LENS, New York Times. Disponível em: <<https://lens.blogs.nytimes>.

[com/?mcubz=0](http://www.zonezero.com/?mcubz=0)>.

LISSOVSKY, Mauricio. **A Máquina de Esperar: Origem e Estética da Fotografia Moderna**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2008.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SOUZA, Jorge. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Chapecó: Editora Grifos, 2000.

Zone Zero. Disponível em: <<http://zonezero.com/en/>>.

ZUM. Revista de fotografia. Disponível em: <<http://revistazum.com.br/>>.

JORNALISMO AMBIENTAL EM BASES DE DADOS

Marcelo Träsel

marcelo.trasel@ufrgs.br

Jornalista, doutor em Comunicação Social (PUCRS) e professor no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O Jornalismo guiado por dados (JGD) compreende diversas práticas profissionais, cujo ponto em comum é o uso de bases de dados como principal fonte de informação para a produção de notícias. As práticas de JGD envolvem técnicas de reportagem assistida por computador (RAC), visualização de dados, infografia, criação e manutenção de bases de dados e a política de acesso à informação e transparência pública de governos.

Contemporaneamente, outras expressões usadas para se referir a essa especialidade profissional são “Jornalismo de Dados” (GRAY; CHAMBERS; BOUNEGRU, 2012; PARASIE; DAGIRAL, 2013) ou “Jornalismo Computacional” (ANDERSON, 2012; DIAKOPOULOS, 2012; COHEN; HAMILTON; TURNER, 2011; HAMILTON; TURNER, 2009; LEWIS; USHER, 2013; LIMA JR., 2011). No campo profissional, estes termos são usados como sinônimos para se referir a uma definição que poderia ser formulada como a “aplicação da computação e dos saberes das ciências sociais na coleta, processamento, interpretação e apresentação de dados, com o objetivo de ampliar a função da imprensa como defensora do interesse público” (TRÄSEL, 2014, p. 119).

A abordagem de pautas jornalísticas a partir de números vem se tornando cada vez mais disseminada no Brasil e no mundo, em grande parte devido à aprovação de legislação de acesso à

informação pública em mais de cem países nos cinco continentes⁸³. Estes mecanismos jurídicos permitem a repórteres obter documentação detalhada sobre todo tipo de informação pública, quando antes era necessário cultivar uma fonte no poder público, que franqueasse o acesso aos mesmos dados.

Por exemplo, a base de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) é oferecida para consulta a toda população pelo governo do Rio Grande do Sul⁸⁴, o que permite a fiscalização do manejo de áreas protegidas em todos os municípios do Estado. A este tipo de oferta proativa de informação se denomina transparência ativa (ANGÉLICO, 2012, p. 26). Todos os municípios com mais de dez mil habitantes e os demais entes públicos nos três poderes e nas três esferas de governo são obrigados, pela lei 12.527/2011, a divulgar um conjunto mínimo de informação de interesse público em seus *websites*. Além disso, qualquer cidadão pode solicitar dados e documentos através de pedidos de acesso à informação. Nestes casos de transparência passiva, nos quais o poder público age provocado por um cidadão, qualquer informação sob custódia do Estado, não protegida por alguma espécie de sigilo, pode ser obtida. Alguns exemplos deste tipo de pedido direcionado ao Ministério do Meio Ambiente podem ser encontrados no projeto Achados e Pedidos⁸⁵.

Não apenas instituições públicas oferecem bases de dados de interesse jornalístico, mas também entidades de direito privado como Banco Mundial, Unesco, cartórios, empresas, fundações, ONGs diversas e até mesmo alguns veículos jornalísticos, como o britânico *The Guardian*⁸⁶.

Um outro fator relevante para a disseminação do JGD na segunda década dos anos 2000 é a oferta de computadores mais baratos e potentes, em combinação com aplicativos para

83 Disponível em: <<http://www.rti-rating.org>>.

84 Disponível em: <<http://www.car.rs.gov.br>>.

85 Disponível em: <<http://www.achadosepedidos.org.br/agentes/mma-ministerio-do-meio-ambiente>>.

86 Uma lista de bases de dados de interesse jornalístico mantida pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo pode ser encontrada nesta URL: <<https://voltdatalab.github.io/abraji-bases-dados>>.

análise e visualização de dados simples de usar, muitos deles sob licenças livres. Tarefas que costumavam exigir conhecimento em programação e grande capacidade de computação hoje podem ser realizadas num computador pessoal comum, com serviços online como Planilhas do *Google*⁸⁷ ou *Workbench*⁸⁸. Por outro lado, a computação em nuvem se tornou menos cara e mais conveniente, tornando projetos ambiciosos de análise de dados mais viáveis para qualquer redação. Finalmente, instruções e tutoriais de programação estão disponíveis em repositórios generalistas como *YouTube*⁸⁹, ou especializados como *GitHub*⁹⁰ e *Stack Exchange*⁹¹, tornando o autodidatismo cada vez mais viável.

Um exemplo brasileiro de aproveitamento destas novas condições e ferramentas para o Jornalismo Ambiental é o *InfoAmazônia*⁹², que usa imagens de satélite oferecidas gratuitamente pela NASA e pelo INPE para monitorar desmatamento e queimadas na Amazônia, além de combinar esses dados com notícias a respeito de mineração, trabalho escravo, conservação, entre outros temas (FALEIROS, 2013). O projeto produz seus próprios materiais, coloca à disposição de todos as bases de dados usadas na criação de seus mapas e recebe artigos de cidadãos sobre as questões que compõem o foco de sua cobertura.

A reportagem guiada por dados

A rotina produtiva do JGD pode ser desdobrada num processo de quatro etapas, conforme Bradshaw (2011b): a) compilação (*compile*); b) limpeza (*clean*); c) contextualização (*context*); e d) combinação (*combine*). Além dessas etapas relacionadas a rotinas produtivas específicas do JGD, há a etapa final de comunicação

87 Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/sheets>>.

88 Disponível em: <<http://cjworkbench.org>>.

89 Disponível em: <<https://www.youtube.com>>.

90 Disponível em: <<https://github.com>>.

91 Disponível em: <<https://stackoverflow.com>>.

92 Disponível em: <<https://infoamazonia.org>>.

(*communicate*), desdobrada, por sua vez, em seis passos ou características (BRADSHAW, 2011a). A descrição destas rotinas produtivas permite compreender o tipo de prática com o qual os repórteres especialistas em JGD se envolvem cotidianamente.

A **compilação** se refere ao trabalho de coleta de dados. As bases de dados podem ser construídas pelo jornalista através de pesquisa de campo, por meio de técnicas qualitativas e quantitativas, como questionários, análise de documentos e etnografia, por exemplo, ou podem ser obtidas junto às fontes de informação – neste caso, instituições e indivíduos podem enviar planilhas contendo os dados desejados pelo repórter, ou as planilhas podem ser geradas através de *Web scraping*⁹³. “O jornalismo de dados pode começar de duas formas: ou você tem uma pergunta que exige dados, ou você tem dados que exigem investigação. De qualquer forma, a compilação de dados é o que define um ato de jornalismo de dados” (BRADSHAW, 2011a).

A etapa de **limpeza** visa assegurar a precisão da base de dados. Trata-se de um processo análogo ao da checagem durante a edição de uma reportagem tradicional, em termos de sua função na rotina produtiva. “Dispor dos dados é apenas o começo. Ter confiança nas notícias escondidas dentro deles significa ser capaz de confiar na qualidade dos dados – e isso significa limpá-los” (BRADSHAW, 2011a). Há duas metas principais a serem atingidas com a limpeza da base de dados: a eliminação de erros humanos e a transformação para um formato coerente com o de outras bases de dados com as quais aquela eventualmente será combinada. Para realizar cruzamentos entre dados obtidos de duas fontes diferentes, é preciso que as duas bases possam ser mescladas num mesmo aplicativo. Assim, tanto o formato

93 *Web scraping* ou “raspagem de dados” é a prática de copiar ou transformar páginas da Web em bases de dados, usando aplicativos específicos. Com isso, é possível automatizar o processo de coleta de dados em websites que não os colocam à disposição em formatos diretamente manejáveis, como CSV, XLS ou TXT. Os dados a serem raspados podem estar integrados a um documento HTML, ou em formatos ilegíveis por aplicativos de tratamento de dados, como DOC ou PDF, ou ainda distribuídos em diversas páginas. A alternativa à “raspagem de dados” é copiar os dados manualmente, página por página, linha por linha, usando o recurso “copia e cola” para inseri-los diretamente numa planilha Excel ou similar.

de arquivo (XLS, CSV, XML, por exemplo), quanto as formas de expressar os dados (casas decimais, notação para datas e moedas, uso de códigos ou nomes de países), devem seguir o mesmo padrão. Mesmo com o uso de programas específicos para a tarefa, trata-se de um trabalho maçante e demorado, mas indispensável, pois uma base de dados com erros pode levar a equívocos matemáticos e factuais graves, além de criar dificuldades para a geração de visualizações.

A fase de **contextualização** envolve uma avaliação da credibilidade da base de dados. É preciso analisar criticamente sua proveniência, a validade dos métodos de coleta, os possíveis conflitos de interesses e a competência dos pesquisadores responsáveis, entre outros aspectos. Dados não falam por si e são coletados por indivíduos ou instituições com seus próprios vieses, objetivos e trajetórias. Além disso, raramente uma série de dados produz informação relevante antes de ser contrastada com outras informações. Por exemplo, saber o número de crimes numa cidade é interessante, mas só se torna significativo quando você o contextualiza comparando com a população, ou o número de policiais, ou os níveis de criminalidade de cinco anos atrás, ou a percepção de criminalidade, ou níveis de desemprego, e assim por diante.

Uma condição para o bom desempenho na contextualização de uma base de dados é habilidade na interpretação de estatísticas. A desenvoltura em matemática básica pode ser considerada a característica principal de um jornalista guiado por dados, pois é muito difícil identificar corretamente pautas em planilhas sem a capacidade de fazer relações entre grandezas e apreciar seu significado. É preciso compreender o tipo de dados que se tem à mão, para aferir com quais outras bases de dados eles podem ser comparados.

A última etapa é a **combinação** de bases de dados com o objetivo de produzir novo conhecimento. Em geral, combinam-se duas ou mais séries, a partir de uma dimensão compartilhada,

como o nome de um time de futebol, uma cidade, ou uma empresa. Uma das formas mais usadas de combinação é localizar os dados de uma série num mapa. O jornal *Zero Hora*, por exemplo, usou dados do censo populacional brasileiro de 2010 para criar um mapa do Rio Grande do Sul em que era possível comparar a qualidade da iluminação pública, saneamento e outras características urbanas entre municípios⁹⁴.

A combinação de bases de dados marca o fim da fase de apuração. Resta a etapa de publicação ou **comunicação** dos resultados, para a qual Bradshaw (2011b) prevê seis possibilidades: a) visualização (*visualize*) em gráficos, mapas e outras formas de infografia; b) narração (*narrate*) em texto ou audiovisual, ou seja, redação de notícias tradicionais; c) comunicação social (*social communication*), isto é, o compartilhamento dos resultados com a audiência⁹⁵; d) humanização (*humanise*), através de entrevistas com indivíduos que ilustrem as informações obtidas no processamento dos dados; e) personalização (*personalise*), por meio da abertura dos produtos à interação com o leitor; e f) utilização (*utilize*), que envolve a criação de ferramentas ou serviços de informação a partir dos dados coletados.

O projeto Guaíba Dados

Em 2016, uma disciplina chamada Jornalismo Ambiental em Dados foi oferecida pelas professoras do PPGCOM/UFRGS Ilza Tourinho Girardi, pesquisadora do Jornalismo Ambiental, e Luciana Mielniczuk, pesquisadora do Ciberjornalismo. O professor da UFRGS Marcelo Träsel participou das aulas na condição de colaborador voluntário, por ter o JGD como foco principal de suas atividades de pesquisa recentes.

94 Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/conteudo/censo-2010.html>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

95 O autor não explica claramente seu uso do conceito de comunicação social, mas fornece como um dos exemplos o weblog de dados do jornal britânico The Guardian, que coloca à disposição de seus leitores planilhas com os dados coletados ou obtidos por seus repórteres. A audiência é convidada a produzir formas alternativas de visualizar ou apresentar esses dados e pode enviar suas tentativas à equipe do weblog, que costuma publicar estes exercícios. O Guardian Data Blog pode ser acessado na seguinte URL: <<http://www.guardian.co.uk/news/datablog>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

Na primeira etapa do semestre, os alunos discutiram textos a respeito de Jornalismo Ambiental e JGD na forma de seminários, além de receberem convidados para conversas sobre questões relacionadas, mas não necessariamente da área da comunicação. Um dos convidados, por exemplo, foi o professor Rualdo Menegat, atuante no Instituto de Geociências da UFRGS e organizador do *Atlas Ambiental de Porto Alegre* (Editora da UFRGS, 1998). Ao longo deste período, as ministrantes e os estudantes formataram uma proposta conjunta de trabalho prático em coleta, análise, visualização e compartilhamento de bases de dados, com foco no lago Guaíba, que banha a cidade de Porto Alegre. O nome dado ao projeto foi Guaíba Dados⁹⁶ (FIGURA 1).

FIGURA 1 – *Homepage do website Guaíba Dados*



Fonte: <<http://ufrgs.br/guaibadados>>. Acesso: 27 abr. 2018.

Os estudantes então formaram grupos de trabalho, com o objetivo de produzir bases de dados contendo informação de interesse público sobre o lago. A proposta inicial era solicitar documentos através da Lei de Acesso à Informação, cujos dados seriam organizados em planilhas e disponibilizados ao público

⁹⁶ Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/guaibadados>>.

num *website* dedicado. No entanto, também se decidiu pela possibilidade de reelaborar bases de dados já disponíveis em *websites* institucionais das três esferas de governo, cujo acesso fosse inconveniente. Embora a legislação de transparência brasileira incentive a adoção de políticas de dados abertos⁹⁷, muitas vezes essa publicação se dá em formatos que dificultam a análise dos dados, tais como planilhas em arquivos PDF, que não podem ser abertos e manipulados em programas como o Excel. Assim, transformar essas bases em formatos manipuláveis se alinha com o interesse público.

A partir da experiência da solicitação, coleta e limpeza dos bancos de dados, os grupos deveriam ainda criar tutoriais voltados a jornalistas e cidadãos em geral, ensinando como obter e tratar as mesmas informações. Igualmente, os tutoriais deveriam trazer contextualização e propor combinações entre as bases produzidas pelo grupo e outros bancos de dados. Para a fase de comunicação dos resultados, qualquer tipo de linguagem poderia ser usado, com ênfase em textos e infográficos, embora alguns alunos tenham optado por produzir vídeos.

Em meio a este processo, os professores entraram em contato com os responsáveis pelo Centro de Documentação e Acervo Digital da Pesquisa (CEDAP/UFRGS), inicialmente para se informar sobre boas práticas na construção de bases de dados. A consulta evoluiu para uma parceria, através da qual as planilhas produzidas pelos grupos seriam armazenadas no repositório do CEDAP. Para tanto, os estudantes foram orientados a respeito de formatos de dados abertos e produção de notas descritivas que deveriam acompanhar todos os documentos, para sua correta indexação. Estas fichas técnicas foram apresentadas na forma de planilhas, contendo os campos título, nome do arquivo, tipo,

97 Conforme definição da Open Knowledge Foundation, “dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente acessá-los, utilizá-los, modificá-los e compartilhá-los para qualquer finalidade, estando sujeito a, no máximo, exigências que visem preservar sua proveniência e sua abertura”. Isso significa o uso de formatos de arquivo manipuláveis em quaisquer aplicativos, como CSV, XML ou JSON, por exemplo, bem como a adoção de licenças abertas ou livres por parte dos produtores das bases de dados. Disponível em: <<https://opendefinition.org>>.

localização, palavras-chave, autores e descrição. Uma descrição típica poderia ser:

Planilha construída a partir das informações fornecidas em 7 de novembro de 2016 pela assessoria de imprensa da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) sobre o potencial poluidor de indústrias em Porto Alegre, Guaíba, Eldorado do Sul, Viamão e Barra do Ribeiro. Além dos dados divulgados pela assessoria, outras informações sobre as empresas foram obtidas por meio de consultas diretamente no site da Fepam. Este documento integra o projeto Guaíba Dados, produzido pela disciplina de Jornalismo Ambiental em Dados – 2016/2 do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS).

O objetivo deste tipo de ficha técnica é facilitar o trabalho dos futuros usuários das bases do Guaíba Dados na fase de contextualização do material⁹⁸.

Inicialmente, as planilhas criadas pelos estudantes foram armazenadas numa pasta no Google Drive, que permite a incorporação em *websites* ou compartilhamento através de *links*, bem como o *download* dos arquivos completos nos formatos XLS e CSV. A seguir, um *website* foi criado para reunir as bases de dados e os tutoriais, usando a plataforma WordPress. A configuração do *website* Guaíba Dados foi realizada por um dos alunos, que também criou a logomarca do projeto, sob supervisão dos professores. Além dos tutoriais, um dos grupos se dedicou a criar uma agenda de fontes, através de pesquisa bibliográfica: pesquisadores com produção relacionada ao lago foram identificados e convidados a participar. Assim, jornalistas interessados em questões relacionadas ao Guaíba não apenas podem encontrar

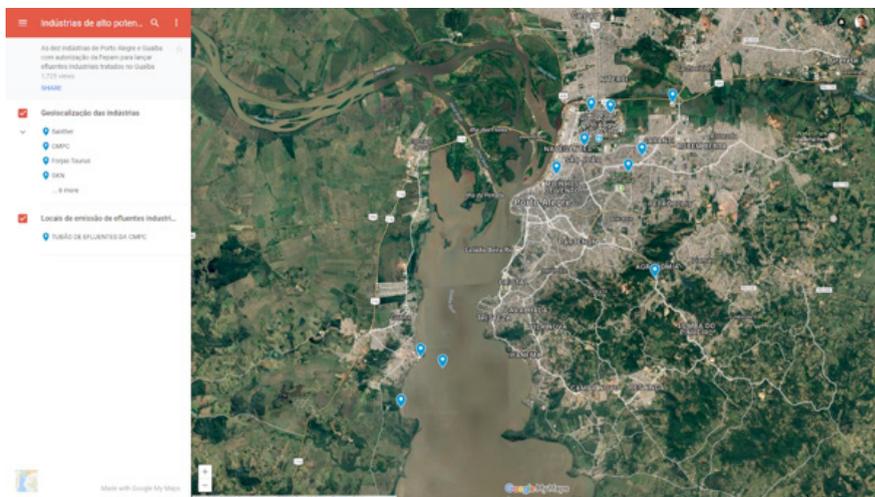
98 Um modelo de ficha técnica pode ser encontrado na seguinte URL: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1E_xi5fTxLYUUDMNxckqtg21tZli1mFgVYv01M9Zgjiw8/edit?usp=sharing>.

informação a respeito de diversos aspectos de relevância pública sobre o lago, mas também fontes qualificadas a partir das quais construir suas apurações.

Os tutoriais disponíveis no *website* do Guaíba Dados ensinam, passo a passo, inclusive com recurso a imagens, como acessar as fontes de informação usadas pelos alunos para criar seus relatórios. Todos os relatórios mantêm a mesma estrutura: uma descrição da proposta inicial, uma apresentação dos resultados encontrados, uma descrição dos passos tomados para a obtenção dos dados, uma tentativa de análise ou interpretação dos resultados e, finalmente, observações sobre os empecilhos ou obstáculos identificados nas tentativas de se obter informação.

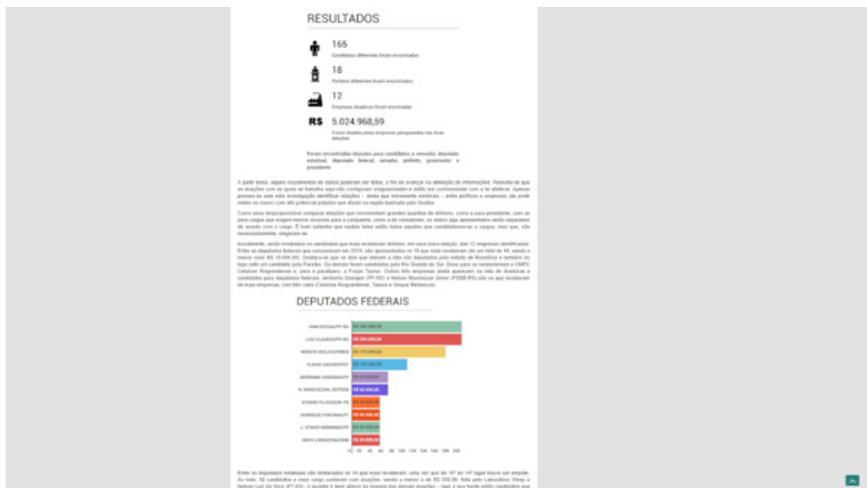
Cada grupo adotou uma estratégia diferente para apresentar os dados coletados, condicionada pela natureza das informações. No relatório sobre indústrias com potencial poluente, por exemplo, se julgou útil criar um mapa com a localização das empresas (FIGURA 2), de modo que o leitor pudesse perceber como se espalham às margens do lago. No caso do tutorial sobre as cargas transportadas por via fluvial no Guaíba, foram usados gráficos comparativos distribuídos por ano, para evidenciar as variações no volume de produtos perigosos para cada empresa ao longo do tempo. Já o grupo responsável pelo cruzamento de dados entre empresas de alto potencial poluidor produziu infográficos para destacar os números mais importantes, além de gráficos variados (FIGURA 3).

FIGURA 2 – Mapa das indústrias de alto potencial poluidor no lago Guaíba



Fonte: <<https://www.ufrgs.br/guaibadados/2017/04/10/industrias>>. Acesso: 27 abr. 2018.

FIGURA 3 – Infográfico e gráfico sobre doações de empresas poluidoras a políticos



Fonte: <<https://www.ufrgs.br/guaibadados/2017/04/10/politica>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

Ao longo do processo de coleta de dados, os alunos vivenciaram diversas frustrações. Em alguns casos, como na pesquisa sobre receitas de agrotóxicos nos municípios banhados pelo Guaíba, se descobriu que nem mesmo o órgão responsável pela fiscalização detém as informações completas. Noutros casos, como o grupo que buscou dados sobre análises da água bruta realizadas nos pontos de captação das empresas de fornecimento, além do atraso no cumprimento dos pedidos de informação, se descobriu que muitas informações estão disponíveis apenas em arquivos de papel. Todavia, essas frustrações se tornaram material de trabalho frutífero, na medida em que se decidiu incluir uma seção sobre os “descaminhos” da pesquisa em cada um dos relatórios disponíveis no *website*.

Ao final do semestre, o produto resultante foi considerado muito bom, por isso, os professores decidiram transformar o Guaíba Dados num projeto de extensão universitária, sob coordenação de Marcelo Träsel. Em abril de 2017, no âmbito do projeto de extensão, foi realizado na Fabico/UFRGS um evento para divulgar o Guaíba Dados, contando com a presença de Renato Saraiva Ferreira, diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Acesso à Água do Ministério do Meio Ambiente, um dos idealizadores do Programa Água Doce, lançado em 2004 pelo Governo Federal para garantir água de boa qualidade à população do semiárido, e antigo coordenador do Programa Guaíba Vive, criado em 1989.

Hoje, o *website* passou a ser alimentado com a produção dos alunos de graduação matriculados na disciplina Ciberjornalismo 2, cujo trabalho de final de semestre é a realização de uma coleta de dados e elaboração de um tutorial seguindo o modelo desenvolvido na pós-graduação. Essa nova proposta ainda não se mostrou produtiva, pois a qualidade dos relatórios elaborados pela primeira turma de graduação participante não foi considerada suficiente para publicação no Guaíba Dados. No momento da escrita deste texto, uma segunda turma se prepara para realizar os

seus trabalhos de final de semestre e a expectativa é de que ajustes no cronograma e a oferta de objetivos pré-definidos, em lugar da liberdade para cada grupo escolher suas pautas, possa melhorar a qualidade dos tutoriais e permitir o prosseguimento do projeto.

EXERCÍCIOS

1. Realizar um pedido de acesso à informação relacionado a uma questão ambiental, como, por exemplo, uma lista de autuações aplicadas por secretaria ou ministério a pessoas físicas e jurídicas, ou uma lista de autorizações para corte de árvores protegidas num determinado bairro ou município.
2. Buscar informações sobre o Cadastro Ambiental Rural num município específico, a partir do *website* da Unidade Federativa correspondente (como, por exemplo, o <www.car.rs.gov.br>). Por meio desta fonte, descobrir a área média, a mediana e o desvio-padrão, em hectares, das propriedades rurais do município. Produzir um mapa com pontos de interesse, usando o Google Maps ou o programa de código aberto QGIS.

RECOMENDAÇÕES

ABRAJI. **Lei de Acesso à Informação**: o que você precisa saber. São Paulo: ABRAJI, 2012. Disponível em: <<http://abraji.org.br/publicacoes/lei-de-acesso-a-informacoes-publicas-o-que-voce-precisa-saber>>.

GRAY, Jonathan; CHAMBERS, Lucy; BOUNEGRU, Liliana (orgs.). **Manual de jornalismo de dados**: como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens. São Paulo: Abraji/European Journalism Centre, 2013. Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/>>.

HUNTER, Mark Lee. **A investigação a partir de histórias**: um manual para jornalistas investigativos. Brasília: Unesco, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002264/226456por.pdf>>.

SILVERMAN, Craig; PERLMAN, Merrill (orgs.). **Manual de verificação:** um guia definitivo para a verificação de conteúdo digital na cobertura de emergências. Maastricht: European Journalism Centre, 2014. Disponível em: <http://verificationhandbook.com/book_br/>.

Websites úteis

Lista de ferramentas para o Jornalismo digital atualizada permanentemente pelo autor do capítulo: <<https://docs.google.com/document/d/1jW32LLK3crEbah1rRWG-ekMcHqMLFpmuwlG184yino/edit?usp=sharing>>.

“Cola” de operações matemáticas frequentes em redações: <https://docs.google.com/document/d/1LBwf8rP6-Dkbqa4_6mypEVHdWdAGS9CHZV8pgNwe8jg/edit?usp=sharing>.

Exemplos de reportagens brasileiras realizadas a partir de bases de dados: <<http://ddj.jor.br/>>.

Cursos de Jornalismo guiado por dados em Português: <<http://cursos.abraji.org.br>>.

REFERÊNCIAS

ANGÉLICO, Fabiano. **Lei de Acesso à Informação Pública e seus possíveis desdobramentos para a accountability democrática no Brasil.** 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2012.

BRADSHAW, Paul. 6 ways of communicating data journalism (the inverted pyramid of data journalism part 2). **Online Journalism Blog**, 13 jul. 2011b. Disponível em: <<http://onlinejournalismblog.com/2011/07/13/the-inverted-pyramid-of-data-journalism-part-2-6-ways-of-communicating-data-journalism>>. Acesso: 25 fev. 2013.

_____. The inverted pyramid of data journalism. **Online Journalism Blog**, 7 jul. 2011a. Disponível em: <<http://onlinejournalismblog.com/2011/07/07/the-inverted-pyramid-of-data-journalism>>. Acesso: 25 fev. 2013.

FALEIROS, Gustavo. InfoAmazônia: o diálogo entre jornalismo e dados geográficos. In: GRAY, Jonathan; CHAMBERS, Lucy; BOUNEGRU, Liliana (Orgs.). **Manual de jornalismo de dados:** como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens. São Paulo: Abraji/European

Journalism Centre, 2013. Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/>>.

TRÄSEL, Marcelo. **Entrevistando planilhas**: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. 2014. 314 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

